



[Organização]

José Almir do Nascimento

Delma Josefa da Silva

Amarildo Muniz Malvezzi

Thaís Santos Moya

Ecologia de saberes em perspectivas

Sujeitos,
diversidades,
fé e política

[Organização]

José Almir do Nascimento

Delma Josefa da Silva

Amarildo Muniz Malvezzi

Thaís Santos Moya

Ecologia de saberes em perspectivas

Sujeitos,
diversidades,
fé e política

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília Ribeiro de Azambuja Machel

Editoração

Revisão de texto: Kleber Ferreira Costa

Projeto gráfico e capa: Sidney Rocha,

Rubervânio Lima e Lucas Xavier de Aguiar

Editor Responsável: Rubervânio Lima

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CBR4-1408

E19 Ecologia de saberes em perspectivas [recurso eletrônico] :
sujeitos, diversidades, fé e política / organização : José
Almir do Nascimento... [et al.]. – Recife : Ed. UFPE, 2025.
1 recurso online (162 p.)

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-304-4 (broch.)

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Comunidades Eclesiais
de Base – Brasil. 3. Igreja e problemas sociais. 4. Democracia.
5. Participação social. 6. Extensão universitária. I. Nascimento,
José Almir do (Org.).

379

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2025-012)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional.



Sumário

As pedagogias da vida comunitária 6
Nota dos organizadores

Parte #1

As pedagogias da vida comunitária

Universidades e comunidades 12
Espaços heterogêneos na construção
de saberes interdisciplinares

Maria Isabel do Nascimento Silva

Lucas Paes do Amaral

Antonio Ricardo Souza Santos

Gerson João da Silva

Formação de comunidades 23

O horizonte da história das CEBs
do Agreste de Pernambuco

Hermínia Boudens

Adauto Guedes

**A produção do conhecimento a partir das CEBs
do Agreste de Pernambuco** 44

Julyana Nascimento de Andrade

As metodologias da vida em comunidade 59
Uma experiência a partir da vivência nas CEBs
do Agreste de Pernambuco

Alecsandra Maria de Oliveira

Julyana Nascimento de Andrade

Parte #2

Democracia, diversidades e direitos

Democracia 71

Um caminho perseguido pelas CEBs

José Almir do Nascimento

A mulher e a questão dos direitos 84

Hermínia Boudens

Negros e quilombolas conquistam o direito à educação 97

Delma Josefa da Silva

O sistema único de saúde entre a afirmação e a privatização 118

Ana Paula Lopes de Melo

Petra Oliveira Duarte

As Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco e o cuidado com a saúde e o meio ambiente 138

Irmã Maria Áurea Guerra

A participação social e controle das políticas públicas 152

Uma necessária percepção da importância do modelo participativo para o fortalecimento da democracia brasileira

Leonardo Bulhões

As pedagogias da vida comunitária

Nota dos organizadores

Desde que logrou parcial êxito o golpe de Estado sofrido pelo Brasil em 2016, o país vem enfrentando uma crise da institucionalidade democrática, aprofundada por uma polarização discursiva, pelas hostilidades e ameaças aos opositores ideológicos, pela instalação de um Estado policialesco e persecutório das liberdades de opinião e de expressão, além do retrocesso na garantia dos direitos humanos, em destaque aos direitos sociais. Nestes termos, Silva e Medeiros (2020, p. 12) observam que

A mudança política ocorrida com a troca do governo popular por um de extrema direita significou a implementação de uma política econômica subserviente aos interesses do grande capital, conjugada ao uso de diversos meios para afastar da política os setores progressistas dos partidos políticos e os movimentos sociais (MST, MTST, indígenas, negros, LGBT e outros) identificados com a defesa de interesses das classes subalternas.

Nesta seara, a Sociedade Civil, que pode ser potencializada com apoio da estrutura reflexiva da Universidade Pública, é instigada a enfrentar tais desafios. Por tal princípio, e sob a ótica da institucionalidade democrática do Estado, a Universidade de Pernambuco (UPE – *campus* Petrolina) estabeleceu parceria com o Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP) e o Centro de Desenvolvimento

e Cidadania (CDC) por meio do compartilhamento de saberes, pensado a partir de uma intervenção formativa, tendo em vista os princípios da Educação Popular e da extensão universitária.

Consideramos a qualificação dos agentes que atuam na incidência das políticas públicas um aspecto estruturante na promoção e reparação de direitos humanos e no fortalecimento da democracia. Outrossim, na consolidação de uma visão sistêmica de organização e da interdependência dos direitos para exigibilidade da intervenção estatal. Respaldados nessa lógica e usufruindo dos frutos da parceria entre UPE, CDC e NAOP, ofertamos em 2021 quatro cursos de extensão.

Esses cursos articularam conteúdos e princípios críticos e decoloniais, tendo cada qual 10 horas-aula, observando os seguintes objetivos:

- Promover formação política e comunitarista, com ênfase nos direitos humanos e na justiça social, buscando o fortalecimento dos mecanismos de incidência e deliberação sobre as políticas públicas para os direitos humanos nas ambiências de atuação dos participantes;
- Compartilhar práticas inovadoras no campo da participação e na democratização das políticas públicas locais, fortalecendo discurso e prática dos direitos humanos como luta coletiva;
- Incentivar a organização comunicativa popular como instrumento potencializador da democracia e do direito, impactando na democratização da comunicação como direito.

Portanto, tendo como base de seleção de conteúdo as diretrizes formativas estabelecidas pelo NAOP para o ano 2021, os cursos tiveram como foco de participação os indivíduos e/ou coletivos que atuassem na cogestão de políticas públicas e no fortalecimento das comunidades locais, especialmente as comunidades marginais. Para tanto, obedecemos aos conteúdos expostos no Quadro 1:

QUADRO I. Cursos ofertados pela parceria NAOP e UPE em 2021

CURSOS OFERTADOS	CONTEÚDOS ABORDADOS
CURSO 1 A comunidade e a participação cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conjuntura: que comunidade nós somos? • Os riscos à democracia no país e à mercantilização da vida • Direitos humanos e participação política • O local e o global: a comunidade como projeto de vida
CURSO 2 Diversidades e democracia	<ul style="list-style-type: none"> • A identidade e diversidade como direito humano • A mulher e a questão dos direitos • O negro e a questão dos direitos • A mulher, o negro e o pobre chamados à vida comunitária
CURSO 3 Direito à participação comunitária e ao controle social	<ul style="list-style-type: none"> • A saúde pública no Brasil: o Sistema Único de Saúde entre a afirmação e a privatização • O Conselho e o Fundo Municipal de Saúde • De onde vem o dinheiro para a saúde: o sistema orçamentário • A participação social na definição de políticas públicas de saúde
CURSO 4 Educomunicação: a comunidade fala	<ul style="list-style-type: none"> • A comunicação como produção de realidades: analisando a mídia • A minha comunidade é o meu lugar de fala • Os mecanismos e ferramentas de comunicação para os direitos humanos • Produção de conteúdo: saber fazer

FONTE: OS AUTORES.

Para abordarmos tantos temas distintos, contamos com a colaboração de professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), dos educadores do Núcleo de Assessoria às Organizações Populares, do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e outros militantes. Levamos em conta a aliança entre as questões teóricas e o contexto do cotidiano dos sujeitos participantes, a fim de fortalecer as práticas comunitárias e reconhecer suas experimentações exitosas, bem como as suas identidades. Portanto, durante o curso, o estudante construiu

conhecimento e teorizou sobre a prática diária, fazendo uso da reflexão crítica no seu contexto social, político, econômico e cultural.

Nesse sentido, pautamo-nos pela lógica e pelo sentido freiriano, dispondo a educação como instrumento de transformação social, de maneira livre e consciente, conduzindo o sujeito, paulatinamente, a ler e compreender a realidade, assumindo compromisso com ela:

Existe uma reflexão do homem face à realidade. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isto é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada, conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade). Porque quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (Freire, 1979, p. 16).

Assim sendo, o pano de fundo das discussões foi a prática política tomada como experimento de transformação social. Entendemos, portanto, que o fortalecimento das iniciativas populares de participação e controle da gestão pública impacta positivamente a qualidade das políticas públicas, o que tende a minimizar as violações de direitos humanos. Como construto, observamos que os mecanismos de exigibilidade dos direitos dão-se por meio da luta vivenciada em comunidade.

Nesses termos, os grupos marginalizados, além de romper com o ciclo de miséria ou subalternidade, necessitam compreender-se como coletivos sociais com capacidade e capilaridade de organização política, capazes de encontrar resultados na ação sobre o Estado. Isso demanda um processo de formação fundado na ideia republicana e nos ideais do que se tem como alcance, ou seja, que se almeje como resultado dos direitos fundamentais e dos direitos sociais. Ensejando

esse comprometimento, a publicação dos textos presentes nesta obra resulta de um trabalho coletivo, harmonioso e utópico.

As questões discutidas são uma síntese das percepções vivenciadas pelos participantes dos cursos de extensão ou dos professores que conduziram seu conteúdo. A demanda da escrita deste livro surgiu como forma de registrar nossa prática extensionista, salvaguardando a memória das trocas de saberes construídos no contato com os participantes, mas, também, dos compromissos firmados para a construção de uma nova realidade, socialmente mais justa.

Construímos, nesta obra, uma organização de conteúdos em duas partes. Na primeira, agrupamos as pedagogias da vida comunitária, onde buscamos caracterizar as experiências de formação popular das Comunidades Eclesiais de Base, donde nos inspiramos para transpor o compromisso e um modelo ético e político de valorização de todas as formas de saber e de todas as sabedorias. Na segunda parte, abordamos alguns dos conteúdos construídos junto aos participantes dos cursos e que puderam ser sistematizados.

Esperamos, de tal modo, que a leitura destes textos seja significativa, que proporcione uma crítica reflexiva a respeito da multidimensionalidade da educação não formal, fundada num desejo ético de promoção de comunidades e bases fortalecidas, criativas, autônomas, afetivas e que possam motivar a chegada *num outro mundo possível!*

Referências

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Tradução de Moacir Gadottie Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 1.

SILVA, Vini Rabassa; MEDEIROS, Mara Rosange Acosta. Desafios e possibilidades para o controle social de políticas públicas no atual contexto de retrocesso dos direitos sociais. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-12, jan.-jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2020.1.36745> Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/36745>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Parte #1

As pedagogias
da vida comunitária

Universidades e comunidades

Espaços heterogêneos na construção de saberes interdisciplinares

Maria Isabel do Nascimento Silva¹ | Lucas Paes do Amaral²

Antonio Ricardo Souza Santos³ | Gerson João da Silva⁴

Introdução

O presente texto tem como intenção relatar como a formação para os animadores de comunidades eclesiais de base do Agreste de Pernambuco impactaram nossas compreensões de educação, dando ênfase à construção de saberes interdisciplinares no encontro entre universidades e comunidades de base.

Tomamos como unidade de análise a participação em quatro cursos de formação comunitária, ofertados por uma parceria do Núcleo

- 1 Mestranda em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE), é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), tem participado de atividades de formação ofertadas pelo Núcleo de Assessoria às Organizações Populares.
- 2 Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), é militante do Movimento de Luta por Teto, Terra e Trabalho (MLTT), situado na Região Metropolitana do Recife.
- 3 Mestrando pelo Programa de Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco (UPE), é graduado em Pedagogia pela UPE, atuou durante a graduação em várias experiências de extensão universitária vinculadas ao campo da educação não formal.
- 4 Mestrando em Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é graduado em Agroecologia pela UFPB, tem desenvolvido ações de extensão universitária junto aos pequenos agricultores do Sertão paraibano.

de Assessoria às Organizações Populares (NAOP) com a Universidade de Pernambuco (UPE), *campus* Petrolina, entre março e novembro de 2021, de modo virtual, por consequência da pandemia da covid-19. Nessas atividades, participamos efetivamente como cursistas, contribuindo na sua organização e mobilização de saberes. Os autores deste texto se conheceram por meio desses encontros, tendo sido convidados pela organização da coletânea *Ecologia de Saberes em perspectivas: sujeitos, diversidades, fé e política* a fazer um relato dos aprendizados. De antemão, deixamos expresso que todos os tópicos partiram de muito diálogo entre os autores deste escrito.

Com isso, pretendemos congregiar, sob os nossos vários pontos de vista, um texto linear que permita um posicionamento crítico-reflexivo sobre os cursos, nossos aprendizados e ensinamentos. Assim, não temos a pretensão de sistematizar os conteúdos trabalhados, nem apresentar aspectos relevantes curso a curso, mas traduzir em palavras aquilo que burilou o nosso coração.

Para isso, partimos de uma contextualização do tempo em que estamos inseridos, fazendo uma fundamentação dos elementos instituintes da educação não formal para, enfim, apresentar nossas considerações acerca desse encontro entre as universidades e as comunidades, intermediados por esta parceria entre UPE e NAOP.

Contextos iniciais

Os tempos vividos nos últimos anos lançaram à universidade e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desafios sanitários, pedagógicos e, principalmente, políticos. Era preciso manter vivas a esperança e a utopia de um *novo mundo possível*. Mas como cantar quando faz tanto escuro? Como alimentar de esperanças os pobres que são vítimas de uma *necropolítica*, adotada como gestão do Estado brasileiro: o negro, a mulher, a criança, os *gays*, as lésbicas, os sem-teto, os sem-terra, todos nós sem vacina... os restos, os marginais, os sem cidadania!

Sob pressão desse contexto, a Universidade de Pernambuco e o Núcleo de Assessoria às Organizações Populares se juntaram para acender luzes, alumando algumas veredas pelas quais pudéssemos caminhar. E como ambas as instituições têm a formação como principal objeto, puderam ofertar discussões qualificadas, ajudando a enfrentar as ameaças postuladas contra as pessoas que não aderissem ou capitulassem ao projeto de poder que se alinha ao ódio como política, que usa das notícias falsas e das desinformações para desanimar a luta do povo.

Ao mesmo tempo, a pandemia da covid-19 levou as estratégias de comunicação, de formação e de extensão universitária a se reinventarem, enquanto os animadores das comunidades de base precisaram se incluir no mundo digital. As CEBs têm se reconstituído, nos últimos anos, mas ainda carregam em sua estrutura a opção preferencial pelos pobres assumidos pela Igreja latino-americana – desde a Conferência Episcopal dos Bispos desta região, reunidos na cidade de Medellín (Colômbia), em 1968, e reafirmada na Conferência dos Bispos Latino-Americanos na cidade de Puebla de los Ángeles (México), em 1979.

Como consequência, as CEBs têm atuado junto aos mais pobres, ou seja, com aqueles que têm mais dificuldades de acesso aos recursos informacionais e ocupam lugar de destaque nos dados de analfabetismo e do analfabetismo funcional. Apesar de o campo de atuação ser entre os mais pobres e mais excluídos, a vivência dos cursos de formação logrou importantes resultados de participação – com média de trinta pessoas por atividade. Mas, mais do que resultados em números, os cursos constituíram-se de um espaço plural de diálogo, onde todos puderam aprender com todos.

Sobre isso, é importante destacar que, na construção de uma educação emancipatória, Freire (2005) nos ensina que o diálogo é uma exigência existencial. Nesta perspectiva, os sujeitos se encontram em um ato de solidariedade para o refletir e o agir juntos. Assim, não há

como fazer extensão sem que esse ensinamento esteja latente em nosso horizonte, dado que a pluralidade de conhecimentos experimentada no encontro das universidades com as comunidades possui uma característica fundamental: a circulação dos saberes, levando ambas a se tornarem aprendentes e ensinantes.

Esse encontro dialógico, do conhecimento científico e do empírico, pode construir e proporcionar novas potencialidades, novas tecnologias sociais e ampliar a forma como cada um olha para si mesmo e se descobre produtor de sabências. Essencialmente, é o local de formação posto em prática, afinal, “[...] a Educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática” (Freire, 1996, p. 32).

Assim, o processo de formação desenvolvido estava fundado num conjunto de princípios e valores éticos que nortearam toda as práticas formativas. O diálogo permanente, a solidariedade e a cooperação, o respeito e a atenção à diversidade cultural, ao reconhecimento dos saberes das pessoas participantes, à participação como direito e exercício da cidadania, à valorização dos referenciais identitários étnico-raciais, à igualdade de gênero, entre outros, deram base à formação. Esperou-se, com isso, sujeitos mais atuantes na vida pública, críticos e autocríticos e mais preparados para desenvolver ações coletivas na defesa dos direitos, desconstruindo discursos e atitudes que reproduzem práticas discriminatórias e preconceituosas. Assim, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

A Educação não formal como horizonte

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, definiu com clareza os processos educativos, explicitando que eles ocorrem em vários espaços, ampliando a definição, não restringindo aos átrios escolares. Desse modo, a educação é compreendida como prática que “[Art. 1º] abrange os processos formativos que se desenvolvem

na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

Nesta consideração, os diferentes espaços de educação constituem-se num fator importante para o processo de crescimento e evolução da humanidade, pois traz implícito a construção social embrenhada de ideários que ajudam na constituição da [nova] humanidade, em diversas áreas como político, histórico, social, etc. É por isso que afirma Hanna Arendt (2009, p. 247): a educação é o instrumento fundamental “para a tarefa de renovar um mundo comum”.

Neste interim, compreende-se que as tarefas assumidas para esta renovação do mundo pelas Universidades e pelo NAOP são diferentes, já que suas fundações epistemológicas e suas práticas educativas são estabelecidas em cenários distintos, com seus objetos de conhecimento focalizados em processos próprios. Enquanto a primeira versa pela educação formal, com papéis claros da função que exercem os professores e os alunos, instituindo um saber de uma cultura elaborada e sistematizada, a segunda, firma-se por uma relação em que os papéis sociais ganham uma nova configuração, representados por uma relação menos rígida entre os educadores e educandos.

É importante não esquecer que uma das funções sociais da educação é transmitir para as novas gerações os conhecimentos, tanto científicos como também empíricos, ou seja, constituindo-se num terceiro elemento – a educação informal. Percebe-se, entretanto, que em todos estes processos, o conhecimento está atrelado a fatores de vivências, cotidianos e sobrevivência, como retrata Biesdorf (2011, p. 3), “a educação humana segue uma evolução histórica, é transmitida de geração a geração e foi sendo adaptada conforme as necessidades humanas”.

Para melhor compreensão, pegamos por definição o que nos apresenta Gohn (2010, p. 16):

Na educação formal sabemos que os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos(as) os(as) profissionais que atuam na escola têm caráter educativo por seu sentido e significado. Na educação não formal, há a figura do educador social, mas o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa etc.

Assim, fica em evidência que, para o ser humano desenvolver toda a sua potencialidade, é necessário que estejam entrelaçados processos de uma e de outra forma educativa. No caso das universidades, em seus métodos mais rígidos de produção de conhecimento, é imprescindível a acolhida de outras formas de saber, sendo o lugar mais provável e mais qualificado para esta ação, a extensão universitária.

A extensão, por assim dizer, é a linha que costura os diferentes retalhos de saberes. Não apenas por levar em consideração que as pessoas que não frequenta(ra)m a universidade têm o que ensinar, mas porque ele é constituído em si pelo princípio da interdisciplinaridade, entendida por Silva e Carvalho (2020) como movimento que nos impulsiona à compreensão sobre o objeto de estudo em sua complexidade. Desse jeito, sendo definido

como proposta, que rompe com as fronteiras do conhecimento, de modo a nos potencializar a compreensão de que somos inacabados e que devemos desenvolver uma formação profissional ancorada em humildade e respeito às nossas especificidades e às do outro (Silva; Carvalho, 2021, p. 5).

Assim, o encontro entre diferentes grupos, mediado pelas práticas extensionistas, imbrica o confronto produtivo de saberes, complementando-se à medida que são possibilitados os questionamentos, a reflexão e a compressão que os saberes se constituem e a medida

em que estabelecem relações dialógicas. Tal como afirma Freire (1987, p. 68), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”. Em razão disso, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 25).

Ora, as pessoas, todas elas, têm uma forma de conhecer e interpretar o mundo. É preciso, entretanto, que elas tomem consciência do universo cultural que impede ou impulsiona situações de opressão, normalizadas pelas culturas, pelo medo de repressão ou pela falta de conhecimento de elementos estruturantes de uma sociedade de classes. (Re)conhecer esse mundo com novas perspectivas é um grande desafio e uma enorme possibilidade, como tratamos a seguir.

Portanto, imbuídos por uma lógica e uma espiritualidade libertadora, foram realizados os encontros formativos, onde todos nós aprendemos juntos tentamos percorrer o ideário freiriano. E porque utilizamos de seu método educativo como lente para ver a realidade e julgá-la, ajudou-nos na mudança e/ou na inovação do pensamento/conhecimento com fins a transformar este chão de dificuldade que todos pisamos. Assim, por meio de uma leitura do cotidiano – utilizando dos elementos e símbolos do cotidiano –, juntou-se o conhecimento do cotidiano com o científico.

Reconhecer esse mundo na perspectiva de se reconstruir a si mesmo

Antes de entrar nas reflexões sobre os nossos aprendizados, entendemos ser importante situar que os cursos ocorreram como atividades do projeto de extensão *Pedagogias da Vida Comunitária*. Este projeto foi aprovado em edital público, apresentado junto à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade de Pernambuco, sendo executado remotamente no período de março a novembro de 2021, por intermédio da plataforma *Google Meet*.

Em razão de a atividade ocorrer remotamente, tivemos participação de lideranças comunitárias de vários estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Acre, Ceará, Paraíba, Alagoas e Maranhão. De modo geral, o público participante foi bastante variado quanto à formação e à faixa de idade, registrando pessoas entre 17 e 78 anos de idade. Isso possibilitou a fluidez nos debates que consideraram os múltiplos olhares e as trocas de saberes práticos, aliados à reflexão teórica.

Assim, cada um dos quatro cursos teve duração de dez horas-aula, mediados por professores, estudantes, educadores sociais e agentes públicos, cujos temas e número de participação apresentamos no Quadro II.

QUADRO II. cursos ofertados pela parceria NAOP e UPE.

CURSOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
CURSO 1 A comunidade e a participação cidadã	31 pessoas
CURSO 2 Diversidades e democracia	38 pessoas
CURSO 3 Direito à participação comunitária e ao controle social	35 pessoas
CURSO 4 Educomunicação: a comunidade fala	15 pessoas ⁵

FONTE: OS AUTORES.

5 As pessoas que assumiram a coordenação do projeto de extensão, representantes da UPE e do NAOP, decidiram que a última atividade, o curso Educomunicação: a comunidade fala, ocorresse de modo presencial, na sede da Fundação Santuário das Comunidades – organização parceira do NAOP. Para isso, foram respeitados todos os protocolos de segurança sanitária adotadas pelas instituições e pela UPE, limitando, inclusive o número de participantes a 15 pessoas.

O projeto atendeu a um amplo público da sociedade civil, com destaque para pessoas que assumem a liderança de organizações sociais no âmbito local, que fazem representação social junto aos espaços de cogestão, tais como, os conselhos de políticas públicas, fóruns populares e associações comunitárias. Além destes, participaram estudantes secundaristas e universitários, bem como interessados nas abordagens temáticas. Destaca-se que dos participantes, 47% se autodeclararam pardos, 21% negros, 23% brancos e 7% amarelos.

O desenvolvimento dos cursos, conforme avaliação dos participantes, foi bastante positivo, especialmente porque ampliou a inserção de estudantes da UPE na gestão de conteúdos da educação popular, bem como na promoção da formação de lideranças e comunitários. Do ponto de vista dos conteúdos, a formação promoveu importantes reflexões, considerando os anseios temáticos à execução metodológica aplicáveis à pedagogia social.

Mas, a construção da leitura epistemológica do conhecimento, que demonstra que não há saber absoluto, é permeada de desafios, por isso chamamos a atenção para duas questões: a começar pela sociedade atual que é marcada pelas tecnologias informacionais, com importante penetração⁶ nas classes sociais. Mas, esse dado crescente traz a preocupação de que 55% dos usuários brasileiros de *internet* acham que ela se limita ao *Facebook*. Por conseguinte, em tempos em que as notícias falsas e tecnologias que (re)criam artificialmente fatos e situações do cotidiano, há uma propulsão dos mecanismos de desinformação. Isto é, a leitura de mundo e do mundo acabam por serem contaminadas por falseamento das realidades, criadas intencionalmente

6 Segundo a pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios brasileiros (TIC Domicílios) 2021, divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), na média, o percentual de residências aptas a acessar a rede mundial de computadores subiu de 71% para 82% no período entre 2019 e 2021.

para confundir. Embora as “*fake news*” não sejam novidades, em si, alcançam lugares e multiplicam-se na velocidade de um clique.

Por fim, o século XXI também nos surpreendeu com o aumento dos fundamentalismos, especialmente aqueles voltados ao aparato religioso e não científico. Questões ora superadas, como o próprio formato do planeta Terra ou a importância das vacinas, foram postas em dúvidas, do mesmo modo que se instalou uma forma maniqueísta de ver e interpretar o mundo, pondo uma leitura do bem *versus* o mal. Sendo a personificação da maldade, a mulher, a criança, o negro, a comunidade LGBTQIAPN+, os movimentos sociais, as esquerdas políticas... e até as Comunidades Eclesiais de Base!

Com base nesse contexto, proclamar *um outro mundo possível* é responsabilidade das universidades e tarefa precípua do NAOP. Como já dissemos, o projeto que pôs em aliança estes dois sujeitos pode trazer uma grande transformação não só no plano cognitivo, mas, também, no aspecto social, político, educacional, etc. Foi possível, a partir dele, realizar uma grande reformulação do (auto-mútuo-inter) conhecimento, explorando seus elementos, e perceber a realidade. Em outras palavras, foi proporcionada uma reinvenção do que sabíamos, aprimorando a escuta e ausculta de si, do outro e do mundo, tornando possível que os conteúdos e as atividades se alinhassem a uma prática interdisciplinar.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BIESDORF, Rosane Kloh. O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade. *Itinerarius Reflectionis*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2011. DOI: <https://10.5216/rir.vii10.1148>. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/20432>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Genilda Maria da; CARVALHO, Odair França de. A necessidade do currículo na perspectiva dialógica: entre o discurso e a ação – reflexões interdisciplinares. *In: SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA*, 7., 2020, Maceió. *Anais [...]*. Maceió: UFAL, 2021. p. 1-12. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/vii-semana-internacional-de-pedagogia-2020/trabalho/174295>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Formação de comunidades

O horizonte da história das CEBs do Agreste de Pernambuco

Hermínia Boudens¹ | Aduino Guedes²

Introdução

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) têm uma história a contar. Expressão eclesial (forma de viver a Igreja) que surgiu depois da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), principalmente na América Latina, encantou milhares de pessoas pelo mundo afora, que encontraram, nesse jeito, uma vivência mais autêntica com o Evangelho, mais profética e um modelo de Igreja mais sinodal.

As Comunidades Eclesiais de Base se caracterizam por reunir o povo, principalmente os pobres que se conhecem pelo nome e se ajudam entre si; a Bíblia ocupa um lugar central nessas Comunidades, lida na ótica dos empobrecidos e fundamentada na utopia igualitária do povo; as CEBs celebram com fé a caminhada, a vida e as lutas; ajudam na organização do povo; fazem a experiência da partilha; reivindicam os direitos humanos e lutam por eles; são luz, sal e fermento de vida e de esperança; caminham juntas, e assumem os vários

1 Mestra em Teologia pela Universidade Católica de Teologia em Utrecht – Holanda (1988), fez graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Norte do Paraná (2013). Atualmente é coordenadora do Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP).

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2022), é professor da Universidade de Pernambuco (UPE), *campus* Petrolina, e membro da Comissão Sociotransformadora da Pastoral Social da Diocese de Pesqueira-PE.

ministérios ou serviços. As CEBs têm rosto de Igreja profética, corajosa e solidária; elas são sinal da opção preferencial pelos pobres; são Igreja dos pobres. Trabalham *vendo* – a realidade do povo com olho crítico; *jugando* – enxergar a vida à luz do Evangelho; *agindo* – transformar a vida para que seja de acordo com o Evangelho; *celebrando* – rezar a vida, agradecer e pedir força e coragem na caminhada.

A segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968, confirma que as CEBs é a “célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento” (CELAM, 1984, p. 155). A terceira Conferência, onze anos depois, em 1979, reafirma: “648. Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as Comunidades Eclesiais de Base, de acordo com o espírito de Medellín e os critérios da *Evangelii Nuntiandi*” (CELAM, 1979, p. 193).

De tal modo, é anunciado que

1134. A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação. (CELAM, 1979, p. 274)

O compromisso assumido institucionalmente das CEBs como modelo eclesial a ser perseguido pela Igreja na América Latina foi fundamental para o seu desenvolvimento quantitativo e qualitativo, anotando-se importante afirmação profética na/da Igreja. Não obstante as suas tensões, elas tiveram, a partir da década de 1960, uma progressiva força, relevância e espaço no conjunto das Igrejas da Diocese de Caruaru, Pernambuco, especialmente, na formação de lideranças comunitárias, sociais, políticas e de intelectuais.

Por isso, neste artigo, vamos nos situar um pouco nos fundamentos das Comunidades Eclesiais de Base e na sua história no Agreste de Pernambuco – Nordeste do Brasil. Afinal, fazer memória da nossa caminhada é importante, pois nos ajuda a encontrar ânimo e esperança para os caminhos a seguir.

Premissas da formação das Comunidades

A Igreja das Comunidades Eclesiais de Base é uma Igreja da Base, onde fé e vida, numa ótica crítica e libertadora, encontram-se interligadas e as pessoas são vistas como construtoras de sua própria história. Para isso, esse jeito de ser Igreja suplica por relações humanas horizontais, nas quais a comunicação e o diálogo não acontecem de cima para baixo, de patrão para empregado, de padre para leigo, de branco para preto, de homem para mulher, mas ocorrem à base de igualdade, ou melhor, equidade.

Esse modelo de Igreja condiz com a definição eclesiológica de Igreja como Povo de Deus, do Concílio Vaticano II, e encontra seu fundamento bíblico numa palavra de Jesus Cristo que diz: “Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos” (João 15,15).

Porém, para conviver e dialogar em pé de igualdade e dignidade, e assim concretizar o novo jeito de ser Igreja das Comunidades Eclesiais de Base³, faz-se necessário cumprir alguns requisitos:

- a) As pessoas precisam desenvolver espírito comunitário. Não é tarefa fácil, pois nossa sociedade capitalista se constrói a partir

3 Para aprofundar o estudo sobre as CEBs, sugerimos as obras: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1988; BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981; SANTOS, Elenilson Delmiro dos. *CEBs ontem e hoje: ascensão, declínio e reinvenção*. João Pessoa: Libellus, 2019.

do lema de que o mais importante é o indivíduo, e não a coletividade. O individualismo leva as pessoas a serem egoístas. Nas CEBs, encontramos muitas pessoas que se colocam a serviço, voluntariamente, e nos inspiram de maneira grandiosa e simples com suas atitudes solidárias. Assim, concretiza-se o que diz um provérbio africano: “gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, consegue mudanças extraordinárias”.

- b) As pessoas precisam ter conhecimento, formação, visão, estudo. Durante séculos apenas os nobres, o clero e outras pessoas da classe alta da sociedade, praticamente apenas homens, tiveram acesso aos estudos e à ciência. O acesso de todos e todas à educação básica é relativamente recente. O acesso ao ensino médio e superior melhorou, mas está longe de ser satisfatório. No Brasil, a primeira vez que a Constituição destinou um capítulo à educação e proclamou-a como um direito de todos, foi em 1934! Mesmo assim, só na década de 1990 garantiu financiamento e estruturas estatais para assegurar que todos tivessem acesso à escola.

Dentro da Igreja, o apoio dos líderes eclesiais é indispensável para aplainar o caminho e concretizar a Igreja sonhada pelas CEBs. Esse apoio estava presente explicitamente nos anos 1970 e 1980, o que era como um alicerce pelo qual as Comunidades podiam se firmar, se formar e se organizar. Mas a partir de 1985, os ventos começaram a soprar numa direção contrária à abertura sonhada desde o Concílio Vaticano II. O apoio de bispos e padres, hoje em dia, é esporádico e a existência das CEBs está sendo silenciada por eles, sistematicamente, há mais de 30 anos!

Portanto, as CEBs ainda ocupam o lugar da utopia de projeto eclesial na Igreja. Estão vinculadas à espiritualidade das primeiras comunidades cristãs, com seus carismas e ministérios esperando a salvação ou libertação de todas as opressões.

As “parteiras” presentes na gestação das CEBs no Nordeste do Brasil

Podemos indicar várias grandes forças que incentivaram e acompanharam o nascimento das CEBs na região. Como já foi dito, a abertura do Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais de Medellín e de Puebla abriram as portas para uma nova eclesiologia, a partir do conceito “Povo de Deus”. A Teologia da Libertação e a Teologia da Enxada, por sua vez, ajudaram nas reflexões de análise crítica da realidade social, eclesial e política, auxiliando as comunidades na luta por direitos.

Houve, então, bispos, padres e seminaristas com um olhar preferencial para os mais pobres, isso em plena ditadura civil-militar em nosso país (1964-1985)! No Regional Nordeste 2⁴, Dom Helder Câmara representava a “Igreja dos Pobres”, iniciando o Movimento de Evangelização “Irmãos em Ação”, do qual nasceram inúmeras comunidades; nas Dioceses do Agreste de Pernambuco, dentro do clero, se destacam: Pe. Pedro Aguiar, Frei Juvenal Bomfim, Frei Angelino, Pe. Reginaldo Mazzon e o Diácono Paulo Macedo.

A gestação das Comunidades Eclesiais de Base coincidiu com a formação de Pequenas Comunidades de Religiosas e Religiosos Inseridas no Meio Popular (PCI). Nos anos 1980, eram mais de 130 dessas PCIs tanto no campo quanto nas periferias das cidades, ao longo de treze dioceses do Regional Nordeste 2. Nas décadas de 1980 e 1990 essas PCIs realizaram seis encontros, boa parte aconteceu no convento dos Franciscanos em Lagoa Seca-PB. Participaram, em média, trezentos e sessenta religiosas e religiosos em cada encontro. No livro, publicado em 1982, contendo o relatório do primeiro encontro regional, podemos ler, logo no início, o que caracterizava essas pequenas comunidades, que, na sua grande maioria, eram formadas por mulheres:

4 A CNBB Nordeste 2 é formada pelas 21 (Arqui)Dioceses dos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O que caracteriza essas pequenas comunidades é a vontade de se inserir no meio do povo mais pobre, no interior ou na periferia das cidades. Essas comunidades – de 2 a 5 pessoas – escolheram morar em casas simples, comum, à do povo do lugar; de participar mais da condição de pobreza do povo, e de suas lutas para sobreviver e defender seus direitos. É de fato, uma tentativa de viver de verdade o mistério de Jesus Cristo: encarnação, morte, ressurreição (CRB, 1982, p. 5).

Assim, marcaram presença nas dioceses do Agreste, os Franciscanos, as Missionárias de Nossa Senhora de Fátima, as Clarissas Franciscanas, as Cordimarianas, as Irmazinhas da Assunção, as Maristas, entre outras. A convivência dessas irmãs e desses irmãos no cotidiano do povo pobre foi fundamental e de extrema importância na organização e articulação das Comunidades Eclesiais de Base.

Tacaimbó, um dos berços das CEBs no Agreste de Pernambuco

Ao refletirmos sobre as Comunidades Eclesiais de Base no agreste pernambucano, analisarmos a cena na cidade de Tacaimbó-PE é inevitável para compreendermos um dos fortes braços de apoio para o surgimento e a dinâmica das CEBs na referida região.

As implicações vivenciadas pelos primórdios das CEBs na Região Agreste de Pernambuco, especialmente em Tacaimbó, coincidem com os tempos tenebrosos de uma ditadura. Mas, tendo em vista tal período, como ser CEBs em tempos tão difíceis? A interrogação nos permite responder analisando o profetismo daqueles que iniciaram em Tacaimbó através das CEBs, um novo jeito de ser Igreja que, sendo sal na terra, contribuíram na organização da vida em comunidade do povo de Deus e que se comprometeram com a defesa dos direitos humanos, na organização e conscientização em áreas rurais e nas periferias das cidades brasileiras.

Um dos métodos de atuação utilizado pelas CEBs, que as diferencia de outros movimentos e formas da presença cristã no meio do povo, é o respeito ao conhecimento das comunidades, não as percebendo como tábuas rasas, mas desenvolvendo a ação a partir das mesmas e, assim, transformando-se também num espaço de conhecimento/reconhecimento do próprio povo.

Assim sendo, as CEBs se constituíram num espaço de reconhecimento da fé viva, que nutre a luta por uma vida melhor para todos, tendo na organização da comunidade uma das principais atitudes para a promoção da reivindicação de direitos, tais como: moradia, saneamento, terra etc. Além disso, na articulação para criação de associações, cooperativas, sindicatos e militância em partidos políticos.

Durante a ditadura, à medida que as dificuldades aumentavam, as CEBs foram se tornando um dos poucos ambientes de articulação na luta contra tal regime, já que os militares controlavam as principais instituições ligadas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. As ameaças contra leigos e representantes do clero católico se intensificam ainda mais após a instauração do Ato Institucional nº 5 – AI-5 (13 de dezembro de 1968), com prisões arbitrárias, expulsões de padres estrangeiros e o extremo, o assassinato do padre Antônio Henrique, em Recife, no ano de 1969.

Pois bem, é importante recuperar esta memória para alimentar a luta, uma vez que, como nos ensinou o padre José Comblin, é importante a memória de movimentos anteriores como pontos de referência para ação. Uma sociedade apática tende a contribuir para uma cultura omissa. Portanto, é importante rememorarmos, mas que também possamos nos tornar referência para as próximas gerações.

É bem verdade que o contexto dos anos 1960 e 1970, enriquecido com o acontecimento do Concílio Vaticano II e sua reverberação na América Latina a partir das Conferências Episcopais, foi marcado por grandes profetas, santos-padres latino-americanos, como: Dom Hélder, Dom Pedro Casaldáliga, Dom José Maria Pires, Dom Frago, Dom

Dom Oscar Romero, Dom Manuel Larraín, Dom Leônidas Proaño, dentre tantos outros que contribuíram inestimavelmente neste processo. Em muitas destas figuras, devemos sempre buscar inspiração.

Em Tacaimbó, buscamos, na experiência da Teologia da Enxada (Guedes Neto, 2014) ali vivenciada, as origens para a organização dentre as primeiras CEBs no agreste pernambucano. Entre 1969-1971, um grupo de seminaristas do Instituto de Teologia do Recife (ITER) resolveu experimentar uma formação de tipo novo. Apoiados e sob a coordenação do padre José Comblin, dividiram-se em dois grupos, um foi para cidade de Tacaimbó e o outro para Salgado de São Félix-PB. Assim foi feito, durante três anos, dividiam o dia entre os estudos, a pesquisa e o trabalho na roça, e a noite normalmente era reservada aos trabalhos apostólicos.

Em 1977, através da Editora Vozes, o padre Comblin publicou tal experiência, cujo título é: *Teologia da Enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste*. Neste, o padre narra o processo inicial:

No início de 1969, o Seminário Regional do Nordeste resolveu correr o risco de dar cobertura e orientação a uma experiência de tipo novo. Nove seminaristas de diversas dioceses, autorizados pelos seus respectivos bispos, projetaram viver alguns anos numa região rural. [...] Repartiram-se em dois grupos, um de quatro pessoas e outro de cinco. O primeiro instalou-se em Tacaimbó, município do Agreste pernambucano, situado a 170 km do Recife. O segundo foi viver em Salgado, município do Agreste paraibano, situado perto de Itabaiana a 80 km de João Pessoa e a 130 km do Recife.

Os dois grupos constituíram um programa de vida em que a parte da manhã era reservada aos trabalhos de agricultura, a parte da tarde ao estudo e a noite aos trabalhos apostólicos. (Comblin, 1977, p. 9)

Faziam parte das equipes: Francisco das Chagas, desistente após o primeiro ano e que foi substituído por Enoque Salvador de Melo; João Firmino, João Moura e Raimundo Nonato, todos eles

localizados em Tacaimbó. Em Salgado de São Félix, a equipe era composta por: Ivan Targino, João Batista, João Almeida, José Diácono e Raimundo Silva.

Em livro autobiográfico, Francisco das Chagas narra como se deu a chegada à Tacaimbó, e os primeiros momentos da experiência de formação nesta cidade:

O João Moura e eu, com o João Firmino e o Nonato formamos a nova equipe e rumamos para Tacaimbó. De trem. Foi a primeira vez que andei de trem. [...] Instalamo-nos na casa paroquial, sob os olhares curiosos da população. [...] Nossa rotina era de atividade intensa: manhã, na roça; tarde, estudo e pesquisa de campo; noite, atividades na igreja e visita às famílias, com objetivos ora pastorais, ora de pesquisa de ordem teológica: o que o povo pensa sobre..., para compararmos com o que a doutrina oficial da Igreja ensina sobre os temas, como orientava o Pe. Comblin. (Rodrigues, 2014, p. 86-87)

Como descrevem as citações acima, parte do horário de formação era reservado ao trabalho, uma vez que uma das características dessa experiência era o autossustento material do grupo, sem a dependência financeira da Diocese, da paróquia ou do Seminário.

O método da Teologia da Enxada foi depois implantado no Seminário de Talca – Chile, por Comblin e, após na sua volta ao Brasil, no início dos anos 1980, na Paraíba, em Avarzeado e depois em Serra Redonda, onde funcionou o Centro de Formação Missionária (CFM).

É importante ressaltar que além dos seminaristas da Teologia da Enxada serem acompanhados pelos professores do Seminário Regional Nordeste 2, tais como, o próprio padre José Comblin, eram também orientados pelos padres Eduardo Hoornaert, Joseph Servat, dentre outros. Na cidade, os seminaristas tiveram inicialmente o acompanhamento do padre Geraldo e depois, por solicitação dos seminaristas, de alguém que tivesse mais afinidade com a formação e o trabalho que desenvolviam, passando a ser acompanhados pelo padre Pedro

Aguiar. Frei Enoque, um dos seminaristas da Teologia da Enxada, assim descreveu tal momento:

Nós éramos acompanhados por um Padre de São Caetano, Carmelita e tínhamos alguns atritos com ele, daí houve a substituição dele por Pedro Aguiar. Pedro era advogado, tinha experiência em trabalhos de Base com a comunidade, vira o acompanhante da gente, a paróquia de Tacaimbó se desmembra de São Caetano e aí vira um lugar independente (Salvador, 1971, n.p.).

Ambos, Padre e seminaristas, tinham a mesma formação teórica, ligada às ideias do Concílio Vaticano II, à experiência de Medellín, ou seja, à efervescência progressista que o catolicismo vivenciava naquele momento. Terminada a formação da Teologia da Enxada, ano de 1971, um dos seminaristas optou por não se ordenar e continuou suas atividades na cidade e região, organizando e animando as comunidades de base – refiro-me a Raimundo Nonato de Queiroz.

Junto com o padre Pedro Aguiar, Nonato desenvolveu atividades de organização das comunidades do campo e da cidade, tais como a construção de casas populares, reorganização da festa do padroeiro local, Santo Antônio, criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e produção de roçados em mutirão, foram algumas das ações por eles constituídas, com base na demanda levantada pela própria comunidade. Dentre os membros das comunidades e que já no início participaram diretamente deste processo, podemos citar: Maria Viúva, Malaquias, Seu Nena e Dona Maria, Dona Alice e depois entraram José Nunes, Antonio Pedro, Bernardina, Maria Guedes e Dona Judite Cintra. A estes se somaram as comunidades da área rural tacaimboense, tais como: Boa Vista de Baixo: Moisés Marques e Amaro Capitão; Impueiras: Neco Caboclo, Geraldo Nascimento e Júlio Pivô; Trapiá: Antonio Ferreira, Leia, Manoel Nunes e do Sítio Onça: Caetana Paulo, Guida, depois Fana e Chico.

A organização das CEBs foi forte e certamente contribuiu para a articulação das comunidades em nível regional, uma vez que consideramos as atuações iniciais da Raimundo Nonato e Pedro Aguiar como sendo as principais referências na diocese de Caruaru, pelo menos até 1984 no caso do primeiro, e início dos anos 2000, no caso do segundo. Ao mesmo tempo que ocorria a atuação de outras referências no Agreste, como Frei Juvenal na diocese de Garanhuns e os padres Reginaldo Mazon e Zé Maria, da diocese de Pesqueira.

Além de contribuir nos anos 1970, conforme já citamos, para a fundação do sindicato rural, construção de casas populares e nova dinâmica de organização da festa de Santo Antônio, que deixou de ser uma festa de promoção dos poderosos da cidade para ser organizada pelas comunidades e sem interferência daqueles que usavam a festa também com o intuito de ganhos políticos individuais, no final desta mesma década e início dos anos 1980, tinha um nível de articulação e organização de tal forma que, na seca que assolou a região entre 1979 e 1983, conseguiu estabelecer projetos alternativos junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que proporcionou: oito revestimentos de barreiros com tijolos no sítio Boa Vista de Baixo, Papa Terra, Boa Vista de Cima, Melancia, Serrote da Carreira e Zezinho Florentino Lagoa Grande. Três Tanques de Pedra nos sítios: Onça, Cafundó e Serrote da Carreira. Quatro Poços Amazonas, nos sítios: Fazenda Tacaimbó, Várzea da Cobra e Cafundó e duas Cisternas em Serrote da Carreira e Cambueiro.

A descrição minuciosa que apresentamos serve para ressaltarmos a capacidade de inserção comunitária das CEBs em Tacaimbó e a importância de projetos alternativos como estes que desvinculavam agricultores(as) ou moradores(as) do campo da dependência política local, base da troca de favores por votos, além de afirmar o protagonismo e autonomia do povo em comunidade.

Os anos 1980 também tiveram como marcas das atividades das CEBs a luta pela desapropriação de terras da Fazenda Tacaimbó,

conquista que ocorreu em 1982 e beneficiou 700 famílias com um total de 3.700 hectares de terras sendo divididos entre eles. Nos anos seguintes, ocorreram a fundação da Cooperativa Agrícola Mista dos Pequenos Agricultores de Tacaimbó Ltda. (CAMPEATA) e a criação do Projeto São Vicente, pela SUDENE, que, com o apoio do Deputado Federal Miguel Arraes, entre 1986-1988, foram aprovados 35 projetos dos quais beneficiaram cerca de 1.200 famílias. Este período ainda teve como novidade a primeira vez na História política da cidade que se estabeleceu um terceiro grupo político para concorrer às eleições municipais, ou seja, refiro-me à participação das CEBs em Tacaimbó nas eleições de 1982 e 1988, nas quais apresentaram candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Com o processo de abertura política que retornava o país ao pluripartidarismo, as CEBs em Tacaimbó acrescentou à sua luta, o desafio da política partidária e, das três vezes na história da cidade que houve três candidatos a prefeito, por duas vezes assim se procedeu devido à participação das comunidades, que por dois momentos pleiteou o executivo municipal em 1982, quando apresentou como candidato Antônio Guedes (PMDB), irmão de Nonato, e em 1988 (PMDB) concorrendo com Zenon, um animador de comunidade, membro das CEBs.

Desta maneira, destacamos as ações desenvolvidas pelas CEBs em Tacaimbó, associando à experiência da Teologia da Enxada, e a continuação do processo de animação das comunidades, que a partir da segunda metade da década de 1980, não mais com a participação direta de Nonato, pois ele foi para Serra Redonda, em 1984, tocar o projeto do CFM com o padre José Comblin, João Batista e outros.

Com o fim da ditadura militar em 1985, de algum modo as CEBs sofreram com certo esvaziamento em decorrência do processo de “redemocratização”, tendo em vista que muitos daqueles impedidos de desenvolver suas atividades políticas, e que tiveram nas CEBs o guarda-chuva de proteção durante os anos ditatoriais, migraram para a militância em partidos políticos ou outros espaços de luta. Os

surgimentos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) tiveram nas CEBs um dos braços que contribuíram para as suas formações.

Associado à questão política destacada, percebemos como todo um processo de reorganização ou desorganização do que vinha sendo construído no catolicismo, sobretudo como resultado do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, foi acontecendo na Igreja Católica, a partir das decisões da Cúria sob o pontificado de João Paulo II, o distanciamento das atividades católicas das periferias do mundo e, assim, contribuindo para a ascensão em tais setores do neopentecostalismo e da teologia da prosperidade.

Haja vista toda a perseguição sofrida por Leonardo Boff, condenado ao silêncio obsequioso devido à publicação da obra Igreja, carisma e poder. Parecia um retorno à inquisição.

Pudemos notar o empenho da hierarquia católica em desarticular os trabalhos desenvolvidos por dioceses ou regiões mais progressistas, como o que ocorrera na Arquidiocese de Olinda e Recife, quando da substituição de Dom Hélder por Dom José Sobrinho, que dentre outros aspectos, fechou o ITER. Ou seja, tanto a conjuntura política não favoreceu, como, sobretudo, o processo de reformulação das decisões do Concílio Vaticano II, que a Igreja internamente se preocupou em enfraquecer, são os aspectos fundamentais para entender o refluxo que as Comunidades Eclesiais de base sofreram durante o final dos anos 1980 e a década de 1990. Inclusive, as CEBs em Tacaimbó não estiveram imunes a este processo.

Quando chegamos aos anos 2000, o processo de enfraquecimento interno que destacamos anteriormente continua. Uma Igreja cada vez menos povo de Deus, distante da realidade do seu próprio povo, com formações para o sacerdócio cada vez mais tradicionais.

Os anos de governo do PT, que do ponto de vista social foi um alento, parece ter acomodado as bases. Por outro lado, como vivemos em tal momento o melhoramento dos índices sociais, os financiamentos

de entidades estrangeiras para a formação não tinham mais razão de ser, o que acabou sendo um complicador a mais.

Temos, então, com todos estes aspectos somados, cada vez mais estabelecido o enfraquecimento das CEBs. Não o dizemos como fatalismo ou pessimismo, mas como análise da concretude que alerta e conclama para a reação, sobretudo, no atual momento em que vivemos, resultado das políticas nefastas dos governos Temer e Bolsonaro, que têm suas origens no golpe de 2016 contra a primeira mulher eleita presidenta do país, Dilma Rousseff, e contra o povo brasileiro.

Talvez, arrisco-me a afirmar, nunca as Comunidades Eclesiais de Base foram tão necessárias!

Num momento em que as pessoas são utilizadas como instrumentos da prosperidade e riqueza de alguns em nome da fé, de atentado à democracia e aos direitos conquistados a duras penas por trabalhadores em diferentes momentos da História, quando até a nossa mãe natureza já dá claros sinais de esgotamento, não vejo como não mencionar a importância das CEBs neste momento. Não vejo como não convidar padres, leigos, crentes das mais diversas crenças a se reunir na luta por aquele que é um dos maiores ensinamentos de Cristo: o amor ao próximo e a justiça em seu favor.

Para tanto, é preciso resgatar a mística de homens e mulheres que foram as CEBs em tempos de ditadura, lutar contra o processo de desestruturação interna que contribuiu para os últimos termos e continuar estimulando e fomentando as formações e os debates.

Tacaimbó, por exemplo, no lugar da experiência que mencionamos neste tópico, é atualmente governada pelo Partido dos Trabalhadores, por um jovem negro, afilhado de padre Pedro Aguiar e filho de uma das leigas que viveu a experiência das CEBs na cidade. Arrisco-me a dizer que, de alguma forma, é herdeiro das tradições comunitárias que a sua mãe, leiga das CEBs, lhe proporcionou.

Portanto, como diz Frei Betto, deixemos o pessimismo para dias melhores.

Há experiências em meio a tantas dificuldades sendo realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelas Escolas de Formação Missionária, que Comblin nos legou, pelo movimento Fé e Política, pelas Escolas diocesanas e regionais de Fé e Política. Então, sejamos otimistas, criativos e saibamos aproveitar o tempo de Francisco, pois como bem afirmou o 40º Natal das Comunidades realizado no Santuário das Comunidades no sítio Juriti, Caruaru-PE, “Faz escuro, mas cantamos!”.

A Fundação Santuário das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco

Como vimos, as CEBs do Agreste de Pernambuco nasceram do Movimento de Evangelização, nos anos 1970, espalhadas em diversas paróquias e presentes nas três dioceses da região. Logo que foram tomando ciência uma das outras comunidades, sentiram a necessidade de estreitar as articulações, em vista de uma melhor organização de suas experiências. Formou-se um grupo de agentes de pastoral, que unia religiosas, padres, leigas e leigos oriundos das três Dioceses do Agreste: Caruaru, Garanhuns e Pesqueira. Esse grupo se reunia periodicamente para refletir e celebrar a caminhada comunitária.

Em 1975, Pe. Pedro Aguiar e Dona Maria Viúva, de Tacaimbó, participaram do 1º Intereclesial de CEBs em Vitória/ES. A participação em Intereclesiais seguintes marcaram a vida de animadores e animadoras de nossas comunidades, que vibraram com a vitalidade, as trocas de experiências, as reflexões, a criatividade bíblica e litúrgica nestes encontros nacionais.

Nos anos 1980, as CEBs “pipocaram” nas três dioceses, com o apoio dos bispos Dom Tiago Postma, Dom Augusto Carvalho e Dom Manoel Palmeira da Rocha. A organização das Comunidades foi crescendo e começou-se a sonhar com um espaço próprio para a formação

de agentes comunitários. Sentiu-se a necessidade de melhorar a formação, a articulação, a organização e a autonomia. E, em maio de 1989, foi criada a Fundação das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco. Numa Cartilha das Comunidades podemos conhecer essa história, escrita por Pe. Pedro Aguiar *et al.* (1995, p. 8-12), na época, coordenador de pastoral da Diocese de Caruaru:

Assim como o carro de boi está presente na vida do pequeno agricultor do Agreste, o Espírito Santo está presente na história da organização das Comunidades. O Espírito Santo é o eixo do carro. É ele que dá força às rodas. E na estrada, nos caminhos, vão ficando as marcas de sua passagem. O povo das Comunidades é como o carro de boi. Vai rodando, vai gemendo, vai cantando, vai deixando o rastro de sua passagem. E cada trilha que fica no chão não pode ser apagada. Ela deve ser escrita para os que vem depois.

E onde e quando começou a História das Comunidades do Agreste? É difícil saber com precisão. É como a mulher que fica grávida e não sabe com certeza o momento em que a nova vida começou dentro dela. Mas sente que tem uma coisa nova, viva e bonita. [...] O namoro das Comunidades foi assim: Antes de 1981, as nossas comunidades do Agreste, quase não se conheciam. Viviam isoladas, sem muito incentivo para suas lutas e suas organizações. Surgiu a ideia de se encontrarem as Comunidades mais próximas para trocarem suas experiências e estudar mais a Palavra de Deus, o que é Igreja e conhecer melhor também o chão das Comunidades ou seja: conhecer melhor a realidade de cada uma.

Com a ajuda de algumas pessoas de mais experiência, como padre Guerre, que vivia em Recife, foi organizado o Cursinho das Comunidades, reunindo de cada vez algumas Comunidades, em lugares diferentes: Tacaimbó, Camocim, Santa Cruz do Capibaribe. Nós, das Comunidades, gostamos muito da experiência, porque a gente começou a conhecer mais gente que estava na mesma caminhada. Começamos também a conhecer melhor a História do Povo de Deus e a nossa própria História.

A partir daí a gente começou a pensar em se articular com mais Comunidades, num encontro maior. Nasceu, então, a ideia de fazer o Natal das Comunidades do Agreste. A ideia foi boa e acolhida por muita gente. Finalmente, no último domingo de dezembro de 1981, em Camocim de São Felix, se encontraram cerca de 2.000 pessoas para celebrar o 1º Natal das Comunidades do Agreste. Parecia que, de repente, uma grande luz tinha brilhado para todos nós. A alegria tomou conta de nossos corações. [...] E a vida, a partir daí, tem sido muito rica em valores, alegria, preocupação, dores, gemidos, lutas, vitórias, desencantos, momentos difíceis, mas tudo isso sendo rodado em cima de uma terra que se chama esperança. [...]

Temos uma terra. Terra conquistada por nós em 1988. Nela está o marco do 8º Natal das Comunidades. Tornou-se o Santuário da Nossa Senhora Mãe das Comunidades. É uma terra pequena, mas é bem grande, pois é de todos: lugar de encontro, de amizade, de treinamento e de capacitação. Em maio de 1989, numa Assembleia das Comunidades do Agreste, constituímos neste espaço a Fundação Santuário das Comunidades.

A Fundação Santuário das Comunidades Eclesiais de Base visibiliza, em comunhão com as diretrizes da CNBB, esse jeito novo de ser Igreja, uma Igreja circular ou sinodal, uma Igreja que nasce dos pobres, uma igreja ministerial e igualitária. Em mais de três década de sua existência, tornou-se um Centro de Formação para Lideranças Comunitárias e, de certo modo, referencial para as Comunidades Eclesiais de Base da CNBB/Regional Nordeste 2.

Além de representações de CEBs, acolhe movimentos populares, grupos de pastorais sociais, organizações não governamentais, e demais grupos que lutam pela melhoria da qualidade de vida do povo empobrecido e usam o Centro de Formação para seus encontros, seminários, assembleias e retiros.

São objetivos da Fundação Santuário das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco, em consonância ao seu Estatuto Social (1981):

Apoiar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do Agreste de Pernambuco e outras organizações populares atuantes nesta área geográfica que possuam objetivos similares aos da Fundação; Investir na capacitação bíblica – teológica – política, de pessoas ligadas ao trabalho de CEBs, pastorais e movimentos sociais, preparando-as para melhor atuarem na igreja e na sociedade civil; Implementar experiências sustentáveis na linha de agroecologia e medicina alternativa, bem como outras atividades relacionadas à prática da economia solidária.

Ao longo dos anos, a Fundação sempre buscou meios para manter viva a articulação das CEBs, trabalhando como eixos estruturantes: a formação, a autonomia, a sustentabilidade e a espiritualidade das comunidades. Fez parcerias com entidades, dentro e fora do país, para garantir a formação de lideranças comunitárias, em diversas áreas: bíblia, espiritualidade, cultura popular, conjuntura política, direitos humanos e cidadania, apicultura, horta orgânica, saúde integral e juventude do meio popular.

Conseguiu fazer isso por ser uma entidade de pessoa jurídica com CNPJ. Centenas de pessoas, jovens e adultos, mulheres e homens, de comunidades rurais e urbanas passaram pelos cursos de formação oferecidos no Centro de Formação do Santuário das Comunidades, com resultados excelentes, principalmente quanto à formação e à espiritualidade: pessoas crescidas na fé e no compromisso social, lutando por uma sociedade do bem viver. No final de 2021, celebramos o 40º Natal das Comunidades com o tema: Faz escuro, mas cantamos: é Natal! Celebramos a partir de um tríduo, escrito por nós⁵, a nossa teimosia, nossa solidariedade e nossa esperança.

5 Todos os anos, as Equipes de Coordenação de CEBs das três dioceses do Agreste de Pernambuco escrevem uma novena de natal, como subsídio em preparação do Natal das Comunidades. Já são 42 subsídios contando a história das comunidades numa leitura que liga a fé com a realidade da vida.

Desafios e Esperanças

A partir dos anos 1990, ficou cada vez mais evidente os resultados de uma nova política eclesial que se iniciou a partir do pontificado de João Paulo II (1978-2005) e perdurou durante todo o pontificado de Bento XVI (2005-2013): uma volta à grande disciplina, restaurando a igreja na sua velha doutrina e hierarquia. Em vez de se abrir para o mundo, a Igreja se fechou. A nova política aconteceu através de nomeações de bispos conservadores, o reforço da ortodoxia e da disciplina e a valorização de movimentos leigos de cunho conservador (ISER, 1990). Teólogos como Leonardo Boff e Ivone Gebara foram silenciados, Bispos progressistas como Dom Helder Câmara e Dom Pedro Casaldáliga foram substituídos por bispos conservadores.

Com a Teologia da Libertação condenada, os seminários mudaram o perfil de entrada e de formação teológico-pastoral. O ITER, efervescência intelectual regional, fechado! Tudo isso teve um enorme impacto na vida das Comunidades Eclesiais de Base. Uma nova geração de padres e bispos simplesmente negou a existência das Comunidades e a estratégia foi falar de comunidades missionárias, com ênfase nos assuntos internos de igreja.

Diante dessa situação, a Fundação Santuário das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco, tendo autonomia como pessoa jurídica, se deu bem, por não depender estrutural e financeiramente de nenhuma paróquia ou diocese. Mas, logicamente, sua articulação com as bases nas paróquias sofreu. Na diocese de Caruaru, por exemplo, os membros da Equipe de Articulação das Comunidades têm, todos, experiência de uma vivência numa Comunidade Eclesial de Base no passado. Hoje, fazem a articulação com grupos jovens, com conselhos municipais, com jovens de escolas públicas, com grupos culturais, com algumas pastorais sociais, e sim, com comunidades paroquiais que não são definidas como CEBs. Houve, então, a “paroquialização” das Comunidades e não

a “comunitarização” das paróquias: as paróquias organizadas em rede de Comunidades.

É bem verdade que o pontificado do Papa Francisco (desde 2013) trouxe de volta à agenda, uma reforma eclesial baseada na tradição do Concílio Vaticano II, que ele denomina “Igreja em saída”. Aponta para uma Igreja dos Pobres, com estrutura sinodal, condenando toda e qualquer forma de clericalismo. Mas os frutos dessa reforma são muito tímidos. Apontar é uma coisa, alcançar e efetivar é outra!

Não somos muito otimistas nesse ponto. Só o tempo vai revelar se a Igreja já não perdeu o bonde, sem fazer a reforma estrutural de fato, e sem dar voz e vez aos ditos “leigos” e principalmente às mulheres como membros adultos e de pleno direito em todas as esferas da estrutura eclesial. Basta ver os dados: em 1970, mais de 90% da população brasileira se disse católica, em 2020, baixou para 50%! (Balloussier, 2020).

Apesar de tudo, o Santuário das Comunidades continua firme na sua missão, respondendo às premissas na formação das Comunidades, teimoso, solidário e esperançoso visibilizando comunidades de fé comprometidas e engajadas nas lutas do povo sofredor, a partir de uma hermenêutica bíblica do Centro dos Estudos Bíblicos (CEBI); vivenciando e ensinando o espírito comunitário, em comunhão com os ensinamentos sociais da Igreja e se opondo contra o sistema neoliberal que corrói a nossa sociedade e os nossos biomas; oferecendo conhecimentos numa pedagogia do grande educador Paulo Freire (1996) que disse: ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção; buscando apoios dentro e fora da Igreja, fortalecendo-se com grupos de resistência e de profecia, que Dom Helder Câmara chamava de minorias abraâmicas.

Referências

AGUIAR, Pedro *et al.* *Cartilha das Comunidades*. 2. ed. Caruaru: Fundação Santuário das Comunidades; Gráfica Vanguarda, 1995.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. *Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha*. Folha de São Paulo, SP, 13. jan. 2020. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-enegra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 1º nov. 2021.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COMBLIN, José. *Teologia da Enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1977.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Medellín: conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Puebla: conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB). *Caminhada das Pequenas Comunidades: Primeiro Encontro das Pequenas Comunidades do Nordeste II, em Lagoa Seca – PB, 1981*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. *Estatuto Social da Fundação Santuário das Comunidades*. Caruaru, 1981.

GUEDES NETO, Adauto. *Teologia da Enxada e Ditadura Militar: relações de poder e fé no agreste pernambucano entre 1964-1985*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

ISER. Estação de seca na Igreja. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, Ano 9, n. 39, 1990.

RODRIGUES, Francisco das Chagas. *Memoriam: notas autobiográficas seletas*. Teresina: Editora do Autor, 2014.

SALVADOR, Frei Enoque. [Correspondência]. Destinatário: padre Joseph Servat. Tacaimbó, 4 out. 1971. Acervo Memorial Raimundo Nonato, Bayeux-PB.

SANTOS, Elenilson Delmiro dos. *CEBs ontem e hoje: ascensão, declínio e reinvenção*. João Pessoa: Libellus, 2019.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1988.

A produção do conhecimento a partir das CEBs do Agreste de Pernambuco

Julyana Nascimento de Andrade¹

Introdução

O Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 a 1965, surgiu como consequência de uma abertura democrática para a Igreja Católica, visando a uma reestruturação interna. Com isso, provocou importantes impactos na Igreja de Caruaru – e não foi apenas na reconstrução de sua catedral! Logo após o retorno dos bispos para seus países de origem, a América Latina vivenciou um período de apogeu hegemônico de uma Igreja mais democrática e ideologicamente arranjada para garantir a participação dos chamados leigos em atividades de liderança, coordenação eclesial e ministração sacramental – anteriormente destinada apenas ao clero católico. Surgiam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por vontade do bispo ou por iniciativas dos próprios comunitários.

Nestes termos, sob os ventos democráticos, iniciaram várias formas de organização do pensamento e da prática pastoral, como é o caso da Teologia da Libertação, que seguia a premissa de que o Reino de Deus estava destinado aos empobrecidos (Nascimento, 2006, p. 9), de tal modo que a Igreja vai se distanciando das elites econômicas e

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), possui graduação em História pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (2021). Atualmente é integrante da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Riacho das Almas e da equipe técnica voluntária do Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP).

se aproximando das periferias, visando à libertação das explorações e das opressões.

Concomitantemente a esse contexto, nesse período, anotou-se uma estabilidade financeira nos conventos das congregações religiosas. Os recursos advindos das próprias obras, das doações de particulares e de incentivos governamentais permitiram que essas ordens religiosas desenvolvessem projetos próprios, com certa autonomia em face das Igrejas locais (Nunes, 2018), possibilitando a saída dessas mulheres dos *muros* dos conventos e das escolas para os meios populares.

A reinvenção da Igreja, por meio do Vaticano II, e, de modo especial, das Conferências do Episcopado Latino-Americano, promoveu um discurso-ação contra as ordens opressoras. Historicamente aprisionadas pelo patriarcado de sustentação religiosa, fruto dessa novidade, as mulheres passaram a participar mais. Ora, desde o começo das CEBs, as mulheres leigas e religiosas foram indispensáveis para a efetivação na nova estratégia pastoral, as religiosas “foram não somente numerosas, mas também, a qualquer outro fator com que se possa compará-las, as mais eficazes no estabelecimento de comunidades nos bairros pobres das cidades” (Nunes, 2018, p. 504).

A fim de cumprir o objetivo conciliar, parte da Igreja Católica se remodelou, de modo que o anseio profético retirou religiosas(os) dos seus muros e as(os) levou a (con)viver nas periferias. Essas casas, onde três ou quatro religiosas viviam com a simplicidade do povo empobrecido, passaram a ser chamadas de Pequenas Comunidades Inseridas no Meio Popular – PCI (Ribeiro, 2003).

As CEBs, no Brasil, também surgiram na década de 1960, de forma dispersa, de modo que é difícil saber com exatidão quando e onde foi a primeira experiência. Surgem da própria autonomia comunitária, primeiro, pela carência de religiosos em comunidades de fé mais afastadas dos centros urbanos, principalmente no campo e nas periferias das cidades; depois, pela ação da própria Igreja. Essas comunidades são expressão pastoral da Teologia presente nas conclusões do

Concílio Vaticano II, propondo-se a ser “um novo jeito de ser Igreja, para construir uma sociedade nova” (Guerra *et al.*, 1992, p. 8).

Igualmente, também é difícil designar o momento de emergência das comunidades no Agreste pernambucano. Sabe-se que

Antes de 1981, as nossas Comunidades do Agreste quase não se conheciam. Viviam isoladas, sem muito incentivo para as suas lutas e suas organizações. Surgiu a ideia de se encontrarem as Comunidades mais próximas para trocarem suas experiências e estudar mais a Palavra de Deus, o que é a Igreja e conhecer melhor também o chão das comunidades, ou seja: conhecer melhor cada uma. (Guerra *et al.*, 1992, p. 6).

Nesse sentido, no ano de 1989, surge a Fundação Santuário das Comunidades, na cidade de Caruaru-PE, lugar que se constituiu como centro de formação das CEBs, convergindo as comunidades das Dioceses de Caruaru, Pesqueira e Garanhuns.

Esse espaço catalisa as práticas de educação não formal, primeiramente com um grupo que vai se constituir em estudos da realidade das comunidades. Depois, para um grupo de pessoas que formava o conjunto das CEBs nessas dioceses. A Fundação Santuário das Comunidades tem como destinatários da organização e da formação popular aqueles que são “empobrecidos” ou excluídos, composto por mulheres, crianças, camponeses, negros, indígenas. Enfim, as pessoas marginalizadas da sociedade, da política e dos direitos humanos.

Em comum, esse grupo sofre as várias formas de opressão, algumas causadas pelas condições da natureza, como a seca – piorada pela chamada indústria da seca² – ou causadas pela [in]jação do Estado, como a desnutrição, a carestia, a falta de políticas de educação ou

2 A indústria da seca é uma terminologia que denomina a estratégia de alguns políticos, no Nordeste brasileiro, que aproveitam a seca para malversar o erário público, constituindo vultosos desvios de recursos ou beneficiando-se das obras públicas para benefício próprio.

de saúde. Mas, há aquelas estruturais, que estão no campo simbólico e cultural, como o machismo e as formas de plantar e de criar animais. Em todos os casos, o que tinham em comum era a necessidade de Libertação. Para além da esfera socioeconômica, “a ‘libertação’ se traduz pelo estabelecimento de estruturas sociais que garantam a justiça e a igualdade nas relações sociais, inclusive na Igreja” (Nunes, 2018, p. 506).

De modo especial, a libertação como horizonte das CEBs e um modelo eclesiológico de uma sociedade includente não se deram de forma automática. O amadurecimento das questões se dá ao longo do tempo, uma vez que questões para além da libertação econômica ou questões vinculadas à cultura se deram à medida que as discussões foram sendo feitas. É desse modo que o modelo formativo das comunidades de base do agreste imprime importante significado de ação junto às camadas populares. Não relegada aos intelectuais, o processo de remodelação da sociedade por meio da reflexão coletiva e apropriação de novos jeitos de pensar concretizam a máxima de Paulo Freire (1981, p. 79): “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Neste texto, propomos discutir questões e temas próprios da formação das comunidades de base do Agreste de Pernambuco. Com isso, identificar nessa tecnologia aspectos que sustentam a tese de Libertação, impressa num modelo de formação reflexiva, que leva os sujeitos a uma releitura da Bíblia a partir das experimentações da própria vida.

Sobre a educação nas Comunidades Eclesiais de Base

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) prescreve, em seu primeiro artigo, que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência

humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Por sua vez, Maria da Glória Gohn (2006) explica que a educação se constitui a partir de três diferentes contornos: formal, como ocorre nas escolas; informal, que decorre de processos naturais e espontâneos; não formal, quando existe a intenção de determinados sujeitos em criar ou buscar determinados objetivos de conhecimento fora do ambiente escolar.

A autora em tela aponta que são várias as dimensões da educação não formal, desencadeadas como processos de aprendizagem. Dentre as quais,

A aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; [...] a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo (Gohn, 2006, p. 28).

Isto é, busca possibilitar por meio de um conjunto de conhecimentos, que os indivíduos se tornem “cidadãos do mundo, no mundo” (Gohn, 2010, p. 19). Balizado por tal princípio, propõe-se a uma *práxis* pedagógica dialógica e filosófica de *ser-no-mundo*, em vista de um processo de inclusão.

Para Valeria Aroeira Garcia (2009, p. 36), “a estrutura que caracteriza a educação não formal não indica que inexista uma formalidade e que a lógica existente não seja educacional. Ambos acontecem, mas de uma maneira diversa daquela da escola”. Esse modo de educação não tem, necessariamente, o papel de suplementar a educação escolar, é uma modalidade de ensino mais ampla, geralmente acontece de maneira concomitante.

Já que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9), é importante observar como essa *leitura de mundo* ocorre como educação não formal na Fundação Santuário das Comunidades, a qual tem sido utilizada para potencializar o preparo para o exercício da cidadania, especialmente por meio da transmissão de informações atualizadas, na urgência das tensões sociais e da formação política para a justiça social.

Dentro deste horizonte, o plano pedagógico dessas Comunidades ganha seu significado de *práxis libertadora*. Isto é, a participação nas CEBs tem desencadeado processos de entendimento de suas opressões, como consequência, tem-se gerado consciência do que oprime, levando os comunitários à luta pela emancipação.

Assim sendo, a formação comunitária propõe-se indubitavelmente ao sentido, sentimento e necessidade de libertação, conforme tem observado Ribeiro (2003), Nascimento (2006), Andrade (2019), Andrade e Nascimento (2022), já que “antes das CEBs o povo era todo acomodado. Foram as CEBs que despertaram o povo para assumir a reivindicação de seus direitos, a luta pela justiça, pela liberdade dos oprimidos” (Guerra *et al.*, 1992, p. 9).

Ao propor um novo jeito de ser Igreja, tem como uma de suas características mais marcantes a importância da relação entre fé e vida, em um processo de aproximação entre o tangível e o intangível a partir de uma releitura da Bíblia em que o cotidiano dos excluídos e dos empobrecidos toma a centralidade do discurso, incentivando a *práxis* no mundo.

Sob esta perspectiva, a Fundação Santuário das Comunidades, como um dos braços organizacionais das Comunidades Eclesiais de Base em Pernambuco, tem mantido um espaço físico de formação que é referência regional na construção de saberes. É sob sua coordenação que instrui e sistematiza as cartilhas formativas que, ao mesmo tempo, são celebrativas. O material leva em conta o perfil pouco alfabetizado dos comunitários, suas trajetórias de vida e experiências de produção.

São escritas para [e em conjunto] com as lideranças comunitárias, disseminando a possibilidade de uma construção conjunta acerca de uma nova compreensão de si mesmos(as) no [e com o] mundo.

Sobre as cartilhas

Algumas épocas do ano são marcos para o processo organizacional das CEBs do Agreste pernambucano. Períodos festivos do calendário eclesial são geralmente escolhidos como épocas de reflexão coletiva com as comunidades, para além das formações contínuas que mantém numa parceria com o Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP).

Mês de maio, páscoa, quaresma, dentre outras datas, são comemorados em pequenos ou grandes grupos, nas comunidades de base espalhadas pelas três dioceses do agreste pernambucano. Para estes encontros eram produzidos subsídios construídos pelos articuladores e assessores das CEBs, sistematizados em cartilhas. O documento tem como princípio metodológico fundamentado numa pesquisa-ação, do tipo *ver-julgar-agir*. Esse método,

[...] tinha trazido uma nova maneira de se considerar a ação reveladora de Deus. Antes de procurar saber o que Deus falou no passado, ele procura *Ver* a situação do povo hoje, os seus problemas. Em seguida, com a ajuda de textos da Bíblia, procura *Julgar* esta situação. Isto faz com que, aos poucos, a fala de Deus já não venha só da Bíblia, mas também dos próprios fatos iluminados pela Bíblia. E são eles, os fatos, que assim se tornam os transmissores da Palavra de Deus e que levam a *Agir* de maneira nova (Mesters, 2005, p. 10).

A leitura dos textos sagrados a partir desta metodologia surte um grande efeito, estimulando na leitura dos textos bíblicos a encontrar outras interpretações. Com isso, elaborar uma prática religiosa

diferenciada, marcada pela busca das promessas de um Deus que garante cidadania ao seu povo (Pinsky, 2010). Não era mais possível esperar uma ação caritativa do Estado, a solução para o problema da fome, da carestia e do inaccessível às políticas passa pela ação organizada da comunidade para a exigência da garantia de direitos.

Imbuídos nesse horizonte e com uma linguagem simples, os textos convidam os leitores, os comunitários, a assumir seus próprios destinos. Assim, entre orações que falam da vida das pessoas reais, leitura da Bíblia e leitura de fatos do cotidiano, são intercalados questionamentos vitais para (re)pensar o lugar de todos no mundo. Assim, tem como objetivo agregar o máximo de ideias possíveis para serem debatidas e utilizadas [ou não] para o planejamento das ações a serem tomadas pela comunidade.

Mas, a grande festa do ano, a mais esperada, é o Natal das Comunidades³, também sendo a festa que exige mais preparação, desde o momento da assembleia para escolher o tema central daquele ano até os debates sobre as estratégias para as atividades do dia, discutidas em pequenos grupos.

As cartilhas natalinas são fontes interessantes de pesquisa, já que são registros escritos de roteiros de debates. Para esse trabalho, pontuaremos alguns dos títulos dos natais das comunidades que se explicitam a ideia do cotidiano popular como fonte de reflexão, como vemos no Quadro III.

3 O Natal das Comunidades é um encontro festivo proposto pelas três dioceses do agreste de Pernambuco que reúne os representantes das CEBS vindos de diversas comunidades no Brasil. Encontram-se no último domingo de dezembro para celebrar e avaliar a *práxis* rumo à libertação. Esse fato representa uma oportunidade de envolver as comunidades e representantes de outras igrejas. Comporta-se, por assim dizer, como a grande ocasião para fazer aparecer os grandes temas de embate político-social e enfrentamento histórico. Sociologicamente, o momento maior de integração comunitária global a partir de uma motivação comum.

QUADRO III. Alguns temas dos Natais das Comunidades

ANO	TEMÁTICA
1981 – 1° Natal das Comunidades	Quem somos? Onde moramos? O que fazemos?
1882 – 2° Natal das Comunidades	Como vivemos os valores culturais as raízes de nossa fé?
1983 – 3° Natal das Comunidades	A resistência diante da seca
1985 – 5° Natal das Comunidades	A conquista da terra, a luta em defesa da vida, da terra.
1986 – 6° Natal das Comunidades	Um novo jeito de ser Igreja
1987 – 7° Natal das Comunidades	Os profetas denunciam a situação de injustiça, seca, fome, falta de moradia e doença
1991 – 11° Natal das Comunidades	Natal e libertação das culturas oprimidas
1995 – 15° Natal das Comunidades	O grito dos excluídos
2002 – 22° Natal das Comunidades	É Natal: a estrela anuncia um novo amanhecer
2019 – 39° Natal das Comunidades	Natal: Boa Notícia para os Pobres

FONTE: organização da autora, com dados da Fundação Santuário das Comunidades.

As temáticas de cada encontro natalino remetem às vivências do cotidiano, podendo ser resultados de discussões ao longo do ano ou algum fato nacional ou internacional marcante, tendo como marco-guia a possibilidade de libertação. A seca, a luta pela vida e contra as injustiças são temas comuns. Percebe-se que a formação da consciência do grupo é pautada em relações identitárias e pelas situações compartilhadas, configurando-se naquilo que Paulo Freire chamaria de *Leitura do Mundo*.

O Natal é comemorado com um dia inteiro de festividades, com celebração eucarística participativa. Como é o momento de encontro do ano em que todas as comunidades se reúnem na sede da Fundação Santuário das Comunidades, também é um momento de troca de experiências entre as localidades, com a instalação de várias

tendas – desde a tenda de saúde popular a tendas de artesanatos. Além disso, observa-se na celebração o incentivo às lutas diárias, bem como, o reencontro de velhos amigos que, devido às atividades diárias não se veem com frequência, mas que não deixam a amizade ser esquecida.

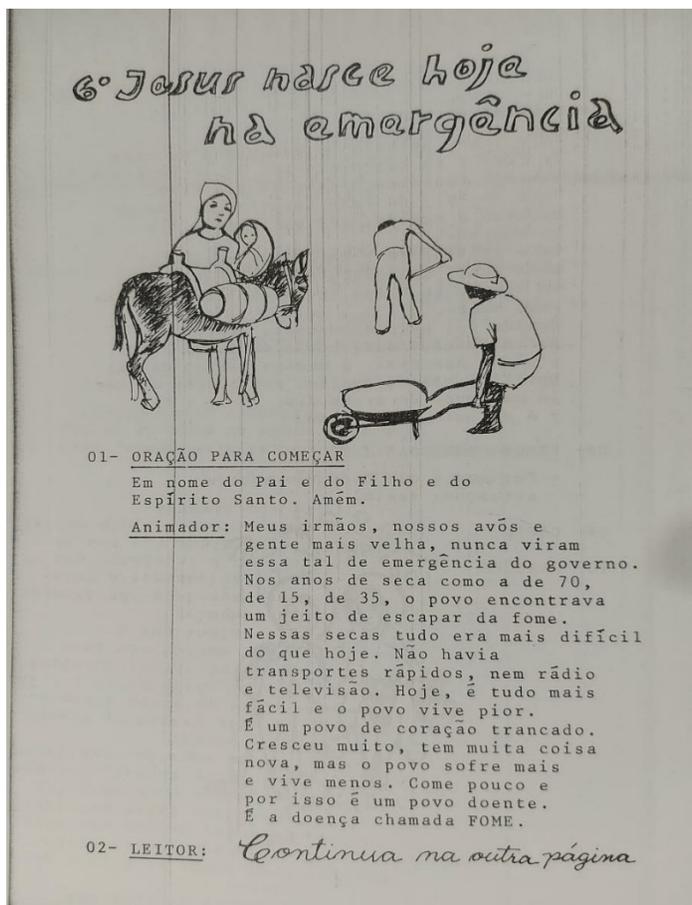
Precedendo a festa do Natal das Comunidades, as CEBs se reúnem por nove noites para celebrar/estudar, guiadas pelas discussões temáticas trazidas na cartilha. Ao longo destes encontros, chama a atenção que os temas são discutidos em conjunto, não relegados ao discurso do clérigo, mas todos têm direito à fala e são incentivados a expor suas ideias com o grande grupo, assim também como discordar ou propor ações.

Portanto, utilizando-se de um conjunto de temas geradores, os encontros vão construindo um espaço de participação discursiva, onde se pode expor e desenvolver habilidades de reflexão crítica, esperando impactar a compreensão de mundo e atuar sobre ele por meio de lutas organizadas na efetivação de direitos e melhores condições de vida.

Em 1983, o tema do Natal das Comunidades foi “A resistência diante da seca”. Como é possível perceber na Figura 1, o sexto encontro faz relação direta entre as políticas de Estado, as características da sociedade daquela época e a situação de pobreza.

O texto é extremamente rico de possibilidades de leitura, por isso vamos aos elementos que entendemos centrais. Vale a pena lembrar que o final da década de 1970 terminou com a ocorrência de uma das mais graves estiagens no nordeste brasileiro no século xx, se alongando entre 1979 e 1983. Portanto, a fome era um dos principais desafios à sobrevivência de seres humanos, dos animais e das plantas na região. Frente a isso, o governo recorreu a uma política de caráter imediatista para que a população pudesse resistir ao período de estiagem. Assim, foram instalados núcleos de trabalho financiados pelo governo chamados de Frentes de Emergência, que se caracterizavam em recrutar trabalhadores para implantação de melhoramento

FIGURA I. Natal das Comunidades 1983: 6° NOITE



FONTE: Fundação Santuário das Comunidades, 1983.

nas propriedades rurais que tivessem condições de abastecer a população de água em períodos de estiagem, de modo a torná-la menos vulnerável.

Então, podemos entender que o texto inicia a sua argumentação levantando a existência de uma política pública, utilizada de maneira nova. Mas, apesar da intervenção do Estado, demonstrada por meio de uma linha do tempo dos ciclos de seca na região, pondera que o avanço do capitalismo tornou as pessoas mais individualistas. Em tais

condições, este modelo econômico gera uma demanda de acumulação de bens, provocando a falta de solidariedade entre as pessoas.

Logo, há de supor que o leitor entenda que a seca, como fenômeno natural, não é o único causador da fome, mas o modelo econômico que empurra as pessoas ao egoísmo e à falta de cooperação entre si.

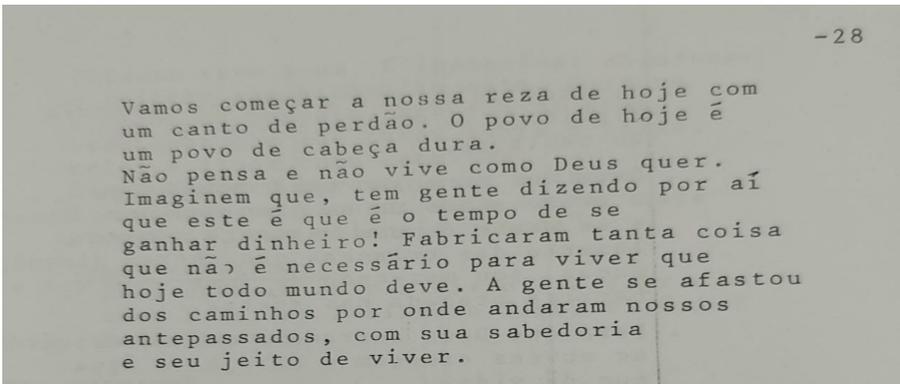
Não menos importante, as ilustrações trazidas nas cartilhas das novenas natalinas abordam importantes considerações sobre a escolha epistemológica salvífica. Jesus nasce entre os trabalhadores da Frente de Emergência, entre os excluídos: o trabalhador da frente de emergência e o homem negro. A mulher, por mais óbvio que possa parecer, sua presença significa além do papel materno, ela ocupa assento entre os excluídos. Atenta entre trazer a vida – carregando a água – e fugir da morte – simbolizada pelo jumentinho. Maria, montada no animal, é representada por Nossa Senhora do Desterro. Esse nome dado à Virgem faz referência à fuga da Sagrada Família rumo ao Egito, fuga da morte decretada por Herodes.

A crítica ao capitalismo e à acumulação de riquezas vai sendo explicitada e desmascarada com o avançar do texto. O Leitor vai apontar claramente a contradição entre a oportunidade de se enriquecer e a situação de miséria da população. Essa contradição confronta a vontade de Deus.

Por sua vez, orações e histórias têm em comum o uso de imagens, que remetem intencionalmente ao cotidiano camponês e à comunidade, fazendo com que as personagens presentes na bíblia estejam mais próximas do povo. A releitura da Bíblia é feita nas comunidades, portanto, no sentido de aproximar a fé da vida.

As personagens das histórias narradas nas cartilhas para ampliação do entendimento do projeto de comunidade, são pessoas das CEBs locais, assim reafirmando a relação entre a vida e a comunidade, e entre, o compromisso pessoal e coletivo. Para facilitar a compreensão, o vocabulário também é mais próximo ao público ao qual se destina a Palavra, contendo expressões comuns para a comunidade, de fácil

FIGURA II. Natal das Comunidades 1983



FONTE: Fundação Santuário das Comunidades, 1983.

compreensão a todos. O conteúdo das histórias e orações não apenas fazem refletir, como também oferecem apoio a luta nas dificuldades.

Considerações

Fundamentadas na ação pastoral da Igreja Católica a partir das conclusões do Vaticano II e a abertura democrática posterior, a CNBB, em 1965 e a Conferência do Episcopado Latino-Americano ocorrido em Medellín, em 1968, apresentam ao mundo um novo modo de ser Igreja a partir das Comunidades Eclesiais de Base como a utopia de um “Reino de Deus na história humana”.

A partir disso, a Igreja se volta à chamada *opção preferencial pelos pobres*, e a vida religiosa acaba indo de encontro às periferias e aos empobrecidos. Esse encontro incomum rendeu diversos outros saberes, novas formas de organização e afirmação de si mesmos, principalmente, para grupos que viviam a margem dos lugares de tomada de decisões.

Esse processo não foi automático, mas de construção contínua e incansável das pessoas que compõem as Comunidades Eclesiais de

Base por todo o Brasil e também das Comunidades do agreste pernambucano, onde a experiência de vida em comunidade fez e faz diferença no posicionamento e entendimento de si mesmo e de seu lugar no mundo tanto individualmente quanto coletivamente.

Com esse trabalho, pudemos perceber como as comunidades do Agreste pernambucano se organizam e como produzem seu conhecimento, ainda que na maioria das vezes de forma oral, mas com discussões fomentadas por cartilhas escritas ou cartilhas escritas baseadas em discussões anteriores.

Nesse sentido, podemos destacar o fortalecimento da luta dos excluídos, imprimindo uma voz ativa desse grupo tanto na comunidade quanto na Igreja. Desse modo, no agreste pernambucano, as cartilhas formativas e celebrativas foram peças-chave na efetivação da nova estratégia de empoderamento e intervenção no mundo.

A participação nas celebrações comunitárias induz os sujeitos a tomarem consciência gradual e dialógica dos seus direitos, e consequentemente vai tomando consciência de si mesmos como agentes ativos de mudanças, colaborando para o processo de participação na comunidade e no mundo.

Referências

ANDRADE, Julyana Nascimento de; NASCIMENTO, José Almir do. “Tão mulher como as outras mulheres da terra”: freiras contra o patriarcado no agreste central de Pernambuco. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 14, n. 31, p. 27-44, jan.-abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2022.14.31.27-44>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5700>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ANDRADE, Julyana Nascimento. *O despertar de si: as relações de gênero na convivência com as Irmãs Cordimarianas no município Riacho das Almas- PE, entre os anos de 1982 e 1997*. Caruaru: ASCES-Unita, 2019.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília,

DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FUNDAÇÃO SANTUÁRIO DAS COMUNIDADES. *Novena de Natal*. um novo jeito de ser Igreja. Caruaru: Fundação Santuário das Comunidades, 1983.

GARCIA, Valeria Aroeira. *A educação não-formal como acontecimento*. 2009. 455 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Avaliação de políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar., 2006. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/694>. Acesso em: 26 dez. 2023.

GUERRA, Áurea *et al.* *Cartilha das Comunidades*. Caruaru: Fundação Santuário das Comunidades, 1992.

MESTERS, Carlos. *Círculos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, José Almir. *Entre Rezas e Resistências: a mística política das Comunidades Eclesiais de base no Agreste de Pernambuco*. 2006. 42f. Monografia (Especialização em Ciência Política) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2006.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 482-509.

PINSKY, Jaime. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *História da Cidadania*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 15-27.

RIBEIRO, Lúcia. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). *Ciências Sociales y Religión*, Campinas, v. 5, n. 5, p. 225-242, out., 2003. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-2650.2261>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669455>. Acesso em: 26 dez. 2023.

As metodologias da vida em comunidade

Uma experiência a partir da vivência nas CEBs do Agreste de Pernambuco

Alecsandra Maria de Oliveira¹ | Julyana Nascimento de Andrade²

Introdução

Pensamos aqui as experiências das metodologias experimentadas nos processos de formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ou seja, dos caminhos utilizados nos cursos e oficinas para as lideranças comunitárias, especialmente, aquelas conduzidas pelo Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP).

A formação das lideranças comunitárias é uma preocupação perene das CEBs e corresponde a uma ação que precisa estar presente permanentemente no planejamento dos assessores e assessoras populares. Assim, dado o fato de estarmos à frente de atividades de formação de novos sujeitos sociais, além de ser participantes de outras tantas desencadeados pelo NAOP nas últimas décadas, emerge o

1 Mestranda em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE), é licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), professora da educação básica e assessora o NAOP. Animadora de comunidades em Riacho das Almas.

2 Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é graduada em História pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (2021). Atualmente é articuladora das Comunidades Eclesiais de Base em Riacho das Almas.

propósito dessa breve sistematização das tecnologias metodológicas de formação.

Portanto, apresentaremos, neste texto, como se dão os processos das formações das lideranças comunitárias no Agreste pernambucano. Estas formas são responsáveis pela reinvenção de saberes e vitais para renovação do mundo que preexiste, como diria Hanna Arendt (2009).

A formação como direito e como conquista das CEBs

As CEBs pretendem ser a corporificação do anúncio de uma Igreja preferencialmente a favor dos pobres, porém, distante de pretender que estes mantenham-se numa relação caritativa, pressupõe-se a conquista solidária de direitos humanos. Neste sentido, a luta para efetivação de direitos passa, necessariamente, por um processo de educação (Bobbio, 2004).

As diretrizes e bases da educação nacional reconhecem o papel da educação não formal como contributiva para a conquista da cidadania (Brasil, 1996), de modo complementar à escolarização. Desta feita, as CEBs, como lugar que reúne os excluídos da sociedade e da própria Igreja, é de se imaginar que parte significativa desse rebanho não seja alfabetizada ou tenha uma baixa escolaridade. Nesses casos, a Igreja também se encarregou de promover uma política de alfabetização de jovens e adultos, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB).

No entanto, são as estratégias de educação popular que têm consolidado uma leitura do mundo que nos cerca e potencializa a inserção desses sujeitos na cidadania, embora que ainda não seja em sua plenitude. Contudo, a organização das CEBs é articulada estreitamente com um processo de educação, inclusive para superar as amarras características da cultura, como o patriarcado ou as formas de produzir sobre a terra.

Neste aspecto, Guerra *et al.* (1992) apontam que essa preocupação com a formação está na gênese destas comunidades. Segundo os autores, ao se referirem à participação feminina nas atividades educativas apontam que “ela tem os mesmos direitos que o homem à participação no mundo, à formação, à tomada de decisão, ao lazer, etc.” (p. 14). Neste horizonte, queremos destacar do extrato acima, dos direitos à igualdade postulados pelos autores, no que seja, a formação, a participação e a tomada de decisão.

Estes eixos se entrecruzam como fatores decisivos nas vivências formativas implementadas pelo NAOP e pela Fundação Santuário das Comunidades, de modo que se entrelaçam e se retroalimentam, mas vamos tratar destes aspectos depois. Estas duas organizações constituem-se como organizações não governamentais de apoio às comunidades do Agreste de Pernambuco. São elas, as principais promotoras de articulação e formação continuada dos animadores de comunidade.

As formações nestes espaços são estabelecidas por dois grandes eixos: o primeiro, por meio de ciclos ofertados pelo Núcleo de Assessoria às Organizações Populares em cinco linhas temáticas: meio ambiente e sustentabilidade, identidades de gênero e diversidades, políticas públicas e direitos humanos, Bíblia e fortalecimento comunitários, animação cultural e dinâmicas de grupo; o segundo, pelo Santuário das Comunidades, a partir da implementação de uma sofisticada rede de animadores de comunidade, que planejam e se constituem em produtores de uma cartilha celebrativa e formativa, durante o calendário natalino – reproduzindo os ideários axiológicos e da “espiritualidade libertadora”.

A seguir, de forma proposital, focaremos sobre o último eixo de formação, porque a ele está ligada diretamente à formação das CEBs no agreste. Desse jeito, estruturamos o percurso cronológico, mesmo que seja para efeitos didáticos, já que a formação comunitária ocorre de modo concomitante.

O Santuário das Comunidades como fermento formativo das CEBs

O processo de formação para a vida em comunidade precede à Fundação do Santuário das Comunidades, ela foi se organizando a partir da primeira experiência de CEBs, ocorrida em Tacaimbó-PE. Ali, no início dos anos 1970, foi implantado um modelo eclesial descentralizado, que representava o espírito do Concílio Vaticano II.

Essa experimentação começou a ser replicada em outras paróquias, criando núcleos de CEBs localizadas, mas não articuladas entre si. Entretanto, com o impacto da novidade e com instalação de casa de religiosos seguindo um modelo de Pequenas Comunidades Inseridas no Meio Popular (PCI)³ exigiu-se que se articulassem para trocar experiências e fortalecer comunidades embrionárias. Dessa articulação, deu-se origem a um grupo com representantes das Dioceses de Caruaru, Pesqueira e Garanhuns, com a finalidade de “estudar e refletir sobre a prática política e celebrar o processo de organização e expansão dessas comunidades” (Nascimento, 2006, p. 6).

A articulação foi desdobrada na organização de um grupo de estudo, que levou o nome de “Cursinho de Comunidades”, marcado pela profundidade das análises de conjuntura, assessoradas pela intelectualidade católica situada a partir do Instituto Teológico do Recife (ITER). Isso fez com que a ação fosse visibilizada, permitindo trocas de experimentos e tecnologias de saberes por meio de reuniões de estudo, do amadurecimento das temáticas a serem discutidas

3 A experiência foi definida por Rezende (1999) como as casas religiosas fora do ambiente conventual. De modo geral, estas PCIs são formadas por grupos variáveis, entre três e cinco mulheres, que abdicaram ao estilo de vida conventual e passavam a residir em bairros marginais, áreas rurais, assentamentos ou acampamentos, “dedicando-se à convivência com os pobres, como intervenção evangelizadora, e a trabalhos de educação informal e de pastoral popular” (Rezende, 1999, p. 1). No Nordeste, atuaram ativamente na resistência contra a ditadura civil-militar instalada no país (1964-1985), no fortalecimento da organização comunitária, nos movimentos sociais e até fundação de partidos políticos (Pousa, 2021).

com as comunidades e, sobretudo, da produção de metodologias e de material didático. Surgiram desse período várias cartilhas de formação, quase sempre vinculadas aos tempos de celebração da vida cristã: mês mariano, mês da bíblia, ciclo natalino.

Por conseguinte, esse grupo foi se ampliando. Por fim, concordaram em promover uma celebração que reunisse todas as comunidades de base, juntando as três Dioceses da região Agreste, definindo-se como momento a festa do nascimento de Jesus. A partir daí, desde 1981, é celebrado o Natal das Comunidades. Esse festejo é precedido por pequenos encontros nas bases comunitárias, subsidiados por cartilhas preparadas pelos próprios animadores, focado na espiritualidade libertadora.

Os encontros de preparação do Natal são muito importantes para formação dessas comunidades. Primeiro, porque faz um movimento de fortalecer a comunidade e a vida comunitária, numa discussão horizontalizada. Não exige a presença do padre ou do líder comunitário, já que o roteiro induz um bate-papo entre pessoas que experimentam as mesmas relações sociais, quase sempre na mesma condição de opressão. Do mesmo modo, porque promove uma mediação dialógica da “entrada na terra prometida”, ou seja, no “Reino de Deus”, reconhecida pelos exemplos de “textos de vida”, que apontam os resultados palpáveis do projeto de deus na história dos próprios comunitários. De tal modo, Guerra *et al.* (1992, p. 13) anotam que “um jeito muito bom de comunicar a Deus e aos irmãos toda a vida que existe dentro de nós, é através da celebração comunitária, como fazia o Povo de Deus no Antigo Testamento”.

Em segundo lugar, em razão de as CEBs superarem a personificação do Cristo glorioso, todo poderoso, governador, general ou acima de todos – embora não comunguem com o Cristo triste, vencido ou aquele sisudo dos altares. Na sua cosmovisão, a transcendência se irmana na trajetória de vida do povo, que vive e celebra a parceria de

um Deus que se faz presente na história. De tal forma, essa perspectiva se revela quando cantam as comunidades:

Ó Deus presente, nossos presentes, nós te ofertamos./ Os frutos produzidos, nestas terras conquistadas./ As flores dos jardins de tantas casas ocupadas./ As dores e vitórias desta nossa caminhada. (Zé Vicente, 1994).

Entrelaçados, os desafios, as conquistas e os elementos do cotidiano comunitário vão elevando a consciência sobre si mesmo no mundo, permitindo-lhes o alcance da (auto)libertação.

Então, o cotidiano social das pessoas que gerou as primeiras abordagens dos estudos em comunidade e que também tematizaram os Natais das Comunidades – a seca, a fome e a carestia – vão dando outros significados à imagem de Deus. Desse modo, percebe-se que o sagrado se presentifica e se confunde com a trajetória das pessoas mais simples com a finalidade de libertá-las. Isso vai favorecer a entrada de temas urgentes e necessários à tomada de consciência para organização comunitária em desfavor do opressor. Estes temas estão no foco da atuação do NAOP.

Os Cursos do NAOP e as suas estratégias de ensinagem

Antes de pensarmos como os cursos se organizam, é fundamental pensarmos como o povo se organiza. Nada nas CEBs é decidido de cima para baixo, sem participação ou aderência dos animadores a um projeto pensado em coletivo, respeitando-se as diferenças e as divergências.

Assim, ressabiadas com as experiências autoritárias, tanto da vida eclesial como nas relações sociais, as CEBs se constituíram em pessoa jurídica, amarrando no seu Estatuto Social os arranjos das relações de poder, das formas de decisões de interesse coletivo e a estrutura de organização. Desse jeito, foram capazes de se profissionalizar na captação de recursos para seu autossustento e autogoverno.

Durante o ano, as pessoas das várias comunidades de base se organizam em encontros na sede da Fundação Santuário das Comunidades, onde avaliam os cursos anteriormente ofertados e pensam em temáticas pertinentes ao desenvolvimento social, econômico, cultural e o jeito das pessoas em se organizarem, entenderem de política e exigir seus direitos. A partir daí, os próximos cursos/encontros são organizados e pensados com o envolvimento e necessidades apontadas por estes participantes.

Desse levantamento, são pensados e elaborados pequenos projetos que possam financiar e garantir a participação das pessoas pobres. Os recursos recebidos custeiam as passagens, a alimentação, os materiais pedagógicos e a hospedagem no local do encontro. Mas, quando os recursos financeiros são menores que a necessidade, as lideranças se organizam em suas comunidades, colaborando com o envio das pessoas aos cursos, pagando as despesas com passagens ou partilhando alimentos.

Estes elementos dão uma dimensão mística, pois agem inspirados no ideal presente nas primeiras comunidades cristãs e sintetizados na memória escrita no livro da Bíblia Ato dos Apóstolos: eles tinham tudo em comum e dividiam seus bens com alegria. Além desse aspecto místico, permite-se perceber que o processo de educação se estabelece num modelo contra capitalista, pautada na solidariedade e fraternidade.

A chegada ao Santuário das Comunidades reafirma a dimensão não hierárquica, pois a edificação é horizontal e suas edificações formam um grande círculo, assim como uma ciranda que acolhe os chegantes. Mas, o que sempre nos chama a atenção é o processo educativo em atos simples, como é enfrentado o combate machismo, por exemplo, no ato de lavar os pratos e cuidar dos banheiros e dormitórios coletivos. Ali, cada uma lava o seu prato, após cada uso nas refeições, limpa o banheiro e organiza a cama. Curioso notar que, não raras vezes, é a primeira vez de adolescentes do sexo masculino à pia.

Mas, mais do que isso, sempre tem algum homem já feito lavando os pratos pela primeira vez em sua vida. Inicia muito tímido, reclamando, resmungando, depois vai descobrindo que esse ato banal deve ser reproduzido em casa como um ato de justiça social e fraternidade.

Geralmente, os cursos seguem os eixos temáticos anteriormente pontuados, cada um desenvolvido em quatro módulos, que acontecem em finais de semana. Em cada curso há uma preocupação de se fazer uma análise de conjuntura, mastigando bem os problemas da atualidade que afetam a vida comunitária, alinhavados por um assessor que reúna uma formação técnica, acadêmica, humanística e comunitária.

As atividades de formação são pensadas e desenvolvidas numa proposta de construção coletiva. Esse processo não acontece apenas na execução pedagógica, mas na elaboração de cada etapa. Eles também são pensados de modo a envolver pessoas de diferentes regiões, gerações, gêneros, cor de pele e religiões – apesar de a maioria ser católica.

A sala onde se produz o conhecimento é sempre disposta de forma circular e os diálogos iniciais também são provocados a partir de elementos decorativos (de ambientação), místicos e identitários colocados no centro desta roda. Essa mística sintetiza o conteúdo e remete à circularidade do processo educativo, pois como nos ensina Freire (1981, p. 79), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Os cânticos, que animam os encontros, prenunciam as utopias comunitárias, constituindo-se em recursos e métodos que dão fundamentos à reflexão, ressaltando os elementos constitutivos da solidariedade entre os excluídos, bem como da denúncia da injustiça social. Então, assim cantam na canção:

Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar!
E nesse dia, os oprimidos a uma só voz, a liberdade, irão cantar!

Na nova terra os povos todos irmanados, / com sua cultura e direitos respeitados, / farão da vida um bonito amanhecer / com igualdade no direito de viver (Paulo Roberto, 197-).

Com o cancionista, busca-se, portanto, coerência com a caminhada que se pretende seguir, além de uma forma singular de apropriação e disseminação de um capital simbólico-religioso para classes populares, incluindo as pautas por igualdades, democracia na igreja e na política, por direito e justiça social.

Durante os encontros, os conteúdos abordados são colocados e apresentados aos cursistas em exposição dialogada, no qual, são provocados a falar de si, da comunidade e expressar previamente o que sabem sobre o assunto. Outro caminho percorrido é dividir o grande grupo em equipes menores que ocupam espaços e ambientes diferentes no Santuário das Comunidades para seus estudos. Estes grupos recebem orientações, cartilhas, textos e outros materiais produzidos por lideranças da própria comunidade e intelectuais de referência na temática, tendo como preocupação auxiliar o estudo, as reflexões e o aprofundamento dos conteúdos escolhidos para o debate. Cada um destes grupos, ao final dos estudos, retorna à plenária para apresentação dos debates, partilha das reflexões feitas entre si e sistematização dos aprendizados.

A partir desses momentos de formação, com trocas de experiências e riqueza carismática, educadora e evangelizadora das CEBs, cada participante é provocado a realizar oficinas, momentos de partilha com as pessoas de suas comunidades de origem. O intercâmbio de saberes e vivências com pessoas de outros lugares, de outras culturas e outras religiões, possibilita o fortalecimento de outras comunidades que se tornam verdadeiras escolas, ajudando a formar pessoas comprometidas com sua fé propulsora de uma transformação integral nas relações políticas, sociais e ecológicas.

Fazer um mutirão de formação e de vivência em comunidade, ou em grupo, é um caminho trilhado como possibilidade de fortalecimento das relações humanas, esperando que vale a pena a luta em conjunto.

Palavras finais

O grupo que se junta para estudar se constitui numa grande roda de conversa – de diálogo efetivo e afetivo –, na qual o conhecimento apresentado e socializado é tecido por diferentes maneiras de pensar, de ser, de sentir e de construir tramas. Toma diferentes caminhos, dentro desse processo metodológico e acolhe os signos e os símbolos da caminhada.

A arte demarca diferentes momentos, decorativos, animador, reflexo das muitas culturas constituídas em cada localidade de origem dos participantes, de suas identidades de grupo e/ou individuais. Os painéis, músicas, cantos, apresentações comunitárias, poesias, etc. são expostos e vivenciados na roda. É em roda que o conhecimento se faz de maneira crítica, democrática, calorosa e se partilha o saber e se constrói a consciência.

É em roda que todos ficam na mesma igualdade, lado a lado, “ninguém na frente de ninguém”; é na roda que se apercebem detentores e detentoras de conhecimento; é na roda que o conhecimento é socializado de maneira dinâmica, prazerosa, empoderada.

Por fim, os caminhos desenvolvidos pelas CEBs valorizam os conhecimentos trazidos na própria vida. As trajetórias dessas pessoas são colocadas no centro da aprendizagem, do ensino e socialização, de modo que seu senso crítico é estimulado através de questionamentos e ciclos de diálogos, promovendo o protagonismo das lideranças comunitárias, sob a luz da espiritualidade libertadora e da opção pelos pobres.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.
- FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GUERRA, Áurea *et al.* *Cartilha das Comunidades*. Caruaru: Fundação Santuário das Comunidades, 1992.
- NASCIMENTO, José Almir. *Entre Rezas e Resistências: a mística política das Comunidades Eclesiais de base no Agreste de Pernambuco*. 2006. 42 f. Monografia (Especialização em Ciência Política) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2006.
- PAULO ROBERTO. *Irã Chegar [Axé]*. São Paulo, COMEP 197-.
- POUSA, Cecília. *Sobre a história das Pequenas Comunidades Inseridas no Meio Popular*. Disponível em: <http://teologianordeste.net/index.php/publicacoes/artigos/122-sobre-a-historia-das-pequenas-comunidades-inseridas-no-meio-popular-pcis-crb-regional-recife>. Acesso em: 1º out. 2021.
- REZENDE, Maria Valéria Vasconcelos. *A vida rompendo muros: carisma e instituição, as pequenas comunidades religiosas femininas inseridas no meio popular do Nordeste*. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.
- ZÉ VICENTE. *Nossos Presentes*. São Paulo: COMEP, 1996.

Parte #2

Democracia,
diversidades
e direitos

Democracia

Um caminho perseguido pelas CEBs

José Almir do Nascimento¹

Para começo de conversa, situar o contexto pós-2016

Após quase três décadas de estabilidade política, o Brasil se viu açoiado por um golpe de Estado, em 2016, que surrupiou uma presidenta democraticamente eleita da presidência da República. Mas, em busca de melhor adjetivar e classificá-lo, estudiosos e militantes políticos têm-lhe apontado como de ordem parlamentar, jurídico-parlamentar, midiático-jurídico-parlamentar, midiático-empresarial-jurídico-parlamentar, golpe neoliberal e tantos termos que visam nomenclaturar os eventos ocorridos sob a forma de um *impeachment*.

O *impeachment*, entretanto, foi apenas um disfarce constitucional, dissimulado pelas regras da própria democracia para fazer jus aos interesses das classes dominantes, interrompendo a continuidade de governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que se seguiram eleitos pela população desde a eleição de Lula da Silva, em 2002 e sucessivamente até 2014. O que se pode dizer, entretanto, é que vivenciamos um evento distinto de outros golpes de Estado dos anos 1960 e 1970 na América Latina. Em vez de tanques, a construção do

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é professor adjunto da Universidade de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, *campus* Petrolina. Também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UPE, *campus* Mata Norte. Compõe a equipe de assessoria do Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP), tendo sido formado politicamente no seio das Comunidades Eclesiais de Base no município de Riacho das Almas-PE.

golpe se deu numa conjuração entre o Congresso Nacional, grandes conglomerados midiáticos, segmentos do Judiciário e do mercado financeiro.

Insatisfeitos com o resultado da vontade popular expressa nas urnas, a produção de uma instabilidade política teve início imediatamente após os resultados, com o pedido do candidato derrotado e seu partido pela recontagem de votos, dias após a eleição de 2014. Já em março de 2015, com apenas três meses de governo, foi protocolado um pedido de *impeachment*. Mas, o caso mais emblemático trata-se do uso de *lawfare*, ou seja, a utilização de manejo de processos criminais para alcançar objetivos políticos, materializada pelas operações Lava Jato contra Lula, contra o PT e contra a soberania do povo brasileiro.

A pauta pró-golpe estava vinculada à defesa do enquadramento do Brasil à agenda neoliberal, com ampla defesa midiática de reformas que levaram à flexibilização dos direitos trabalhistas e impac-taram as políticas sociais, especialmente pelo viés do financiamento. Mais do que isso, os tentáculos do golpe de 2016 levaram a um sentimento de ódio ao Partido dos Trabalhadores – e à própria democracia –, o que promoveu a chegada de Jair Bolsonaro ao poder.

Fatos assim foram analisados por Levitsky e Ziblatt (2018) que problematizaram, no contexto contemporâneo, como as sociedades democráticas vêm sendo desgastadas, o que abre espaço para a instalação de regimes autoritários. De acordo com estes mesmos autores, é através de eleições que muitos *outsiders* (sujeitos sem expressão, histórico ou reconhecimento partidário e sem experiência de gestão) têm sido eleitos, muitas vezes em decorrência das insuficiências das democracias. Assim, “o retrocesso democrático hoje começa nas urnas” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 16).

Esse argumento nos ajuda a entender que a corrosão da democracia se instala pouco a pouco, ainda mais num país caracterizado historicamente pelo mandonismo, pelo patriarcado, pelo coronelismo

e pelo escravismo (Schwarcz, 2019). Do mesmo modo, que ajuda a perceber que a sua consecução nem sempre é linear. Por esta razão, diferente do que sempre se fez parecer, a democracia pode ser objeto de severas críticas e até refutação por parte da população. Nesse caso, para que se faça adesão à democracia, exige-se práticas de aprendizados, isto é, vivências que deem sentido de valoração a este termo.

Então, a reflexão trazida neste ensaio é problematizar a democracia como uma conquista, experimentada, esperanças e anunciada como um projeto de liberdade pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em vista da ousadia deste propósito, este texto é como a argila para o oleiro, desejando que haja a participação reflexiva de todos e de todas que também se arriscam a se posicionar num contexto histórico líquido e movediço, onde são necessárias constantes vigílias para permanecer aceso o farol republicano e as lutas em defesa das conquistas que nos trouxeram até aqui.

A estrela anuncia um novo amanhecer

No título desta seção parafraseamos o tema do Natal das Comunidades² de 2002 para que possamos situar como a eleição de Lula da Silva trouxe a esperança de uma nova realidade às lideranças das comunidades de base, à época. A novidade política fez parecer o anúncio evangélico contido no texto bíblico de Lucas: “meu espírito se alegra em Deus, meu salvador, [...] pois derrubou do trono os poderosos e

2 Refere-se a uma celebração natalina das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco, ocorrida anualmente, no último domingo de dezembro. A festa é organizada pelas pessoas vindas das várias CEBs das Dioceses de Caruaru, Pesqueira e Garanhuns para festejarem o Natal de Jesus – compreendido na encarnação na vida e na realidade desses povos. Na ocasião, imiscui elementos da fé e da cultura popular, bem como da resistência contra as opressões – proclamada de Espiritualidade Libertadora. Em 2022, foi celebrado o 41º Natal das Comunidades, mantendo a trajetória de denúncia das situações de opressão dos pobres e anúncio dos sinais do Reino de Deus entre eles.

elevou os humildes; aos famintos encheu de bens” (Lc. 1, 46-56). No Brasil, daquele momento, as CEBS se alegravam com a irrupção dos pobres na história, afinal, haveriam de influenciar decisivamente no futuro das políticas – especialmente àquelas vinculadas aos direitos humanos. Outrossim, nos escrevia Frei Betto:

Contemplo a Esplanada dos Ministérios. Ali está a ministra Marina Silva, seringueira, analfabeta até os 14 anos, militante das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) do Acre. [...] Ao lado, Benedita da Silva, ministra da Assistência e Promoção Social, [...] José Fritsch, ministro da Pesca, integrante das CEBS de Chapecó. No monolito preto do Banco Central, reencontro Henrique Meirelles, militante da JEC (Juventude Estudantil Católica). [...] No ministério de Minas e Energia está Dilma Rousseff [...]. José Graziano, à frente do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, também foi meu companheiro de JEC, responsável pela coordenação estadual em São Paulo [...]. Olívio Dutra, ministro das Cidades, militante da Pastoral Operária. [...] Dentro do Palácio do Planalto, a viagem ao passado me traz de volta José Dirceu, líder estudantil que se escondeu em nosso convento de São Paulo, nos anos 60 [...]. O gabinete pessoal do presidente da República é comandado por meu parceiro de Pastoral Operária, Gilberto Carvalho. [...] À frente da Secretaria de Imprensa está Ricardo Kotscho, com quem fundei Grupos de Oração, ativos há 23 anos. [...] Agora, na Esplanada dos Ministérios, somos uma comunidade responsável pelo governo do Brasil (Betto, 2003).

Pouco depois, Lula ainda nomeou outros nomes ligados às CEBS, como um membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Marcelo Resende. Vários deles usavam anel escuro, feito de tucum, como sinal de opção preferencial pelos pobres.

Então, o potencial desses servidores públicos, formados nas CEBS, ajudou a gerar uma mudança política e social no Brasil. A partir de

suas virtualidades, implementaram um novo modelo político, levando o *pobre para o Orçamento Geral do Estado*. Não focalizarei, neste texto, os problemas de desvios éticos ou malversação do erário público, porque muitas das denúncias e notícias jamais foram comprovadas ou os sujeitos acusados foram inocentados por falta de provas. Estamos tratando, portanto, como a espiritualidade e a *práxis* das CEBs ajudaram a compreender e implementar um novo discurso de justiça e democracia no governo.

Em outras palavras, houve uma participação direta da população nos destinos do governo central. Isso foi importante para que entrasse na pauta do Estado programas e ações que visaram à erradicação da fome, à minimização do desmatamento, à inclusão dos marginalizados no mundo da cidadania. Contudo, é importante perceber que isso ocorreu pelas opções democráticas do governo, num novo sentido dado às formas de participação direta das pessoas na definição das políticas públicas.

A Constituição brasileira de 1988 (Brasil, 1988) estabeleceu sistemas de gestão democrática em vários campos da administração pública, tais como: o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (Art. 29, XII); a gestão democrática do ensino público na área da educação (Art. 206, VI); a gestão administrativa da Seguridade Social, com a participação quadripartite de governos, trabalhadores, empresários e aposentados (art.114, VI), e a proteção dos direitos da criança e do adolescente (art. 227). Apesar disso, a participação direta só toma um importante impulso a partir de 2003, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Desde 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, o governo federal adotou uma orientação genericamente participativa que implicou a expansão dos conselhos nacionais e em uma forte expansão das conferências nacionais. (Avritzer, 2012, p. 7)

Além do mais, é importante destacar que

[...] houve, durante o governo Lula, uma expansão das conferências nacionais. Tomando como nosso ponto de referência a primeira conferência nacional de saúde organizada pelo governo Vargas ainda nos anos 1940 e contabilizando as conferências nacionais, percebemos que estas alcançaram a marca de 115 conferências realizadas desde então. Destas, 74 ocorreram durante o governo Lula, o que mostra a sua centralidade nas políticas participativas deste período. (Avritzer, 2012, p. 7-8)

O governo Dilma continuou com essas ações de escuta da população, antes de ser interrompido. Entre 2003 e 2016, mais de 9 milhões de brasileiros participaram ativamente de mais de uma centena de conferências nacionais em 43 áreas, como educação, juventude, saúde, cidades, mulheres, comunicação, direitos LGBTQIAPN+, entre outras. Este modelo de participação atendeu ao chamado da elaboração conjunta de propostas para a ação governamental. E, mais do que se limitar à esfera nacional, esse modelo foi amplamente descentralizado aos estados e municípios em todo o território nacional.

No entanto, é mais do que isso: a conciliação da democracia num governo popular se fez por meio de vários outros mecanismos. Para exemplificar, poderemos lembrar a Lei de Acesso à Informação; a criação da Controladoria-Geral da União (CGU); o respeito às instituições, nomeando sempre o primeiro indicado nas listas tríplexes (seja para as reitorias das Universidades, seja no Ministério Público) ou não interferindo nas investigações da Polícia Federal.

De modo geral, os governos do PT promoveram a melhoria das condições de vida dos mais pobres, embora não promovesse um prejuízo dos setores econômicos, ao contrário disso, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o bom desempenho da economia começou seis meses após a posse do presidente Lula e se prolongou por 61 meses.

Nesses anos, a indústria se expandiu, as vendas do comércio registraram alta e a geração de emprego e renda cresceram. A fome diminuiu.

O crescimento exponencial, observado nos oito anos de gestão de Lula, começa a decair a partir no governo Rousseff, tendo como principal fator a fabricação de uma crise política somando-se a uma crise econômica. Nas palavras de Leonardo Boff (2015, n.p.), a crise econômica e política pela qual o país atravessava em 2015, foi “em grande parte forjada, mentirosa, induzida. Ela não corresponde aos fatos”. Conforme este autor, a crise é amplificada por uma “dramatização da mídia que se faz pela mídia conservadora, golpista, que nunca respeitou um governo popular” (Boff, 2015, n.p.)³.

Mas, a crise que experimentamos em 2015 é mais ampla e envolve outros aspectos da sociedade, inclusive a pouca adesão ao sistema democrático e participativo de grande parte da população. Casalecchi (2018) que relaciona o legado democrático de um país ao apoio de seus cidadãos à democracia, explicita que a experiência democrática acumulada ao longo dos anos proporciona as diferentes atitudes das pessoas e a adesão aos seus princípios, configurada como compromisso, via participação e tolerância.

Mas, o contrário também ocorre, isto é, nos países com menor legado democrático, os indivíduos tiveram menores oportunidades de serem socializados em favor desta, seja na escola ou na igreja, via aprendizado, seja pela participação política, e acabam por refutar a democracia como modo de experimentação política. Como consequência, apoiados no Levitsky e Ziblatt (2018), pode-se afirmar que, quando *outsiders* ganham eleições democráticas com suas visões

3 Sobre isso, a pesquisadora Eliara Santana (2020), que atua como professora, jornalista e linguista, entende que o Jornal Nacional atuou como uma ferramenta política para ajudar a eleger Jair Bolsonaro. Segundo a análise feita por ela, desde 2015, o jornalístico construiu uma narrativa contra o PT e, consequentemente, contra Luiz Inácio Lula da Silva. Ao mesmo tempo, naturalizava as falas e posicionamentos de Jair Bolsonaro.

extremistas, são propensos a reduzir liberdades de opositores e a destruir paulatinamente as próprias instituições democráticas.

Crise de paradigmas: o ponto de mutação

A última década foi marcada por um estado de profunda crise mundial. É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida: a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência jamais vivenciada.

A deterioração de nosso meio ambiente natural tem sido acompanhada de um correspondente aumento nos problemas de saúde dos indivíduos. Entre 2019 e 2020, estima-se que mais de 1 milhão de pessoas tenha morrido vítima da covid-19 no Brasil, conforme a Organização Mundial da Saúde (oms). Simultaneamente, as políticas neoliberais adotadas pelos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022) promoveram uma reentrada do Brasil no mapa da fome.

Enquanto as doenças nutricionais e infecciosas são as maiores responsáveis pela morte no Sul Global, outros flagelos por doenças crônicas e degenerativas, apropriadamente chamadas “doenças da civilização”, nos afetam em cheio. A depressão grave, a esquizofrenia e outros distúrbios de comportamento parecem brotar de uma deterioração paralela de nosso meio ambiente social.

Existem numerosos outros sinais de desintegração social, incluindo o recrudescimento de crimes violentos, acidentes e suicídios; o aumento do alcoolismo e do consumo de drogas; e um movimento de práticas de ódio contra grupos das minorias sociais: as mulheres, os negros, os *gays*, os ambientalistas e/ou as pessoas com deficiência. O aumento de suicídios de pessoas jovens é tão elevado que foi classificado como epidemia. Portanto, a transformação que estamos vivenciando nestas primeiras décadas do século XXI poderá muito bem

ser mais dramática do que qualquer das precedentes, porque o ritmo de mudança em nosso tempo é mais célere do que no passado, porque as mudanças são mais amplas e porque várias transições importantes estão coincidindo.

Em paralelo a essas patologias sociais, presenciamos, durante o governo Bolsonaro não apenas um aumento de discurso de ódio, mas um descontrole da gestão pública sobre o preço dos alimentos, gerando uma inflação galopante, desemprego maciço e um aumento acelerado da desigualdade da renda e das riquezas nacionais. Entre 2019 e 2022, os preços ficaram mais altos em 26,93%, enquanto o valor real do salário mínimo caiu 1,2% no mesmo período. Como consequência, em 2022, a cesta básica consumia mais de 60% do salário mínimo e a insegurança alimentar cresceu, chegando a 59% da população, ante 36,7% em 2018.

Frente a estas crises, qual o papel das CEBs? O atual sistema econômico-social supõe e impõe critérios e estilos de vida frontalmente opostos ao cristianismo que, desde sua origem, sustenta que ser cristão passa pela adesão ao espírito comunitário (At 2,42-47; 4,32-37; 5,12-16) ou, se optarmos, a fé cristã, que é, obrigatoriamente, mediada por relações de amor e de fraternidade (1Jo 4,12), só pode ser experimentada em comunidade, e nunca fora dela (Jo 20,19-29).

A sociedade globalizada postula intimismo, individualismo, consumismo, competição, lucro e tudo o que submete a vida humana e ecológica à soberania do mercado. Toda esta desafiadora conjuntura exige respostas rápidas e eficazes para enfrentar, combater e substituir as relações mercantilistas, tipicamente neoliberais, por relações humanas, mais fraternas e solidárias, que assumam como ponto alto do seu compromisso o cuidado e a defesa da vida humana e ecológica.

Ora, para realizar este grande mutirão em defesa da “vida em plenitude”, a alternativa viável é a construção de comunidades e/ou grupos que se constituem de práticas e lutas de engajamento com a afirmação em defesa da sobrevivência planetária, sem que haja opressores

nem oprimidos. O que vai se constituindo pela parceria e fortalecimento dos grupos, entidades e movimentos que afirmem a luta por justiça e por direitos humanos: as mulheres, os negros, as crianças, a população de rua, os pobres, a população LGBTQIAPN+, os ambientalistas, os pacifistas, os democratas...

Essas características já são vividas na experiência das CEBs, ao longo de mais de sessenta anos de organização, lutas e reflexão teórico-teológica impulsionam-nos a fortalecer um movimento mais amplo com todos os setores democráticos da sociedade brasileira de resistência à necropolítica, de luta pela redemocratização e por transformações mais profundas na estrutura econômica, política e social do país.

Nós, as comunidades e a afirmação da democracia

Na expressão dos bispos do Brasil (CNBB, 1982), as CEBs são um novo modo de ser Igreja. Ao encarar o pobre, a partir do evangelho, como valor universal (Mt 25,31-46), estas Comunidades apontam para a grande exigência de transformação de toda a sociedade. Por isso, ao longo de sua caminhada pela história, têm contribuído para uma maior participação na Igreja e no mundo.

Germinam experiências e experimentações nas comunidades como:

- a) Um modelo de gestão democrática e participativa, com foco nas resoluções das situações de opressão, de fome e da negação de direitos;
- b) Um lugar de libertação, onde o povo disperso das periferias das grandes cidades e do mundo pode discutir e se ajudar a resolver seus problemas. É o lugar onde muitas mulheres, negros, crianças, ameríndios, quilombolas são (re)conhecidos em toda a sua potencialidade de humanização e iniciam sua participação política, despertando para defesa dos direitos;

- c) Um lugar da reinvenção das humanidades, protagonizada especialmente pelos pobres e pelos estrangeiros. Sobretudo, pela pós-modernidade que encobre o outro, pela migração forçada e pelo êxodo rural, os pobres e estrangeiros são jogados de um lado para outro, sofrem violências e não são acolhidos nas comunidades. Nas CEBs, os pobres voltam a ter nome e o estrangeiro a ter identidade, todos se identificam como irmãos, voltam a serem reconhecidos como pessoas. Para tal, contribuem a celebração do natal na casa das pessoas, que se propõe à luz do texto da Bíblia, assim como pensar a vida e seus problemas. Ajuda, também, a perceber que Jesus foi um estrangeiro na terra do Egito;
- d) Um lugar do encontro criativo, onde os marginalizados retomam sua cultura, criam e recriam seus contos, seus cantos, seus poemas, suas músicas... e celebram!
- e) Um lugar do aprofundamento da democratização comunitária, onde todos podem falar, participar, decidir. Não há donos da verdade. A animação comunitária se faz sempre de modo participado e em equipe;
- f) Um lugar da partilha, da entreajudada, da solidariedade. Os exemplos de mutirões no campo e na cidade indicam a força da colaboração;
- g) Um lugar da vivência e do testemunho que liberta. Espaço celebrativo e de tomada de consciência à luz da *práxis* de Jesus e dos mártires da caminhada – santos dos nossos dias. Celebrar a memória do martírio faz as comunidades, por sua espiritualidade libertadora, sua mística, relançarem à vida, à obra e ao projeto de luta dos seguidores de Jesus Cristo;
- h) Um lugar da leitura da Bíblia a partir do lugar social do pobre. Os pobres se apropriam da Bíblia como memória da luta do povo oprimido;

- i) Um lugar da descoberta, do exercício dos novos ministérios e da nova prática do exercício do poder. Os pobres começam a ter maior espaço de participação na vida pública;
- j) Um lugar da formação para a *participação ativa* na sociedade. A partir dessas vivências, abrem-se os horizontes para uma participação maior que vai exigindo mudanças no interior da Igreja e, na medida da inserção dos cristãos nas lutas populares, mudanças na sociedade e no Estado.

Então, são virtualidades que estão implementando um novo modelo eclesial com suas práticas, seus valores, seu código de ética e que, certamente, estão dando seu contributo para o surgimento de uma nova sociedade: um novo céu e uma nova terra!

A Esperança do pobre vive!

A vitória do presidente Lula, nas eleições de 2022, representa uma mudança significativa na política brasileira. Ele é visto como um líder que traz esperança ao povo pobre por causa de seu histórico de implementação de políticas sociais que beneficiaram os mais vulneráveis, durante seus governos anteriores. Também é reconhecido por sua defesa da democracia e da inclusão social, além de seu compromisso com a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão social.

Há um desejo de acabar com o rastro de destruição e ódio, deixado pelo golpe de Estado de 2016. Por isso, sua eleição traz esperança para muitos brasileiros que anseiam por um país mais justo, igualitário e inclusivo, reduzindo a pobreza e a desigualdade social por meio da retomada de importantes políticas sociais para melhorar a vida dos pobres e dos oprimidos.

Referências

AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n. 1739). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD_1739.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2000.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/constituicao-federal>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CASALECCHI, Gabriel Avila. *Legado democrático e apoio a democracia da América Latina: evidências e mecanismos explicativos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*: documento n. 25. Brasília: CNBB, 1982.

FREI BETTO. *Esplanada dos ministérios*. Artigo de Frei Betto publicado no Jornal Correio Braziliense, em 23 de jan. de 2003. Disponível em <https://www.correiciudadania.com.br/antigo/ed331/opinioao.htm>. Acesso em: 26 dez. 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. *Mídia cria ódio, forja crise e induz à atmosfera dramática de golpe', diz Boff*. Entrevista concedida a Rádio Brasil Atual em 09 de março de 2015. Disponível em: <https://soundcloud.com/redebrasilatual/midia-cria-odio-forja-crise-e-induz-a-atmosfera-dramatica-de-golpe-diz-boff>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SANTANA, Eliara. *Jornal Nacional, um ator político em cena*. Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira. 176f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

A mulher e a questão dos direitos

Hermínia Boudens¹

Introdução

Por que falar da mulher e a questão dos direitos? É muito simples. As mulheres são a metade da população e mãe da outra metade. Nada mais óbvio dizer que elas, portanto, deveriam ter os mesmos direitos que os homens! Mas, sabemos que não é bem assim.

Houve um período na história em que existia, sim, igualdade nos direitos entre homens e mulheres. Mas faz muito tempo. Uns 10.000 anos atrás, no tempo dos caçadores e coletores, quando os seres humanos não tinham moradias fixas, eram nômades e pastores. Mas, com as mudanças climáticas, o controle do uso do fogo e a habilidade de fazer novos instrumentos de trabalho, grupos de seres humanos começaram a se fixar e aprenderam a viver da agricultura... e a fazer guerra. A sociedade começou a desandar quando alguém cercou um pedaço de terra e gritou: “Esse pedaço é meu!” Nasceu a privatização. Nasceram as guerras para defender as terras. Das guerras nasceram líderes que se proclamavam reis. E do sistema dos reis nasceu a opressão de outros povos e, em particular, das mulheres que se tornaram meros objetos nas relações familiares. Nasceu o patriarcado. E acabou a igualdade (Bregman, 2019).

Até a Revolução Francesa (1789), praticamente todas as nações tinham sua base político-social na existência da escravidão. Oitenta

1 Mestra em Teologia pela Universidade Católica de Teologia em Utrecht – Holanda (1988), fez graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Norte do Paraná (2013). É coordenadora do Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP).

por cento da população vivia em pobreza. Desde então, muitas mudanças ocorreram... mais e mais! De tal modo, desde esta revolução, muitas outras lutas foram travadas para afirmar direitos e cidadania, inclusive no Brasil. Mesmo assim, o processo de mudanças foi bem lento, tão devagar que só duzentos anos depois o Brasil promulgou a sua Constituição Cidadã, em 1988. Nela, seu artigo quinto diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

1 – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (Brasil, 1988)

Na vida real, não há igualdade de direitos e obrigações nos lares de milhões de brasileiros e brasileiras. É incrível e inacreditável que, em pleno século vinte e um, há milhares e milhares de mulheres que não têm o direito de ir e vir sem a permissão do seu companheiro. Não têm o direito de expressar suas opiniões, não têm poder de decisão em casa, no trabalho, na política, na sua religião. Autonomia financeira, nem pensar! Submissão total! Aparentemente o tempo parou. Lembro-me de uma charge dos anos oitenta, com desenho de uma mulher grávida no chão e quatro poderes masculinos pisando nela: o líder religioso, o patrão, o banqueiro e o juiz.

E mais, podemos constatar nos últimos anos um retrocesso preocupante com a radicalização política e a radicalização religiosa. O medo parece ter vencido a esperança. Um exemplo aparentemente claro são os acontecimentos, em agosto de 2021, em Afeganistão, onde a mudança de poder na esfera política, legitimado por um poder religioso, reduz as possibilidades para as mulheres de terem liberdade, autonomia e, portanto, dignidade e garantia dos seus direitos humanos. Mas não vamos apontar o dedo para países que mal conhecemos, melhor fixar o nosso olhar por aqui.

No Brasil, podemos apontar para uma crescente “cristandade talibã”. O que quero dizer com isso? Tem a ver com o que Gandhi afirmou quando disse que amava Cristo, mas odiava os cristãos, porque não viviam como Cristo vivia. Tem a ver também com a fala do bispo de Aparecida-SP, Dom Orlando Brandes, em 12 de outubro de 2021, quando disse: “para ser pátria amada não pode ser pátria armada”. E podemos recorrer à distinção entre a religião do todo poderoso e a religião do Infinito em conformidade aos escritos de Emanuel Lévinas, que serviu de fundamentação para Ivone Gebara (2020, n.p.) num artigo intitulado “Sobre o ateísmo ético”, em que ela afirma:

O Infinito é bem mais do que o humano nas suas relações amorosas e nas suas relações éticas. O Infinito é incomensurável. As ações de Jesus nos Evangelhos apesar da maquiagem dos escritores, tradutores e intérpretes apontam para esse Infinito ético, capaz de convidar à mesa aqueles que nunca poderão convidar-me para retribuir meu gesto. Apontam para leprosos, paralíticos, cegos, famintos que abundam em nosso meio e que temos até medo de nos aproximarmos deles, porém é a partir deles que o reino dos céus da irmandade é experimentado. E, nessa dinâmica, ousou afirmar que o último suspiro de Jesus é a entrega ao Infinito que parece não ser o ‘pai todo poderoso’ sentado em seu trono de glória. É o ‘Abba’ (Pai) mais além da biologia humana, mais além do todo poderoso. Suspiro, grito, entrega última à misteriosa dinâmica da VIDA.

O todo poderoso pode dar ao homem o poder de dominar a terra, mas o Infinito sem um nome específico, pois é o Tudo para além de todos os nomes, apenas aponta para o faminto ou para a mulher sofrendo fluxo de sangue, para o apátrida, para o sem teto, para a menina triste e faz estremecer minhas entranhas mesmo que eu não faça nada por eles/elas.

A cristandade é um modelo eclesial de poder, no qual a Igreja está profundamente atrelada ao Estado. Isso aconteceu desde Constantino

(313 d.C.) e Teodósio (384 d.C.), quando a fé cristã se tornou religião oficial do Império Romano. Durante dezesseis séculos, esse modelo de Igreja, que virou uma poderosa instituição, era dominante no mundo ocidental.

A Cristandade era a materialização de um Estado totalitário. Não aceitou a possibilidade de um novo mundo, a não ser o legitimado por ela [...] Portanto, a Cristandade enquanto relação de proximidade entre Igreja e Estado, mediada na relação igreja-sociedade civil, refletiu os interesses dos grupos dominantes. [...] Além da investidura leiga, dos descontentamentos internos e externos, ela passou a administrar um enorme patrimônio imobiliário e financeiro. (Oliveira, 2012, p. 314)

A Revolução Francesa provocou a ruptura entre o Estado Laico e a Religião. Mas, somente durante o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica tomou medidas para deixar a cristandade, abraçando outro modelo eclesial, o do “Povo de Deus” (Comblin, 2002). E, agora, 60 anos depois do Vaticano II, constatamos que o modelo da Cristandade está de volta com todo vapor. E não somente na Igreja Católica, também nas outras igrejas de denominação cristã. Sinal evidente disso é a assim chamada “bancada da bíblia” no Congresso Nacional, que faz de tudo para retroceder conquistas nas leis para as mulheres, para a população LGBTQIAPN+ e para o reconhecimento das religiões de matrizes africanas. Trata-se de políticos que se dizem cristãos e que querem legitimar pautas políticas conservadoras com argumentos religiosos, que diante da hermenêutica moderna e do conhecimento interdisciplinar das ciências sociais não têm o mínimo de validade perante a Constituição. Agem, com outras palavras, como os talibãs muçulmanos, impedindo acesso aos direitos humanos constitucionais, querendo instituir uma teocracia cristã no Brasil.

Desigualdade nos direitos e deveres

Num curso virtual promovido pelo Núcleo de Assessoria às Organizações Populares e em parceria com a Universidade de Pernambuco, em junho de 2021, sobre o tema abordado nesse texto, o público participante (estudantes, professores, lideranças políticas e pessoas do meio popular) apontou as seguintes desigualdades existentes nas suas convivências sociais, em relação aos direitos que os homens “naturalmente” têm e as mulheres não:

- Os homens têm voz ativa na Igreja, as mulheres não têm;
- As mulheres não podem assumir determinadas lideranças nas igrejas patriarcais e monoteístas. São submissas;
- Às mulheres, faltam autonomia financeira;
- O salário das mulheres é menor, na mesma função que os homens, pelo mesmo trabalho;
- Os homens podem se ausentar dos afazeres domésticos, sem nenhum problema;
- As mulheres não são incentivadas a estudar;
- As mulheres não podem se vestir como querem;
- Há uma desigualdade tremenda de representação política; a participação política é entendida como direito do homem.

Uma outra questão abordou os deveres que são atribuídos às mulheres e que os homens dificilmente assumem:

- As tarefas domésticas: cozinhar, limpar, lavar;
- A criação dos filhos (o homem tem que trabalhar fora, enquanto a mulher cuida da casa);
- Cuidado de pessoas doentes;
- A maneira de se vestir: o corpo da mulher sempre deve estar coberto, como forma de controle;

- Cobrança pelo casamento: a mulher que não quer casar, ou manter-se virgem, sofre preconceitos, inclusive no âmbito da saúde pública.

As respostas indicam que a convivência real na sociedade brasileira não é regida pela lei, mas pela cultura. É a cultura brasileira que não dá às mulheres o direito que elas têm perante a Constituição. Não adianta aplaudir a lei, é preciso entender melhor nossa cultura num processo educativo, adquirir conhecimentos dos direitos femininos e buscar contribuir para a transformação de aspectos culturais danosos, que impedem a observância à lei, para todas as mulheres e, em particular, para as mulheres negras e as dos povos originários, que sofrem mais do que as mulheres brancas.

Nossa cultura é feita por comportamentos, tradições, crenças, valores, leis, costumes, artes, conhecimentos etc. Parece que a cultura também é o nosso bode expiatório. Dizemos: “a nossa cultura é assim mesmo: machista, corrupta, racista, cheia de fobias, que não vai mudar! São coisas muito enraizadas”. Mas ela pode mudar sim e precisamos acordar para entender o jogo de quem quer manter essas ideias como imutáveis. Em relação às mulheres e a seus direitos, precisamos falar aqui de duas questões: a questão de gênero e a questão da ideologia de gênero.

A questão de gênero

O conceito de gênero surgiu nos anos 1970. No Manual de Formação em Gênero da Oxfam, com coedição da organização sos Corpo Gênero e Cidadania, encontra-se a seguinte definição do conceito de gênero:

O que é gênero? Esta palavra foi usada nos anos 70, por Ann Oakley e outros/as autores/as, para descrever aquelas características de mulheres

e homens que são socialmente determinadas, em contraste com aquelas que são biologicamente determinadas. (Williams, 1999, p. 9)

Portanto, o conceito de gênero busca não negar o fato de que possuímos uma biologia, mas afirmar que ela não deve definir nosso destino social, como a nossa cultura machista patriarcal o faz.

Enquanto o “sexo” é o conjunto dos nossos atributos biológicos, anatômicos, físicos e corporais que nos definem menino/homem ou menina/mulher, o gênero é tudo aquilo que a sociedade e a cultura esperam e projetam, em matéria de comportamento, oportunidades, capacidades etc. para o menino e para a menina. O conceito gênero só surgiu porque se tornou necessário mostrar que muitas das desigualdades às quais as mulheres eram e são submetidas, na vida social, são decorrentes da crença de que nossa biologia nos faz pessoas inferiores, incapazes e merecedoras de menos direitos. O conceito gênero buscou não negar o fato de que possuímos uma biologia, mas afirmar que ela não deve definir nosso destino social. (Furlani, 2016, n.p.)

Quero destacar aqui a confirmação de que a biologia das mulheres não as faz pessoas inferiores, incapazes e merecedoras de menos direitos. Eis a questão!! As leis confirmam isso, mas a cultura nega. A menina é preparada desde cedo para cuidar, para fazer as tarefas domésticas, para cozinhar, limpar, lavar, casar, ter filhos. O menino não. A educação, que pais e mães aplicam, se repete, de geração em geração! Vale a pena assistir ao filme, um curta metragem de poucos minutos, chamada “Vida Maria”, de Marcio Ramos (2006), que mostra isso de maneira excelente.

O conceito de gênero, trabalhado nas Comunidades Eclesiais de Base e demais movimentos do Meio Popular desde os anos 1990, ajudou inúmeras pessoas, na maior naturalidade, na busca por mais direitos: direitos das mulheres, das mulheres negras, direitos das minorias, inclusive da comunidade LGBTQIAPN+. O conceito de gênero,

assim entendido, está no berço da luta pelos direitos e pela implementação de políticas públicas, municipais, estaduais e federais... está no berço de uma nova consciência da mulher de que ela é dona de si, dona do seu corpo, e que a voz dela deve ser ouvida em todas as discussões sobre temas diretamente ligados a ela, como as relações familiares, seus direitos sexuais e reprodutivos, aborto, sua posição no mundo do trabalho, etc.

Ela não deve ser apenas ouvida, mas deve ter poder de decisão sobre a vida e o corpo dela. É simplesmente ridículo que somente o mundo dos homens determine o que a mulher pode ou não pode, deve ou não deve. Imagine o contrário: que o mundo das mulheres determinasse o que o homem pode e deve fazer e pensar. Como os homens se sentiriam? Eles não aceitariam isso nunca! E não deveriam mesmo. Mas assim também as mulheres não deveriam aceitar isso, pois a Constituição disse que ambos são iguais em direitos e obrigações.

A “ideologia de gênero”

No Brasil, desde 2015, apareceu nas discussões sobre gênero, o termo “ideologia de gênero”. Jimena Furlani, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) afirma que o termo se tornou popular nas discussões sobre os Planos de Educação, e tem sido apresentado como algo muito ruim, que visa destruir as famílias:

Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família... Uma retórica que afirma haver uma conspiração mundial entre ONU, União Europeia, governos de esquerda, movimentos feminista e LGBT para “destruir a família”, mas que, em última análise, objetiva, sim, propagar um pânico social e voltar as pessoas contra aos estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões relacionadas aos

chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual. (Furlani, 2016, n.p.)

O termo ideologia de gênero foi amplamente usado nas eleições presidenciais de 2018, inclusive bombardeando as redes sociais com notícias falsas, por exemplo, sobre um tal de *kit-gay*, amedrontando o eleitorado e criando, de fato, um pânico social na população. A ideologia de gênero quer que acreditemos que os estudos de gênero neguem a biologia. Mas isso é uma afirmação extremamente falsa: os estudos de gênero não negam, mas discordam do determinismo biológico – quando a biologia é utilizada para definir nosso destino social.

O conceito de gênero está sendo desviado do seu sentido de esclarecer como a nossa cultura impede igualdade entre homens e mulheres, e confundido com um sistema de ideias que quer exatamente o oposto, fortalecendo o domínio do homem sobre a mulher. Participantes do curso citado mencionaram exemplos que mostram essa contrariedade: jovens que criticam uma moça que tira sua blusa como forma de protesto, mas esses mesmos jovens assistem com muita naturalidade filmes pornográficos; as propagandas de carros novos ou cervejas geladinhas vão acompanhadas de corpos seminus de mulheres, coisificando a mulher como mera mercadoria e objeto de prazer; sobre uma jovem que tem sua primeira relação sexual com um jovem cai uma chuva de críticas em relação ao seu corpo e a sua sexualidade. Mas o jovem que fica com uma jovem é elogiado!

Ainda pior é que a propagação dessa “ideologia de gênero” vai acompanhada de inúmeros atos violentos contra as mulheres e contra todas as pessoas que lutam para mudar nossa cultura excludente e contra o desmonte generalizado de políticas públicas conquistadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (2002-2016). Estamos diante de uma versão moderna de “caça às bruxas”!

Esperança em tempos sombrios

Vejo três grandes desafios na atualidade brasileira no que diz respeito às mulheres e aos direitos humanos.

1. O cenário nacional (político-econômico-sociocultural) coloca o país à deriva. No final do ano 2022, todos os índices mostravam um enorme retrocesso: o preço dos combustíveis, a alta de inflação, alta de desemprego, a volta ao mapa da fome, desmonte de comitês e conselhos nacionais que garantiam a participação popular, a liberação de armas, a destruição da natureza, as tentativas de privatizar educação e saúde, o aumento de conflitos por desrespeitar o artigo 5º da Constituição. Descaso total, menos para a “elite do atraso”, que sai ganhando. Demos passos para superar o primeiro desafio, que foi derrotar um governo altamente machista, misógino, racista, homofóbico, fascista e anti-democrático nas eleições de 2022. Mas, elegemos um Congresso Nacional perverso e com pautas pouco alinhadas às reais necessidades dos mais pobres. Retiramos a família Bolsonaro do palácio do Planalto, mas não retiramos o bolsonarismo do Congresso, nem das Assembleias estaduais de Deputados. Um caminho é manter a ideia do controle social nas pautas das organizações da sociedade, a luta por democracia e justiça social, além da democratização da informação para combatermos as *Fake News* e outras formas de violência contra verdade.
2. O segundo desafio encontra-se na área da educação política, da ética, da psicologia e da comunicação. Faz anos que Frei Betto (2017, n.p.) alerta que é necessário a luta por acesso aos bens sociais e não somente aos bens pessoais. Como equívoco dos governos do PT ele disse:

O governo deveria ter priorizado o acesso da população aos bens sociais, e não aos bens pessoais. Com isso, se criou uma

nação de consumistas e não de protagonistas políticos. O importante é voltarmos ao trabalho de base para fortalecer o empoderamento popular e os movimentos sociais.

Como despertar para o debate, o diálogo, o conhecimento, para uma abertura da mente? Como desmascarar a manipulação das notícias falsas? O que fazer para que cada pessoa valorize seu próprio ser, seus próprios anseios, e não vá na onda do que é oferecido pelo mundo externo. Devemos retomar o trabalho presencial com grupos de mulheres, grupos de jovens, criar laços comunitários, incentivando rodas de conversas para debater as pautas que falam das mulheres e dos direitos humanos de todos os humanos!

3. O terceiro desafio é trabalhar não somente com as mulheres na luta por seus direitos humanos, mas também com os homens, para que eles descubram como a cultura machista prejudica a eles mesmos. Muitas atitudes que levam aos preconceitos em relação às mulheres e em relação às minorias vêm do medo de perder o controle, de perder posição de destaque. O medo não desarma, pelo contrário, o medo cega, impede de ver a verdade, leva à violência e à ignorância. Uma cultura não machista faria um bem divino às relações, humanizando-as, com conversa, coragem e respeito.

A humanidade se encontra numa encruzilhada. Retroceder não é a opção. Mesmo ainda em vigor, o sistema patriarcal perdeu o seu sentido. O tradicionalismo, a supremacia branca, a submissão da mulher, uma cultura de ódio, tudo isso não tem mais legitimidade. Não vamos voltar às trevas medievais do passado. É preciso paciência histórica. As transformações estão acontecendo. Mas, infelizmente, o processo é lento, leva várias gerações.

As religiões cristãs, tão presente na vida do povo brasileira, deveriam ajudar nessa transformação, uma vez que pregam o amor, a caridade, a inclusão, a esperança. Deveriam democratizar suas estruturas hierarquizadas, agir dentro da corrente profética bíblica, romper com o linguajar de um Deus Todo Poderoso que legitima as desgraças dos todo poderosos na terra, abrir diálogo com a teologia feminista e com as religiões de matrizes africanas e dos povos originários. Assim podemos humanizar as relações na fé, vivenciando uma imagem de Deus misericordioso e compassivo, digna de ser seguida e testemunhada.

Faz escuro, mas cantamos e cantaremos a nossa teimosia, a nossa solidariedade e o nosso esperar.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília-DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BREGMAN, Rutger. *De meeste mensen deugen*. Amsterdam: De Correspondent, 2019.

COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

BETTO, Frei. *Agenda: Frei Betto faz palestra nesta terça, em Caxias*. Entrevista concedida a André Tajés em 21 de agosto de 2017. Porto Alegre, Jornal Digital GZH online. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2017/08/agenda-frei-betto-faz-palestra-nesta-terca-em-caxias-9876331.html>. Acesso em: 26 dez. 2023.

FURLANI, Jimena. *Existe "Ideologia de Gênero"?* Entrevista concedida à Andrea Dip em 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://apblica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GEBARA, Ivone. Sobre o ateísmo ético. *Adital*, São Leopoldo-RS, 2020: Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/600933-sobre-o-ateismo-etico>. Acesso em: 26 dez. 2023.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. A Cristandade: um modelo eclesial de poder. *Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*,

Goiânia, v. 21, n. 2, p. 307-316, 2012. DOI: <https://10.18224/frag.v21i2.1889>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1889>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RAMOS, Márcio. Vida Maria. [Filme]. Produção de Márcio Ramos, direção de Márcio Ramos. Brasil, 2006. 8,35 min. color. son. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2G7EAKw-bZc>. Acesso em: 11 jul. 2021.

WILLIAMS, Suzanne. *Manual de Formação em Gênero da Oxfam*. Recife: sos Corpo Gênero e Cidadania, 1999.

Negros e quilombolas conquistam o direito à educação

Delma Josefa da Silva¹

Introdução

Esse artigo origina-se da tese de doutorado, defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco², e de exposição em mesa temática no ano de 2021, no Projeto de Extensão Pedagogias da Vida Comunitária e Participação Cidadã, ocorrido por meio de uma parceria entre a Universidade de Pernambuco (UPE), *campus* Petrolina, com o Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC). Utilizo como referenciais as *Africanidades, colonialismo e pós-colonialidade*. Franz Fanon, Cheick Anta Diop, Aimé Césaire e Paulo Freire são alguns intelectuais que aprofundaram e radicalizaram o debate sobre os efeitos do colonialismo em África e na diáspora. Assim, analisam os efeitos perversos do colonialismo

-
- 1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). É professora adjunta da Universidade de Pernambuco, *campus* Garanhuns, com uma trajetória vinculada a gestão de programas sociais, tendo ocupado a coordenação do Grupo Interlocação em Desenvolvimento Infantil (IDI) – Gestão 2022. Também integrou a equipe técnica do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) e do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF).
 - 2 A tese tem como título: Referenciais epistêmicos que orientam e substanciam práticas curriculares em uma escola localizada na comunidade de Conceição das Crioulas.

na economia, nas relações sociais, de poder e nas condições de existir dos africanos em África e na diáspora africana³.

No Brasil, a história dos povos de ascendência africana, de origem Bantu, Jeje, Nagô, tem sido de longa data silenciada. Desde o século XVI, os povos escravizados, subalternizados, enquanto “raça”, têm a sua cosmologia invisibilizada da história. Essa invisibilidade não acontece por acaso e não é uma prerrogativa da herança colonialista brasileira. Esse é um processo continental.

Para Quijano (2005), *raça* é uma categoria aplicada pela primeira vez aos “índios”, não aos “negros”. O conceito de “raça” é uma invenção, uma construção mental. Deste modo, *raça* apareceu muito antes que *cor* na história da classificação social da população mundial e converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder.

A formação dos quilombos, por exemplo, tem sido incipientemente aprendida na escola. A sociedade brasileira tem tratado de quilombos de forma restrita, como um fenômeno de sublevação encapsulado no passado, o tempo dos verbos utilizados, quando se referem a eles, por via de regra estão no pretérito: “*foram*”, “*eram*”.

Para conhecer melhor a história da formação dos quilombos no Brasil, desde o século XVI, são leituras fundamentais Décio Freitas (1981), Joel Rufino dos Santos (1985), Abdias do Nascimento (2009), Flávio dos Santos Gomes (2011). Com essas leituras, entenderemos que o conceito e compreensão do que seja *quilombo* vai se transformando historicamente.

Existe uma definição de quilombo de 1740, feita pelo Conselho Ultramarino, órgão colonial responsável pelo controle central patrimonial, que o definia como “toda habitação de negros fugidos, que

3 O conceito remete à ideia de dispersão e à resignificação existencial que africanos e seus descendentes desenvolveram em sua existência cultural, política e histórica fora do continente africano.

passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (Lara, 1996, p. 87). Por esta definição, exterior ao grupo, podemos observar uma dimensão de clandestinidade, atribuída pelo órgão oficial.

Para alguns, quilombo é “simplesmente aldeia!” No caso brasileiro, quilombo nunca significou simplesmente um lugar. A formação de quilombos desde a origem tem um sentido de resistência, de insubordinação à subalternização. A formação dos quilombos no Brasil tem uma dimensão de emancipação no sentido apresentado por Joyce King, em 22 de outubro, na 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em Porto de Galinhas-PE, ao falar sobre *Pedagogia Emancipatória da População Negra*. Os quilombos como uma proposta emancipatória se fundam, provocam uma desestabilização no sistema, pois afirmaram um modo outro de ser, de saber, de poder e de relacionar-se com a natureza.

Nessa perspectiva, um princípio central da emancipação é a consciência crítica do sujeito sobre o contexto em que vive. Nesse processo, desconfiam e desmontam os mitos que naturalizam a exploração e o assujeitamento do ser, retirando sua condição de existente e fazendo-o acreditar na sua não existência considerando-se coisa nenhuma, considerando-se não ser.

Articulados à consciência crítica estão a identidade racial, a condição de contestar e a autodeterminação e controle. Na histórica da construção dos quilombos no Brasil esses elementos estão presentes.

De origem africana, os quilombos se ressignificam no Brasil e nas Américas, isto é, processo de decolonização, em territórios de fronteira: já não são os mesmos fundados em África, são outras Áfricas desde aqui, no Brasil. Resistiram às investidas de extermínio, assim como os povos indígenas e estão em processo de afirmação e reconhecimento das identidades afrodescendentes, aqui entendidas como

[...] múltiplas [...] Podem ser consideradas positivas ou negativas, relacionadas com a autoimagem que os indivíduos fazem de si e dos outros [...] tem um caráter duplo, por vezes depende de como os indivíduos se auto identificam, por vezes de como os outros, externos ao grupo, os identificam. (Cunha, 2013, p. 23)

Esta conceituação nos ajuda a entender como o negro, mesmo quando não se considera negro, será identificado como negro pelo grupo social/pela sociedade, quanto mais marcadores fenotípicos estiver presente em seu corpo: tom de pele, tipo de cabelo, nariz, boca.

No Brasil, vários movimentos negros têm imprimido uma ação social de enfrentamento ao racismo para garantir direitos à população negra. O movimento negro abolicionista, a Frente Negra Brasileira (FNB), a Frente Negra Pernambucana (Silva, 2008) são expressões de africanidades instituídas na década de 1930 em São Paulo e que se expandiram para outros estados brasileiros. As africanidades brasileiras referem-se às raízes da cultura brasileira que tem origem africana. Refere-se ao modo de ser, de viver, de organizar suas lutas.

As africanidades brasileiras vêm sendo elaboradas há quase cinco séculos na medida em que os africanos e seus descendentes ao participar da construção da nação brasileira vão deixando nos outros grupos étnicos que convivem suas influências e, ao mesmo tempo recebem e incorporam as destes. (Silva, 2005, p. 156)

Os antecedentes para a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) se dão em 1897, menos de uma década após a abolição de 1888. Podemos afirmar que para a FNB a educação era a pedra fundamental para a construção do respeito, da cidadania e da ascensão social. Reprovavam o preconceito com que autores de livros enfocavam a história do negro e de sua formação do Brasil.

A atitude da Frente Negra Brasileira, ao denunciar o racismo, já anunciava à época o que Walter Mignolo (2008) conceitua por

“desobediência epistêmica”, pois a FNB impunha uma *práxis*, uma compreensão teórica articulada numa ação social concreta, não era apenas uma “etiqueta”, afinal, a opção decolonial não pode, nunca, sob hipótese alguma, ser considerada uma etiqueta.

A FNB existiu de 1930 a 1937, sua missão aponta para a afirmação dos direitos históricos da população negra em virtude de sua atividade material e moral. Observamos que a atuação desta Frente não havia pauta de separatismo, ao contrário, nos textos é comum haver a expressão: “em comunhão”. Outro fato que chama a atenção é que a FNB atuava aonde o Estado não chegava de modo algum. Além da educação, realizava assistência social, preparação para o trabalho, assistência médica, odontológica, jurídica e cooperativa.

Neste texto apresento, na *introdução*, um diálogo sobre as bases epistemológicas que sustentam a abordagem sobre as *tensões e (im)possibilidades de um saber outro no contexto de epistemologias eurocêntricas*; em seguida argumento a tese dos *quilombolas como sujeitos políticos*, que fizeram emergir e conquistaram o direito à *educação escolar quilombola*. Nas *Considerações*, apresento os principais achados da tese que indicam possibilidades de construção de identidades em um contexto de tensões, onde os sujeitos organizados abrem caminhos para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no contexto da Educação das Relações Étnico-raciais no Brasil, uma conquista histórica sociopolítica e educacional.

Aprender a desaprender para reaprender

No Brasil, em nossa formação básica e superior, aprendemos como se não fôssemos pertencentes a um lugar, a um território em suas dimensões material e imaterial ancestrais e atuais. Foram mais de 5 milhões de africanos transportados para fins de escravização, um terço dos escravizados nas Américas foram transportados para o Brasil.

O escravismo no território brasileiro durou oficialmente três séculos e meio. Esse processo produziu uma dominação dos corpos e colonizou também as mentes, o efeito mais perverso: desejar ser o que não se pode ser (o Outro), como bem o demonstra Toni Morrison (2019) em “O olho mais azul”, na personagem Pecola Breedlove.

Para esse processo de colonização do ser, Aimé Césaire enfatiza que “não há (qualquer) recanto deste mundo que não guarde minha impressão digital e a marca do meu calcanhar no topo dos arranha-céus”. Ele se refere à *negritude* enquanto um conceito. Para Césaire essa construção se dá com a Revolução do Haiti (1791- 1804), onde pela primeira vez a *negritude* se pôs de pé contra o colonialismo.

Em seu Discurso Sobre a Negritude na cidade de Miami (EUA), em 1987, Césaire (2010, p. 9) afirma:

A negritude em seu estágio inicial pode ser definida primeiramente como tomada de consciência da diferença, como memória, como fidelidade e como solidariedade, mas a *negritude* não é passiva, não é da ordem do esmorecimento e do sofrimento. A *negritude* resulta de uma atitude proativa e combativa do espírito. Ela é um despertar; despertar de dignidade. Ela é uma espécie de rejeição; rejeição da opressão. Ela é luta, isto é, luta contra a desigualdade. Ela é também revolta. Mas, então, me dirão os senhores, revolta contra o quê?... Uma revolta contra aquilo que eu chamaria de reducionismo europeu.” E foi esse conjunto de significados contidos na *negritude* que possibilitou que o Haiti produzisse “a primeira Revolução radical de essência antirracista, anticolonialista e anti-imperialista.

Para Fanon (2005), o colonialismo é separatista e regionalista. O colonialismo não se contenta em constatar a existência de tribos, ele as reforça, as diferencia. E o que significa isso? No período colonial esse processo se evidenciava na distinção do africano que trabalhava no eito, na lavoura e o africano que trabalhava na casa grande. A seleção era muito subjetiva: as marcas fenotípicas, o tom da pele,

uma delas; a capacidade de insubordinar-se ou não a partir do pertencimento étnico, outra.

E, hoje, essa história ainda não está substancialmente modificada, por quê? Os livros que a Frente Negra Brasileira no início do século xx denunciava e rejeitava, na virada da segunda década do século XXI, ainda são objetos de pesquisa, entre eles: Ana Célia Silva (2004), Rainete Castelo Branco (2010), Maria de Fátima da Silva (2008) onde se evidencia a negação da presença negra e sua cosmovisão de mundo. Negro como escravizado sim, negro como cientista, sujeito epistêmico, não. É importante destacar que muito timidamente esse cenário vem sendo modificado, mas ainda é predominante nas referências, que formam professores, o conhecimento de origem francesa, alemã, inglesa e norte-americana.

A linguagem é poder, é a expressão concreta, cotidiana da língua. Tem um peso enorme, porque é o discurso hegemonicamente estabelecido e validado, e, na perspectiva colonialista, aquele(a) que não se aproxima deste discurso/linguagem, com domínio da língua não é.

Atribuímos uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem... Falar é existir absolutamente para o outro... Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização (Fanon, 2008, p. 33).

E toda “civilização” é gêmea da barbárie.

Ao analisarmos a relação entre a linguagem utilizada em nossas escolas e a crítica de Fanon, ele está falando de um poder de dominação, que também é um poder de destruição a partir da linguagem/discurso. Como falamos para existir para o outro? Um outro que é par, um ser igual. Utilizando a mesma linguagem que ele (o Outro). Falar, a partir do código do Outro, é assumir uma cultura como peso, ou seja, a cultura que não está em mim e sim no Outro. Penso que

é para isso que Fanon está nos chamando a atenção. Que civilização é essa?

Penso que temos inúmeras armadilhas para identificarmos e desmontarmos. Nosso desafio é *aprender a desaprender* como nos convida Freire (1967) e Mignolo (2008). É necessário desprender-se, em primeiro lugar, das vinculações da racionalidade-modernidade com a colonialidade e, por fim, com todo poder não construído na decisão livres das gentes livres (Freire, 1967).

Nos ensinaram que tem história quem a conta e prova. Para isso, inventaram um instrumento quase perfeito: o livro. Muitos de nós acreditamos que toda história contida num livro é verdadeira, mas de qual livro estamos falando? E qual história está sendo contada no livro? Quem a está contando? Sob que perspectiva conta? Sabemos hoje do perigo da história única.

Pensar decolonialmente tem suas implicações. No Brasil, em 1939, temos o Sociólogo Guerreiro Ramos opondo-se ao positivismo de Durkheim e contra o princípio-chave da tese positivista de se considerar o fato social como coisa. Sua ideia consistia em que não se deve considerar os fatos sociais como coisas porque o homem agindo, procura sempre realizar-se através dos meios sociais. Há que se registrar que Guerreiro Ramos é um dos intelectuais que inspiraram fortemente Paulo Freire.

Neste mesmo período temos diversos movimentos no Brasil contestando a tese de inferiorização do negro e da *supremacia* branca. Guerreiro Ramos, nascido em 1915, em Santo Amaro da Purificação, Recôncavo Baiano, é um desses intelectuais. Guerreiro ingressa na Universidade de São Paulo (USP) e neste ambiente diverge frontalmente do alinhamento hegemônico estabelecido naquele ambiente. O que está completamente explícito na sociologia de Guerreiro Ramos é que ele advoga a sociologia como instrumento de decifração nacional.

Na década de 1930, aos 18 anos, Guerreiro escreve *O Drama de Ser Dois*, onde explicita o conflito de ser negro na sociedade brasileira,

antes mesmo de fazer parte da vida acadêmica, renunciando os seus conflitos neste ambiente, onde existiria um sentimento de não pertença, ao ingressar em um mundo do qual não participou da construção. Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (2003) faz uma leitura do texto de Guerreiro sobre esse ambiente à luz de Karl Marx, sobre os dois níveis existentes na sociedade: infra e superestrutura:

No primeiro nível, o infra, os negros não tinham problema quanto a sua aceitação... nesse nível os negros se assemelhavam a outros grupos étnicos. Os problemas da não aceitação e de descarada exclusão começam para os negros, no momento em que ousam entrar no mundo da superestrutura, ou seja, no mundo dos brancos, feito pelos brancos, é nesse momento que nós, negros, somos obrigados a conhecer a dolorosa experiência da discriminação racial. Para viver no mundo acadêmico, no mundo da produção do conhecimento científico os negros têm de aprender a manipular os mecanismos que regulam as relações de competição estabelecidas por nossa sociedade desigual. (Gonçalves, 2003, p. 18)

Para este autor, Guerreiro Ramos expressou de forma extraordinariamente dramática o sentimento de não pertencimento ao mundo de uma certa concepção científica. Essa é uma questão ainda central no ambiente acadêmico brasileiro. Em 1995, houve um curso “Raça e Diversidade” promovido pelo Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tendo por objetivo discutir *a complexa questão do racismo de forma ampla e diversificada*. Numa das conferências proferida pelo prof. Kabenguele Munanga, foi apresentada a seguinte pergunta: *não seria complicado, considerando a relação sujeito-objeto nas áreas de conhecimento, notadamente nas ciências humanas, que exista um deslocamento dessa relação que afeta a produção científica dos novos pesquisadores negros e mulatos que estão nas instituições universitária?*

O que está explícito na pergunta é a consideração de que o negro, enquanto sujeito integrante do problema, não poderia estar isento à luz do rigor metodológico posto na relação sujeito-objeto, pela teoria positivista de ciência. A pergunta tenta desqualificar a partir da orientação positivista sobre o distanciamento que deve haver na relação entre sujeito e objeto. Kabenguele responde de forma magistral:

no nosso campo da Antropologia, essa relação sujeito-objeto é uma relação que não defendemos mais. Não há mais objeto; até o próprio pesquisado é sujeito do conhecimento, não é objeto. Em certo momento o negro era considerado objeto de estudo; mas a partir do momento em que ele mesmo se tornou pesquisador da sua própria realidade, isso, a meu ver, desbloqueia o conhecimento, pois ele, como vítima, pode sentir certas coisas de dentro que o pesquisador de fora não pode sentir; assim, ele tem uma contribuição a dar... Lembro-me que há algum tempo algumas pessoas diziam que o negro não podia estudar a sua própria realidade, porque ele tem um envolvimento emocional, não pode tomar distância, não lhe é possível desenvolver a objetividade. Mas hoje essas questões, pelo menos na minha área, não se discutem mais; são questões ultrapassadas. A emoção e a emotividade são motivos de conhecimento, e não obstáculos. (Munanga, 1996, p. 223)

Neste debate, conseguimos avançar no campo das ciências humanas. Na pesquisa qualitativa não há dissociação entre sujeito e objeto, pois nenhuma produção de conhecimento nas ciências sociais pode ignorar ou alienar o envolvimento do seu autor como sujeito humano imerso nas circunstâncias (Said, 2001).

Para Santos (1997), a pesquisa qualitativa está mais preocupada com a compreensão ou interpretação do fenômeno social com base nas perspectivas dos atores, por meio da participação em suas vidas. Seu propósito fundamental é a compreensão, explanação e especificação

do fenômeno. O pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações.

O campo epistemológico é um dos territórios privilegiados onde a colonialidade do saber opera, ignorando toda forma de conhecimento outro; é expressa no eurocentrismo e na subordinação do conhecimento e povos como irracionais, primitivos... reafirma a ideia de uma supremacia eurocentrada. Ignoram outra epistemologia.

Para Maldonado-Torres (2007), a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez disso se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.

No texto *desobediência epistêmica*, Mignolo (2008) afirma que é indispensável a crítica do paradigma europeu da racionalidade/modernidade. É necessário se desprender em primeiro lugar das vinculações da racionalidade-modernidade com a colonialidade e, por fim, com todo poder não construído na decisão livre das gentes livres.

A desconstrução da Europa como o centro do universo vem sendo realizada e o próprio conceito de universo, como verbo único, linguagem uma, é questionável numa perspectiva outra de construir conhecimento. O poder hegemônico anglo-saxão, que se impõe pela colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, vem sendo fraturado. Identificamos processos outros de deslocamentos, inclusive de desconstrução da colonialidade do saber,

[...] toda mudança de descolonização política deve suscitar uma desobediência política e epistêmica. A desobediência civil pregada por Mahatma Ghandi e Martin Luther King Jr. foram de fato grandes mudanças, porém a desobediência civil, sem a desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teria política e pela economia política eurocêtricas. (Mignolo, 2008, p. 287).

A desobediência epistêmica implica em conhecer o produzido enquanto conhecimento hegemônico, identificá-lo enquanto tal, não como universal, pois a humanidade é pluriversal. Pensar pluriversalmente implica necessariamente construir uma relação outra com os povos existentes e suas culturas. Implica construir nosso caminho de emancipação nos princípios de liberdade, autonomia, consciência crítica, ancestralidade, história e memória. Os povos e suas culturas não são selvagens, estes são quem os invade e violam seus direitos, sua forma de ser e viver de forma autodeterminada.

Vivemos num tempo em que urge pensar e fazer uma forma outra de produzir conhecimento e validar referenciais que sejam de fato emancipatórios, que possam dizer de nós, o que nós somos e não reproduzir o que os Outros pensam e determinam o que nós sejamos. Faz-se necessário uma melhor aproximação e compreensão do ontológico dos povos africanos, reconhecer as africanidades brasileiras, as culturas indígenas. Como construção humana, contextualizada, nossa epistemologia precisa necessariamente estabelecer o diálogo com nossa história atual e ancestral, logo, a ruptura é imprescindível com o etnocentrismo europeu, com o qual não é possível caminhar, afinal, *los estudios poscoloniales no pueden ser un fin en sí mismos ni ser colocados junto a los otros existentes* (Mignolo, 2005). Conhecimentos que serviram para dominar o ser, através de um saber inventado, forjado na ideia da superioridade da raça branca.

Nesse debate sobre as epistemologias é importante também reconhecer as vitórias nas perspectivas Globais e Locais. Na primeira delas é imprescindível reconhecer e dar visibilidade a capacidade de resistir ao processo de inferiorização e desmontá-lo enquanto tese científica, isto foi feito. Nas Tensões e (*im*)possibilidade de um saber outro no contexto de uma epistemologia eurocêntrica, nos anima a determinação de insubordinação de Diop, que mesmo rejeitado por três vezes na Sorbone, conseguiu provar a tese da origem da humanidade estar no continente africano.

No plano local, uma conquista no Brasil, foi a promulgação da Lei Federal 10.639/03 (Brasil, 2003) complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar, ascendendo aos Fundamentos da Educação. O mesmo Estado que em 1850 proibia nos termos da Lei que o negro tivesse acesso à educação, um século e meio depois acolhe uma pauta dos movimentos sociais negros de incluir no currículo escolar a história que lhe é inerente, como forma de refletir a nação pluricultural brasileira.

O Estado Brasileiro, através do imperativo da Lei, toca num ponto crucial quando normatiza a necessidade do conhecimento e reconhecimento da África e africanidades brasileiras, cuja história se vincula intrinsecamente à construção do Brasil, e que traz como impacto direto o reconhecimento e a valorização da população negra como constituinte na formação histórica do Brasil. Com isso, cria-se uma possibilidade de avançarmos em perspectivas outras de aprender, aprender e ensinar, aprender a desaprender e o mais fundamental: construir uma epistemologia outra de ser, saber, poder e de estar no mundo e com o mundo.

Quilombolas como sujeitos políticos

Nossa perspectiva ao abordarmos sobre quilombolas é contribuir para que conheçamos mais da nossa história enquanto brasileiros integrantes de uma herança africana que está presente também em outros países principalmente das Américas. Podermos identificar nesta herança a relevância dos quilombos enquanto territórios de resistência, organização política e cultural.

Nos fundamentamos no conceito de território posto por Milton Santos (2002), ele afirma que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as

paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

No Brasil, ainda não existe uma única fonte para informar o número de comunidades quilombolas em todo o território nacional. Não se tem um levantamento definitivo sobre quantas são e onde estão essas comunidades. Os primeiros levantamentos sistematizados foram realizados por pesquisadores, historiadores e organizações não governamentais. No caso de Pernambuco em 1995, ano da Grande Marcha Zumbi 300 anos, o Centro de Cultura Luiz Freire identificou 15 comunidades no Agreste e Sertão do Estado. Em 2021, são identificadas pelo Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, vinculada ao Ministério da Educação (SECADI/MEC), mais de 150 comunidades em Pernambuco.

Organizações do movimento negro como o Centro de Cultura Negra no Maranhão, através do Projeto Vida de Negro, identificou em 1988, 400 comunidades, os números do SECADI/MEC, em 2010, indicam que no Maranhão existem 318 comunidades. Por essa breve descrição vemos que não há unidade, isto porque trabalhamos com fonte da Educação, se formos consultar a Fundação Cultural Palmares⁴, órgão do Governo Federal responsável pela certificação das comunidades, em seu site informa que no período de 2004 a 2012 foram certificadas 1.826 comunidades.

O que estes levantamentos têm revelado é que existem comunidades em quase todo o território nacional, entretanto, os estudos ainda não revelaram a existência de Quilombos em Brasília, no Acre e em Roraima (Brasil, 2012).

Percebemos que o conceito de território vai além da compreensão da governança. Pensar território apenas como espaço de governança

4 Desde 2018 a Fundação Cultural Palmares passa por um processo de tentativa de extinção, com práticas autodestrutivas de seu acervo e até perseguições a funcionários.

para Bernardo Fernandes é utilizá-lo como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. Esta leitura de território está plenamente presente em Quijano (2005, p. 118) quando afirma:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

Os quilombos são formas de resistência que chegaram ao século XXI, estão presentes nos territórios onde houve escravização dos povos africanos e seus descendentes. Nas Américas, possui nomes diferentes. Em países de colonização espanhola, são chamados de *cimarrónes*, em Cuba e Colômbia são chamados de *palenques*; na Venezuela de *cumbes*, na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos de *marroons*.

A educação escolar quilombola

Um primeiro princípio a ser considerado na educação escolar quilombola é o princípio da diversidade, ou seja, considerar que, embora tenham elementos comuns entre si, como a relação com o território enquanto uma relação educativa, os quilombos, e as pessoas que neles habitam, têm especificidades relacionadas à região, à cultura e à religião que os particularizam. Por esse motivo, falamos em educações, no plural e não no singular.

Pensar em *educações quilombolas* no Brasil necessita, portanto, entender a relação existente no dia a dia das pessoas e entre as gerações: a relação entre homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos e a relação deles com a terra, com o sagrado, com a política, com a cultura. Esta é uma visão mais ampla de educação que deveria estar sendo incluída na educação escolar quilombola e se fazer conhecer pelos não quilombolas do Brasil, uma vez que somos um país diverso e múltiplo.

Apesar da possibilidade de ser desenvolvida nas comunidades quilombolas uma concepção de educação numa visão mais ampla, na prática, o direito ao acesso à educação formal ainda não foi garantido amplamente pelo Estado às comunidades quilombolas.

Em sua maioria, falta o direito ao acesso, uma vez que na maioria das comunidades não existem escolas. Quando está assegurado o direito ao acesso, faltam condições para permanecer e progredir na escolarização, ou seja, geralmente só é oferecido nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Esta é a realidade básica do funcionamento da educação formal nas comunidades quilombolas neste início de século XXI.

No que se refere à educação escola quilombola, a Secretaria de Educação de Pernambuco realizou em 2006, o Primeiro Seminário Estadual de Construção de Política Educacional Quilombola, uma parceria com a Articulação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Neste contexto, constatou-se que o direito humano à educação para essas comunidades ainda está incipientemente contemplado, seja nas práticas curriculares do(a) professor(a) que não é quilombola, seja até na ausência de escolas.

Ocorreram outros seminários em Pernambuco, coordenado pela Gerência de Direitos Humanos e Educação, e no campo da política pública foi lançado o Plano Estadual Pernambuco Quilombola (2016-2019).

Em esfera federal, considerando a relevância de garantir o direito à educação às Comunidades Quilombolas, a partir de seus processos próprios e suas instâncias organizativas nos Estados da Federação, a Câmara Básica de Educação do MEC disponibilizou em 2011, com fins de Consulta Pública Texto, referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, onde afirma que *ao construir Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o Conselho Nacional de Educação precisa ouvir atentamente o que os próprios quilombolas (comunidade, professores e gestores), o Movimento Negro, os Movimentos dos trabalhadores do campo têm a dizer sobre essa modalidade de ensino.*

De acordo com o texto referência, no que se refere à gestão e a organização da escola, a Educação Escolar Quilombola, deverá atentar aos princípios constitucionais da gestão democrática que se aplicam a todo o sistema de ensino brasileiro. De modo que a gestão deverá ser realizada em diálogo, parceria e escuta atenta às comunidades quilombolas por elas atendidas. Nesta perspectiva, posta pelas Diretrizes, o Centro de Cultura Luiz Freire, em parceria com a Fundação Malala Yousafzai, com o apoio do Fundo Malala, tem desenvolvido ações no Sertão Pernambucano com jovens no campo da comunicação e educação. Na perspectiva de assegurar direitos, foi aprovada na câmara Municipal de Mirandiba as Diretrizes Curriculares Quilombolas desse município de Pernambuco.

É imprescindível que esse processo de gestão se desenvolva articulado à matriz curricular e ao Projeto Político-Pedagógico, assegurando o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e o movimento quilombola em níveis local, regional e nacional. Dessa forma, a gestão deverá considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do quilombo no qual a escola está inserida.

A trajetória de escolarização dos quilombolas e o seu direito a uma educação específica, dentro do território nacional, são processos marcados por negação, interdição, bem como ruptura e fratura.

De sujeito negado, violado, os quilombolas se colocaram como sujeito de direito e político e vem conquistando o lugar de sujeito produtor de conhecimento. No ano de 2012, temos o conhecimento de duas quilombolas defendendo dissertação e tese de doutorado em Educação. A primeira em Brasília, na Universidade de Brasília (UNB), e a doutora defendeu a tese em Curitiba, na Universidade do Paraná.

O MEC anunciou, em maio de 2013, ações afirmativas referentes a bolsas de estudo no sentido de garantir a permanência e progressão de alunos quilombolas e indígenas no ensino superior. Essas são medidas de um reconhecimento explícito de que cabe efetivamente ao Estado envidar esforços no sentido de reparar exclusões das quais historicamente ele foi agente. Todavia, a partir de 2016, houve severos retrocessos nas garantias de direitos que afetaram a todos e, que se intensificaram entre 2018 e 2022. Assim, a sociedade se mobiliza para reconquistar as perdas.

Considerações Finais

Verificamos que do século XVI ao século XXI, os quilombolas transitaram da condição de fugitivos a de sujeitos de direito e conquistaram visibilidade e respeito perante o Estado Brasileiro. Este processo vem sendo construído por meio de tensionamentos, com avanços e recuos. Podemos considerar avanço o reconhecimento aos quilombolas de uma educação específica nos termos postos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; um retrocesso são as práticas adotadas pelo governo desde 2018 com as ameaças constantes aos direitos dos quilombolas. A educação escolar quilombola passa necessariamente pela relação que essas comunidades têm com a terra, seu território material e imaterial.

Em que pese esse movimento, de fluxos e refluxos, pudemos verificar que gradativamente amplia-se o interesse por produção de conhecimento sobre a realidade quilombola em diversos campos de

conhecimento. No Norte e no Nordeste, verificam-se diversas pesquisas direcionadas ao tema que incluem desde o direito ao território, na abordagem jurídica e ambiental, ao direito à especificidade identitária, religiosa e educacional, nas quais se incluem o direito à arte e à cultura.

No levantamento do estado da arte que realizei na base ANPED, verifiquei que numa década, no GT 21 – Educação das Relações Étnico-raciais, a produção sobre quilombos e quilombolas ainda é incipiente. Esse levantamento nos faz refletir que mesmo no campo próprio de abordagem, o interesse pela pesquisa, embora crescente, carece de maiores incentivos e formação de pesquisadores. O que revela que temos muito a produzir e compartilhar sobre a educação escolar quilombola nas próximas décadas.

Referências

BRANCO, Raynete Castelo. O negro no livro didático de história do Brasil para o Ensino Fundamental II, da Rede Pública Estadual de Ensino, no Recife. In: SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. *Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE-UFPE*. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 95-123.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece Diretrizes e Base da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial nacional da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. CNE/CEB. *Resolução nº 8 de 21 de novembro de 2012*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a Negritude. In: CESAIRE, Aimé; MOORE, Carlos. (org.) *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p.107-114.

CUNHA JR, Henrique. Afrodescendência e Africanidades Brasileiras: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre população negra no Brasil. *Revista Interfaces de Saberes*. Caruaru, v. 1, n. 13, 2013.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GOMES, Flávio dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. São Paulo: Claroenigma, 2011.

GOÑÇALVES, Luís Alberto. De Preto a Afro-descendente: da cor da pele à categoria científica. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção Barbosa; SILVERIO, Valter Roberto. (org.). *De Preto a Afro-Descendente: Trajetos de pesquisa sobre cultura o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCAR, 2003. p. 15-23.

LARA, Sílvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José dos; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 81-109.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Cambiando las Éticas y las Políticas del Conocimiento: la lógica de la Colonialidad y la Postcolonialidad Imperial*. 2005. Disponível em: www.tristes-topicos.org. Acesso em: 9 ago. 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARTZ, Lília e QUEIROZ, Renato da Silva. (org.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 213-229.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população Afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/123456789/1661>. Acesso em: 12. nov. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais*. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SAID, Edward. *Orientalismo*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SANTOS, Joel Rufino do. *Zumbi*. São Paulo: Moderna, 1985.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (org.) *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. 2. ed. Salvador: EduFBA, 2004.

SILVA, Fátima Aparecida. *Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra, na ótica de um de seus fundadores José Vicente Rodrigues Lima, década de 1930*. 2008. 125f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kagenguele. (org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 181-197.

O Sistema Único de Saúde entre a afirmação e a privatização

Ana Paula Lopes de Melo¹ | Petra Oliveira Duarte²

Sistema Único de Saúde: de que SUS estamos falando?

O Sistema Único de Saúde, o SUS, passou a vigorar a partir da Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã. Esse documento delineou, entre os artigos 196 a 200 do capítulo da Seguridade Social, as bases para estruturação, funcionamento, financiamento e fiscalização de um sistema público e universal de saúde que tem no artigo 196 como premissa “a saúde como direito de todos e dever do Estado [...]” (Brasil, 1988). Os argumentos que deram origem ao texto constitucional sobre a saúde são originados do Movimento de Reforma Sanitária (MRS) brasileira que, desde as décadas de 1970 e 1980, articulavam-se junto a outros movimentos da sociedade civil para a garantia de um sistema de saúde não excludente.

O texto constitucional representou um compromisso ético dos três poderes e de toda sociedade brasileira e faz do SUS a maior conquista social e patrimônio do povo brasileiro. Considerar a saúde como direito humano fundamental é assumir que saúde é indispensável à vida e, por isso, deve chegar a todas as pessoas, independente

-
- 1 Doutora em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz-PE), é docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem experiência na área da Saúde Coletiva, com ênfase em Gestão em Saúde, atuando principalmente com a temática de saúde da mulher e a interseção entre saúde, gênero, sexualidade.
 - 2 Doutora em Saúde Pública, é Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia Social. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre Sistemas e Políticas de Saúde.

de classificadores tais como raça, local de moradia, classe social, sexo/gênero, faixa etária etc. É assumir também que há contextos sociais e econômicos que influenciam nas possibilidades de promoção, manutenção, recuperação ou diminuição dos níveis de saúde da população. Por isso, garantir o direito à saúde é, também, uma questão de justiça e proteção social. Não à toa, foi inscrito no capítulo da Seguridade Social.

Para além disso, a perspectiva subjacente às ideias que originaram o SUS, considera que os serviços de saúde devem ofertar ações de promoção, prevenção, tratamento, cura e reabilitação de forma integrada e funcionando a partir de uma rede regionalizada e hierarquizada que leve em conta as necessidades populacionais e os territórios onde estão inseridos. Assim, a abordagem da saúde de povos indígenas que vivem em territórios mais restritos, por exemplo, deveria levar em conta aspectos culturais e históricos que interferem nos seus modos de vida e não deve ser a mesma adotada para populações residentes em capitais e grandes centros urbanos.

A conquista do SUS, como afirmamos, veio como resultado do Movimento de Reforma Sanitária brasileiro que, inserido num processo de lutas sociais pela redemocratização do país, mobilizou atores importantes nas disputas e alianças que tornaram possível a assunção do texto constitucional. Vale lembrar que até 1988, o ‘sistema de saúde’, no Brasil, era acessível apenas a poucos brasileiros e tinha como características ser: 1) insuficiente; 2) mal distribuído; 3) descoordenado; 4) inadequado; 5) ineficiente; 6) ineficaz; 7) autoritário; 8) centralizado; 9) corrupto; 10) injusto (PAIM, 2009; 2002).

Entretanto, não raro notar a manutenção de alguns desses adjetivos como referência ao SUS na atualidade e a ideia corrente de que este Sistema de Saúde é destinado a pobres, a quem não pode pagar e, por isso, ganha conotação de menor valor, menor qualidade, o que abre espaço para a sedução dos planos privados de saúde que vendem a ideia de que são um sonho de consumo a ser conquistado.

Isso demonstra que a efetivação dos pressupostos assumidos na Constituição Federal tem encontrado entraves conjunturais, econômicos e políticos que se somam ao desconhecimento da noção de direitos pela população e colocam em questão o desenho e a opção de tê-lo como um sistema público e universal de saúde. Ora, não é difícil imaginar, tal como diz o dito popular, que “na prática, a teoria é outra” e que o processo constituinte já revelava que havia interesses e lógicas distintas em disputa e que permanecem de forma recrudescida na atualidade.

Se, por um lado, o MRS defendia um sistema público universal e a saúde como direito. Por outro, a conjuntura político-econômica de governos neoliberais, que se estabeleciam no Brasil como resultado de um processo mundial, disparado desde a década de 1970, somavam-se ao *lobby* das empresas e serviços médicos privados que viam a saúde como um produto que poderia ser comercializado. Como resultado dessa disputa, a abertura ao setor privado também estava delineada na Constituição “Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada” (Brasil, 1988).

Dados da Agência Nacional de Saúde (ANS, 2020) demonstram que em dezembro de 2020, o Brasil contava com 24,5% da população (mais de 47,5 milhões de pessoas) beneficiárias de algum plano privado de saúde. Naquele mesmo período, o país contava com quase 1000 operadoras em atuação. Esses dados apontam para a saúde como um negócio lucrativo e que há uma dupla cobertura no Brasil: a oferta pública e a oferta privada.

O fato é que, a saúde como direito foi uma grande conquista do MRS e do povo brasileiro, uma brecha de oportunidade garantida na Carta Magna, quando a conjuntura era desfavorável. O país estava endividado e se mantinha refém das políticas econômicas propostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), assumindo assim, as características de governos neoliberais.

O projeto neoliberal se caracteriza pela ênfase na autorregulação do mercado de modo que questões sociais não são prioridades estatais. Nessa concepção de Estado mínimo, quanto menos serviços estiverem vinculados ao Estado, melhor o seu funcionamento. Por isso, a ideia de desoneração estatal através de privatizações é inerente a projetos neoliberais, pois pressupõe-se um alto investimento no Estado e pouco retorno para algo que o mercado pode ofertar através de meios mais vantajosos.

Assim, as diferentes concepções em disputa – saúde como direito e saúde como mercadoria – convivem de forma não harmônica, uma vez que harmonia seria algo impossível dado o contraste inerente de tais acepções.

O MRS não acabou e, graças a ele e a sua constante renovação, o SUS vive e permanece resistindo em pouco mais de três décadas de existência. Ao longo desse período, ampliou-se o acesso a cuidados de saúde na atenção básica, média e alta complexidade; promoveu-se a fabricação e distribuição de insumos, vacinas e medicamentos desde os grandes centros aos territórios mais remotos. Fomentou-se o investimento em recursos humanos e infraestrutura e foi possível perceber impactos em alguns dos principais indicadores de morbimortalidade no país (Paim, 2011). Porém, a privatização é mais que um fantasma e a ameaça da perda de direitos conquistados também é uma realidade a ser enfrentada.

O que é privatizar?

Falar de privatização é falar de um projeto neoliberal capitalista que visa destituir o papel do Estado forçando-o a abdicar da execução direta de serviços públicos e renunciar ao patrimônio das empresas públicas em favor do mercado, transferindo assim responsabilidades antes assumidas pelo setor público para o setor privado (Correia;

Santos, 2015). Segundo Soares e Vieira (2018), o neoliberalismo se baseia no tripé: 1 – individualismo; 2 – privatização (livre mercado); e 3 – “liberdade em detrimento da igualdade”.

No setor saúde, como vimos, a possibilidade de participação do setor privado está prevista no texto constitucional. Porém, o que tem acontecido é uma inversão do contexto original do art. 199 que previa a participação do setor privado como complementar e que, na prática, tem ocorrido de forma concorrente e substitutiva como se, ao SUS, devesse ser destinada à assistência aos pobres, aos doentes crônicos e graves e às populações residentes em lugares remotos, entendidos como não lucrativos no processo de mercantilização da saúde.

Diferente do processo explícito de privatização ocorrido em algumas empresas públicas, o que tem ocorrido em relação ao SUS configura-se como um processo que se utiliza também de estratégias de privatização através de decretos que abrem caminhos para a participação do setor privado através de mecanismos de terceirização e a precarização das relações trabalho e transferências de gestão e administração das unidades públicas para a iniciativa privada (Borges, 2012), numa forte imbricação público-privada, sendo difícil separar o privado, pois ele atua por dentro e em relação com o setor público. A esse processo, alguns autores dão o nome de semiprivatização, etapa que seria anterior à privatização por completo.

Gadelha, Carvalho e Pereira (2012) apresentam como exemplos desse imbricamento: a compra e venda de serviços do setor privado pelo setor público; serviços prestados por clínicas e laboratórios privados são ofertados concomitantemente para o SUS e para o setor privado; quando há pagamento direto a prestadores privados por usuários ou setor público; compra de serviços de média e alta complexidade em estabelecimentos públicos quando estes são geridos por entes não estatais (como fundações); e quando os recursos e fontes de financiamento do SUS são utilizados para gastos com prestadores privados.

Vale ressaltar que a participação de empresas de saúde no financiamento de campanhas políticas no Brasil tem sido uma constante e vem aumentando. A pesquisa conduzida por Scheffer e Bahia (2015) apontou que os aportes financeiros no ano de 2014 contribuíram para a eleição de presidente da república, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Esse é um fato que merece atenção, uma vez que tais financiamentos não são isentos de intencionalidade e os ocupantes dos cargos por eles apoiados são responsáveis pela elaboração, aprovação e execução de leis e políticas públicas que interferem nos interesses dessas grandes corporações empresariais.

Defensores do projeto privatizante argumentam que as empresas privadas são mais eficientes e oferecem serviços mais baratos, mais modernos e melhores que as empresas públicas. Estas, por sua vez, seriam ineficientes, corruptas, burocráticas e incapazes de ofertar saúde (Borges, 2012). Caso tal afirmação fosse verdadeira, os Estados Unidos, por exemplo, teriam um dos melhores sistemas de saúde do mundo, entretanto, esse país tem um sistema de saúde perverso que deixa de fora e endivida grande parcela da população que não consegue pagar, quando mais precisam do suporte e proteção do Estado.

Borges (2012), apoiado em autores como Oh *et al.* e Armstrong e Armstrong afirmam que países que adotaram as estratégias privatizantes neoliberais propostas pelo Banco Mundial e FMI não tiveram êxito nas melhorias de acesso e qualidade à saúde pela população e, ao contrário, geraram déficits orçamentários. Por outro lado, países que adotam sistemas públicos de saúde têm demonstrado uma maior capacidade de desempenho, de prover melhores condições de trabalho, melhor acesso, e melhores indicadores de morbidade e mortalidade. A sedução da privatização, contudo, ganha espaço por estar apoiada em estratégias de sucateamento, subfinanciamento e precarização dos vínculos trabalhistas trazendo a falsa ideia de que o serviço público deve ser extinto e que o setor privado deve assumir essa oferta de serviços.

Privatização “por dentro”: terceirização, OSS e ADAPS

Considerando o processo de privatização que permeia o funcionamento do SUS, vale uma atenção especial para as estratégias de Organizações Sociais de Saúde (OSS) e a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS).

As OSS surgem no Brasil, na década de 1990, como um dos elencos da proposta de Reforma de Estado disparada naquela década tendo em vistas o enxugamento da máquina pública com vistas a atender os preceitos neoliberais que vimos anteriormente. No setor saúde, essas organizações têm sido um meio consolidado de transferência de responsabilidade do setor público para o setor privado crescentemente utilizado por estados e municípios para a gestão e oferta de serviços de saúde. Em tese, são organizações sem fins lucrativos, mas alinham-se a interesses econômicos e recebem outros tipos de vantagens como “isenção fiscal, facilidades legais, recursos financeiros, materiais e humanos” (Montaño, 2007, p. 225).

Do ponto de vista governamental, através das OSS, é possível “furar” alguns aspectos legais obrigatórios à administração pública, tais como a lei de responsabilidade fiscal, concursos públicos e licitações. Se, por um lado, viabiliza vantagens para as organizações, por outro, há um ônus muito maior de recursos públicos que financiam o funcionamento das OSS como prestadoras de serviço para o SUS, ao mesmo tempo que estas oferecem suas atividades também para planos de saúde. O estudo conduzido por Moraes e colaboradores (2018) explicitou a dependência das OSS dos recursos governamentais e o caráter de lucratividade subjacente a seu funcionamento. Algumas dessas organizações figuram entre as maiores empresas do país, demonstrando uma aliança das OSS ao setor financeiro e produtivo, por meio da vinculação ao complexo econômico e industrial da saúde e ao caráter de mercantilização subjacente aos interesses privados que são contraditórios aos interesses públicos inerentes ao caráter universal do SUS.

A racionalidade neoliberal tem figurado como tensionadora dos processos de financiamento e da universalização do direito fundamental à saúde. Os governos brasileiros fundamentados sob a égide do neoliberalismo têm levado a cabo o projeto de privatização do SUS. Nesse caminho, em 2019, foi aprovada a lei 13.958 que autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS).

Em fase de estruturação, a ADAPS tem um modelo similar às OSS e representa mais um golpe no SUS na medida em que reforça a utilização de contratos de natureza jurídico privada para a prestação de serviços estatais. Nesse caso específico, o golpe é direcionado à Atenção Básica³ (AB) à saúde, âmbito a partir do qual as ações fundamentais de saúde são viabilizadas por meio de estratégias de descentralização e ampliação do acesso que tomam o território como base para a identificação das necessidades de saúde da população, entendendo estas como socialmente determinadas. É na AB que é possível reorientar o modelo de prestação de serviço do âmbito individual, para o âmbito comunitário/populacional, buscando assim prover uma assistência que leve em conta, como vimos no início do capítulo, possibilidades para a promoção, prevenção, tratamento, cura e reabilitação que não sejam apenas baseadas na intervenção na doença e seus sintomas.

3 Em todo o mundo, os primeiros cuidados, aqueles obtidos em postos de saúde da comunidade e nas visitas familiares, são chamados tecnicamente de Atenção Primária à Saúde – APS. No Brasil, é comum utilizar também a terminologia Atenção Básica para essas ofertas de cuidado – AB. Há um debate sobre as diferenças conceituais entre AB e APS, mas que não será explorado, neste texto. Optamos aqui por utilizar o termo Atenção Básica (AB), uma vez que as diretrizes e normas para a organização e oferta desses cuidados é denominada de Política Nacional de Atenção Básica.

A AB é a maior porta de entrada de usuários no SUS. Entregá-la a uma estratégia privatista no âmbito do governo federal torna-se uma das maiores possibilidades de entrega dos serviços básicos e fundamentais de saúde aos interesses do mercado. Já vimos o que isso significa: atenção à saúde guiada pela possibilidade de lucratividade, destinada aos indivíduos que conseguem chegar ao sistema, sem levar em conta o interesse público e os perfis populacionais, além de vínculos e relações trabalhistas fragmentadas e precárias com os profissionais do setor.

A ADAPS é vinculada ao Programa Médicos pelo Brasil que surge em 2019 como substitutivo ao Programa Mais Médicos (alternativa adotada em 2013 para suprir o déficit de médicos na AB em territórios brasileiros), mas suas possibilidades de atuação se estendem para a AB como um todo, desde a estruturação da política aos seus mecanismos de execução. A ADAPS soma-se a outras estratégias de modificação não da Política de Atenção Básica e da sua estrutura de financiamento de repasse financeiro aos municípios, podendo se tornar um mecanismo condutor de maior precarização, bem como de extinção dos serviços de AB hoje existentes, tais como a Estratégia de Saúde da Família (Giovanella, 2020; Morisini, 2020).

Privatização como um projeto

Como já foi dito, a privatização é um dos eixos do projeto neoliberal, e os empresários do setor saúde ou, para falar genericamente, o *mercado privado da saúde* está sempre buscando estratégias de expansão de mercado e de lucratividade.

No Brasil, em 1968, o governo militar tentou uma reforma privatizante da saúde, o Plano Leonel Miranda, que faria o Brasil seguir o modelo dos Estados Unidos, extremamente privatizado e excludente. Não conseguiu: o projeto era falho e houve resistência da sociedade. Em reação ao fracasso, o governo militar promoveu uma

reforma do sistema previdenciário, ampliando a cobertura populacional a partir do crescimento do setor privado e, para isso, abriu uma linha de financiamento com recursos públicos, o FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social), para construção de hospitais privados. Vale ressaltar que o INPS já era um grande comprador de serviços privados de saúde, priorizando o crescimento do setor privado após a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs (Almeida, 2006; Escorel; 2012).

O movimento de “economizar” com os gastos sociais (educação, saúde, assistência social, previdência...) para direcionar os recursos do país para os setores privados e financeiros chegou a seu auge com a Emenda Constitucional 95/2016: os gastos sociais foram congelados e os financeiros permaneceram subindo. Para se ter uma ideia, os relatórios do Movimento pela Auditoria da Dívida mostram que em 2020 as despesas com a dívida totalizaram 39,08% do orçamento federal, enquanto a saúde representou 4,26%, e que em 2021 os gastos com a dívida representaram 50,78% (1,96 trilhão de reais só para a dívida!!!) do orçamento e a saúde representou apenas 4,18%. Nesses estudos, estima-se que, em 2021, apenas os juros da dívida alcançaram o valor de 618 bilhões de reais, enquanto os Balanços Gerais da União de 2020 e 2021 apontam para gastos com Função Saúde nos montantes de 161 bilhões e 179 bilhões, respectivamente. Ou seja, só os juros da dívida, em 2021, representaram mais de 3 vezes o valor gasto com Saúde! Faz pensar na necessidade de Auditoria dessa Dívida, não faz?⁴ (Brasil, 2021; Comissão Brasileira Justiça e Paz, 2021; Fattorelli; Ávila; 2022).

4 O Movimento pela Auditoria da Dívida Pública foi constituído em 2000, por várias entidades da sociedade organizada, dando voz a um clamor que vem dos anos 1970: De que a dívida foi inflada por interesses privados e vem sendo utilizada como mecanismo de drenagem de recursos públicos, crescendo em função de políticas monetárias que só interessam aos setores financeiros. O Movimento pela Auditoria da Dívida Pública tem como principal bandeira o cumprimento

Para evidenciar esse crescimento dos gastos com a dívida, em detrimento das políticas sociais: se pensarmos em termos de gastos diários, em 2019, o Brasil gastou 2,8 bilhões de reais por dia com a dívida pública. Em 2020, gastou 3,8 bilhões e em 2021, foram pagos 5,4 bilhões de reais diários! (Fattorelli; Ávila, 2022). Uma dívida que parece crescer e não acabar enquanto os gastos com políticas que realmente importam para a população têm sido reduzidos e congelados.

Especificamente em relação à saúde, alguns mecanismos têm sido importantes para uma proposta de redução do setor público e fortalecimento do setor privado: a renúncia fiscal na saúde, a permissão de capital estrangeiro na saúde, a Emenda Constitucional 86 (e o baixo valor de participação federal), o projeto de Planos Acessíveis, e as mudanças persistentes na política de saúde com direcionalidade para a sua redução.

Renúncia fiscal na saúde

A legislação brasileira (Lei 9.250/95) prevê a possibilidade de abater a totalidade das despesas médicas privadas, sem limite, na prestação do imposto de renda da pessoa física; e a redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas. Como a CSLL compõe a base do orçamento da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), a renúncia fiscal da saúde para empresas reduz o orçamento da saúde. Essa renúncia fiscal direciona recursos do orçamento público para o financiamento dos serviços privados, contribuindo para a expansão da oferta privada de serviços e do mercado de planos de saúde. Segundo o TCU, a renúncia fiscal total da União (saúde e demais áreas, incluindo o incentivo ao uso de agrotóxicos) foi de R\$ 348 bilhões em 2019. Estimando só no setor saúde, Mendes

da previsão Constitucional (artigo 26 do ADCT) de Auditoria da Dívida, até hoje não cumprida. Ver mais em <https://auditoriacidada.org.br>.

e Weiller (2015) calcularam R\$19,9 bilhões, em 2012, de renúncia fiscal (Mendes; Weiller, 2015; TCU, 2020).

Lei 13.097/2015 – Permissão para o capital estrangeiro na saúde

A mudança da Lei 8080/90, Lei Orgânica da Saúde, que define o “desenho” de organização mais ampla do sistema de saúde, e que, originalmente, proibia a presença de capital estrangeiro no setor saúde. Através da Lei 13.097/15, a Lei 8080/90 foi alterada e passou a permitir o capital estrangeiro. Isso fortalece o setor privado através de sua internacionalização e traz fortes atores do empresariado estrangeiro no setor para debate nacional.

Emenda Constitucional 86

A definição de um percentual mínimo de participação da União nos gastos com a saúde era desejada, mas enquanto se defendia um piso mínimo de 10% da Receita Corrente Bruta, o que foi implantado foi um piso de 15% da Receita Corrente Líquida, a ser alcançado numa transição gradual entre 2016 e 2018, um valor tão abaixo do necessário que, emblematicamente, no primeiro ano da transição, o novo cálculo representou perda de recursos!

Mário Scheffer (2015, p. 664), em artigo sobre a privatização do SUS, argumenta que a Emenda Constitucional 86 se tornou a “constitucionalização do subfinanciamento” e que isso, junto com a abertura ao capital estrangeiro, impulsiona o processo de privatização do SUS, tornando-se uma “vitória da coalizão de interesses de hospitais privados, empresas farmacêuticas e operadoras de planos de saúde que, além da defesa do capital estrangeiro, pretendem ampliar a participação do setor privado na formulação das políticas nacionais de saúde”.

Projeto de Planos Acessíveis

Em 2016, o então ministro da saúde, Ricardo Barros, lançou o projeto de Planos Acessíveis, criando um grupo de trabalho para construir a proposta.

A proposta, construída e divulgada em 2017, pensou em estruturas simplificadas (já que a ideia era que os planos fossem baratos), com três (03) versões, um tipo de plano sem previsão de hospitalização, um tipo de plano com previsão de hospitalização e um tipo de plano com cobertura de serviços definida no contrato. A proposta também previa uma série de definições para reduzir o consumo de serviços do plano, como a obrigatoriedade de aprovação do procedimento por um médico generalista de referência (o clínico geral), a obrigatoriedade de segunda opinião nos casos de procedimentos de alto custo e o uso de canais digitais (Brasil, 2017). Desta forma, dificultando o acesso aos serviços, as empresas lucram mais.

A proposta pretende popularizar os planos privados. O sus ficaria para quem não tem plano: um sus reduzido e, por consequência, com baixa capacidade de resolução de problemas, o que Bahia e Schefer (2018) referem como “sus para Pobres”.

Mudanças nas políticas de saúde – encolhimento do SUS

Nos anos recentes, várias normas vêm sendo mudadas no sentido de reduzir o tamanho do sus. A atenção básica é emblemática nesse sentido. A Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, publicada em 2011, previa uma Atenção Básica (nossas equipes de Saúde da Família e postos de primeiro atendimento) em crescimento rumo à universalidade, com vinculação populacional garantida pela obrigatoriedade do Agente Comunitário de Saúde – ACS como referência para 100% da população cadastrada nas Equipes de Saúde da Família – ESF, financiamento *per capita* via PAB (Piso da Atenção

Básica) e financiamento federal do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), como componente multiprofissional de fortalecimento da Atenção Básica.

A PNAB, publicada em 2017, rompe com a obrigatoriedade da referência do ACS para 100% da população, direciona a Atenção Básica para o atendimento clínico individual (e não para a promoção da saúde), e a Portaria 2.979/19 extingue o financiamento do NASF, além de extinguir o financiamento *per capita*, criando uma lógica de financiamento por cadastro, que favorece a delimitação de “público-alvo” da política de atenção básica (Giovannella; Franco; Almeida, 2020).

Outra estratégia emblemática é o retrocesso na política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Já no governo Temer (2016-2018), interrompeu-se a trajetória de redução de leitos psiquiátricos, que caracterizava a luta da Reforma Psiquiátrica contra a lógica manicomial, de prender, isolar e excluir o paciente. A Portaria 3.588/17, do Ministério da Saúde, criou leitos hospitalares psiquiátricos e incluiu a Comunidade Terapêutica (entidade privada, geralmente religiosa, com lógica manicomial) na Rede de Saúde Mental. Com isso, os empresários buscam retomar um setor lucrativo, de manicômios, que o SUS estava controlando (Andreazzi; Sancho; Schutz, 2021).

Assim, são movimentos que se complementam: a redução da capacidade do SUS de ofertar assistência universal e o crescimento do investimento estrangeiro. A ampliação de investimentos do capital estrangeiro contribui para o crescimento da concorrência do setor privado com o SUS e favorece a campanha da mídia empresarial, que induz a população a pensar que os planos privados são a forma mais segura de ter acesso à saúde (Scheffer, 2015).

Quanto mais precarizado o SUS se torna, mais a população é induzida a crer que os planos privados são a solução, quanto mais o setor privado cresce, mais pressiona pela precarização do SUS, e assim...

Privatização como um projeto global

A pressão dos empresários do setor saúde para a ocupação privada do setor, ou abertura ao mercado, é também chamada de financeirização da saúde e é um movimento presente no mundo todo. Para Basile (2021), a onda de financeirização/privatização dos sistemas de saúde “igualava” os modelos de saúde dos diferentes países numa lógica da saúde como mercadoria, rompendo com qualquer proposta de saúde como um *direito humano fundamental*.

Não é à toa que o Banco Mundial lançou entre 2005 e 2010, junto com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a proposta de *Cobertura Universal de Saúde*. O nome da proposta lembra “universalidade” propositalmente, para que se pense que seu objetivo é garantir saúde a todos, mas a lógica é financeira.

A proposta da Cobertura Universal de Saúde é expandir a presença do setor privado para “reduzir a sobrecarga dos sistemas públicos” (alguém já ouviu este discurso?), propondo que os governos subsidiem os custos para o acesso da população a planos e serviços privados. Desta forma, haveria “cobertura universal nominal”, ou seja, em tese, todos estão inseridos em algum tipo de cobertura (ou plano privado, ou rede pública), mesmo que isso não represente acesso de verdade (Giovanella et al., 2018).

Para isso, cabe o “voucher” ou ticket da saúde proposto por Paulo Guedes (ministro da economia do governo Bolsonaro 2019-2022), para a população comprar no privado, mas também cabem os subsídios diretos às empresas de saúde, para “baratear” os Planos de Saúde, e ainda a redução do controle sobre os planos privados (desregulamentação), que acompanha o modelo dos Planos Acessíveis.

No Brasil, em 2015, o empresariado da saúde formou um grupo de pressão para implementar suas propostas e ampliar sua participação no uso dos recursos da saúde, o Instituto Coalisão Saúde, que vem agregando interesses do setor privado (Andreazzi; Sancho;

Schutz, 2021). Cabe à sociedade organizada construir a defesa dos interesses da maioria da população e fortalecer o projeto da universalidade da saúde como bandeira global.

Qual a nossa bandeira?

Em resumo, a privatização tem sido usada como estratégia dos grandes empresários para direcionar investimentos públicos para o setor privado, não apenas como transferência direta de propriedade do patrimônio público para o setor privado, mas também garantindo espaços para o setor privado DENTRO das políticas públicas, seja diretamente com terceirizações, Organizações Sociais, ADAPS, e ampliação da participação privada nas políticas públicas; seja pela indução ao crescimento dos Planos Privados e fragilização do SUS, levando a população à necessidade de compra no setor privado.

O caminho de luta, então, é a defesa da VIDA e da saúde como direito de todos, universal! Os planos privados não são a solução. São o problema: implícito e explícito em cada mecanismo de redução e privatização do SUS. É preciso lutar para que as pessoas NÃO PRECISEM de planos de saúde privados! E, para isso, é urgente:

- Revogação da Emenda Constitucional 95/2016;
- Maior controle sobre os planos privados, para que não maximizem seus lucros às custas da não assistência aos segurados;
- Revogação das medidas de redução do SUS, elencadas neste texto (e outras!);
- Posicionamento contrário ao modelo Cobertura Universal de Saúde, pautado em planos privados populares como “auxiliares” ao sistema público;
- Fortalecimento do SUS, com financiamento adequado e uma relação soberana com o setor privado, reduzindo ou extinguindo os subsídios, impedindo o controle por empresas estrangeiras,

e estabelecendo controle público sobre as empresas e seus lucros, ampliando a Atenção Básica e garantindo a universalidade.

- Esse texto pretende ser um chamado ético à nossa atuação como cidadãs e cidadãos, em defesa da VIDA, em defesa do SUS, em defesa do povo e dos processos democráticos. Sigamos nesse caminho!

Esse texto pretende ser um chamado ético à nossa atuação como cidadãs e cidadãos, em defesa da VIDA, em defesa do SUS, em defesa do povo e dos processos democráticos. Sigamos nesse caminho!

Referências

ALMEIDA, Célia. Comentário: política e planejamento: o Plano de Saúde Leonel Miranda. *Revista de Saúde Pública* [online], v. 40, n. 3, p. 381-385, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/GQW85ZxrFHDNBQXDvvhpYZ/?lang=pt> Acesso em: 08 out. 2021.

ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky; SANCHO, Leyla Gomes; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Agendas empresariais no sistema de saúde brasileiro, 2016-2019. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, v. 142, p. 406-426, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.257>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3743MnWfgrQLmBRPVQ64dJd/?lang=pt> Acesso em: 08 out. 2021.

BAHIA, Lígia. Trinta anos de Sistema Único de Saúde (SUS): uma transição necessária, mas insuficiente. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 7, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00067218> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/W7zxfv588XxhKQ7JJ8dGVKD/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2021.

BAHIA, Lígia; SCHEFFER, Mario. O SUS e o setor privado assistencial: interpretações e fatos. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 158-171, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S312> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pXkTfTKZ4F5JYrmjGRsztsD/?lang=pt> Acesso em: 08 out. 2021.

BASILE, Gonzalo. Refundación de los sistemas de salud en Latinoamérica y el Caribe: apuntes para repensar y descolonizar las teorías y políticas. *Dossier de salud internacional Sur Sur*, n. 7. FLACSO, República Dominicana, 2021. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/11522>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BORGES, Fabiano Tonaco. *Desafios e perspectivas do Sistema Único de Saúde (SUS) diante do Neoliberalismo*. 2012. 183f. Tese (Doutorado em Odontologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília-DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. *Balanco Geral da União – BGU 2020*. Disponível em: https://sisweb.tsouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:38245. Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Ofício n° 60-GS/SAS à ANS – Assunto: Proposta de Plano de Saúde Acessível*. Brasília, 2017. Disponível em <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/09/Proposta-de-Plano-de-Saude-Acessivel.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SALLES, Shayene Machado. Saúde no contexto da inter-relação público-privado: um bem público, um bem de consumo ou um direito humano fundamental com vistas à universalidade? *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 104-137. DOI: <https://doi.org/10.25192/ISSN.1982-0496.RDFD.V23I2996>. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/996>. Acesso em: 08 out. 2021.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ. Observatório de Finanças e Economia de Francisco e Clara. *Análise do fluxo de recursos na esfera pública: quem financia o estado e quem se beneficia*. Relatório Preliminar. 2021. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Resumo-Relatorio-Financas-Publicas-30.08.2021.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CORREIA, Maria Valéria; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Privatização da saúde via novos modelos de gestão: as Organizações Sociais em questão. In: Bravo Maria Inês Souza *et al.* (org). *A mercantilização da saúde em debate: as organizações sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Rede Sirius; 2015. p. 33-39.

ESCOREL, Sarah. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, Lígia. (org). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 323-364.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. *Gasto com Dívida Pública sem Contrapartida quase Dobrou de 2019 a 2021*, 2022. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Resumo-Relatorio-Financas-Publicas-30.08.202.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GADELHA, Paulo; CARVALHO, José Noronha de; PEREIRA, Telma Ruth. (org.). *A saúde no Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GIOVANELLA Lígia et al. Médicos pelo Brasil: caminho para a privatização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde? *Cad Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 10, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178619>. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7104>. Acesso em 27 dez. 2023.

GIOVANELLA, Ligia et al. Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias. *Ciênc. saúde coletiva*, [s.l.], v. 23, n. 6, p. 1763-1776, Jun., 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05562018>. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sistema-universal-de-saude-e-cobertura-universal-desvendando-pressupostos-e-estrategias/16673?id=16673>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GIOVANELLA, Ligia; FRANCO, Cassiano Mendes; ALMEIDA, Patty Fidelis de. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? *Ciênc. saúde coletiva*, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 1475-1482, mar., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020254.01842020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TGQXJ7ZtsNT4BtzJgxYdyG/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MENDES, Áquilas; WEILLER, José Alexandre Buso. Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS. *Saúde debate*, São Paulo, v. 39, n. 105, p. 491-505, jun., 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-110420151050002016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Kh7Qnmhs6jDxd3Vt3dnhDqH/>. Acesso em: 11 de nov. 2022.

MONTAÑO Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal*. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAIS, Heloisa Maria Mendonça de. et al. Organizações Sociais de Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 1-13, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00194916>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/s3jWHg5SLbnggrcNDjPpnLsg/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MOROSINI, Marcia Valeria Guimarães Cardoso; FONSECA, Angelica Ferreira; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Previne Brasil, Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária e Carteira de Serviços: radicalização da política de privatização da atenção básica? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00040220>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Hx4DD3yCsxkcx3Bd6tGzq6p/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, Isabela Santos; VIEIRA, Fabíola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n.7, p. 2303-2314, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.09192018> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZgbMjYykcwrkccrSPQRqWjx/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SCHEFFER Mário; BAHIA, Lígia. *Representação política e interesses particulares na saúde*: a participação de empresas de planos de saúde no financiamento de campanhas eleitorais em 2014, 2015. Disponível em . Acesso em: 1º out. 2021.

SCHEFFER, Mário. O capital estrangeiro e a privatização do sistema de saúde brasileiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 663-666, abril, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPE010415>. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/5862>. Acesso em: 1º out. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Fatos Fiscais 2019*. Brasília, 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/F6/26/41/37/4AE2371055EB6E27E18818A8/Fatos%20Fiscais_2019.pdf. Acesso em: 1º out. 2021.

As Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco e o cuidado com a saúde e o meio ambiente

Irmã Maria Áurea Guerra¹

Introdução

De modo geral, o conceito de Saúde, entre as pessoas das comunidades com quem trabalhamos e convivemos, assim se expressa: “é um presente de Deus, é a maior riqueza da vida”. E a justificativa desse conceito vem da prática do dia a dia: “não adianta ter tudo na vida: dinheiro, terra, fartura, fama, prestígio, se a pessoa não tem saúde. Saúde não se compra; mas se temos saúde, podemos trabalhar e conseguir todos os bens necessários para viver bem”.

A experiência da vida, os hábitos das gerações passadas, os exemplos de trabalho e cuidados da saúde, da terra, da plantação e dos animais permanecem vivos na memória de nossas comunidades, surgindo comparações e questionamentos quanto ao ter saúde antes e a fragilidade de se ter uma vida saudável em nossos dias.

Por que se tornou tão difícil conservar a saúde em nossos dias, mesmo diante dos avanços da ciência e da tecnologia que oferecem melhores condições de vida à humanidade? Por que tanta busca por hospitais, médicos e farmácias?

¹ Graduada em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), é religiosa da Congregação Filhas do Coração Imaculado de Maria (Cordimarianas), integrante de uma Pequena Comunidade Inserida nos Meios Populares, desde 1976, é cofundadora de várias Comunidades de Base no Agreste pernambucano – especialmente em Santa Cruz do Capibaribe, Riacho das Almas, São Caitano e Caruaru.

A resposta não é simples. Tem muito a ver com o processo de industrialização, iniciado no Brasil em 1930, e que continua sempre inovando e se aperfeiçoando e modernizando. Trouxe benefícios para a humanidade, mas afetou a saúde da terra, da agricultura, dos animais e, conseqüentemente, a saúde humana. O nosso meio ambiente, hoje, está poluído, danificado, contribuindo para a falta de saúde das águas, das plantas, do ar e, enfim, de toda espécie de vida na terra.

O renomado autor David Servan-Schreiber, em seu livro *Anticâncer* (2008), fala de “uma fratura no século”. Ele, que com a idade de 30 anos foi diagnosticado com um câncer no cérebro e curou-se mudando seu estilo de vida e usando meios naturais. Assim fala, referindo-se ao aumento de câncer no Ocidente:

Hoje em dia, a biologia reconhece amplamente, assim como a medicina, que a presença de numerosas substâncias tóxicas no meio ambiente desempenha um papel no fenômeno chamado de “carcinogênese”: o surgimento das primeiras células cancerosas no organismo – seguido de sua transformação de um tumor mais agressivo. (Servan-Schreiber, 2008, p. 76)

Além disso,

Se os cânceres são mais frequentes no Ocidente, e se eles vêm aumentando desde 1940, convém examinar o que mudou nos nossos países depois da guerra. Três fatores cruciais abalaram nosso meio ambiente em cinquenta anos: 1. O aumento considerável do consumo de açúcar; 2. A transformação da agricultura e da criação de animais, e conseqüentemente de nossos alimentos; 3. A exposição a múltiplos produtos químicos que não existiam antes de 1940. (Servan-Schreiber, 2008, p. 77)

Se, no entender das Comunidades, a saúde é um presente de Deus, esta deve ser cuidada, conservada com desvelo, para que não

se perca. Assim, relaciona-se com a natureza e o cuidado com o meio ambiente, revelando uma realidade de interdependência e com dons de Deus. Todavia, as condições para a conservação e cultivo da saúde nem sempre são favoráveis para que as comunidades mantenham bem preservado este tesouro da saúde.

Como cuidar da saúde

Por meio de conversas, encontros e cursos, numa dinâmica popular, as Comunidades Eclesiais de Base foram aprendendo que, para ter saúde integral, é preciso contar com todo um sistema que possibilite uma vida saudável: terra-água-trabalho-alimentação-moradia-educação-lazer-assistência à saúde-cultivo na dimensão mística espiritual do ser-perspectiva de futuro.

Tais elementos são contidos na definição de saúde da Organização Mundial de Saúde que, em 1947, assim se expressa: “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença” (OMS, 1947). Houve uma tomada de consciência de que, para ter vida saudável, não basta apenas tratar sintomas, que frequentemente ameaçam a saúde, mas que seria preciso conhecer os problemas e as raízes dos males que estavam causando doença e morte prematura nas Comunidades, tais como: água de má qualidade para beber, cozinhar e para higiene pessoal; lixos maltratados; esgotos a céu aberto; falta de fossas; alimentação insuficiente e inadequada; venenos e agrotóxicos; falta de assistência à saúde.

A partir daí, foi possível iniciar com as Comunidades um trabalho em quatro dimensões:

- Educação – formação das Comunidades e Agentes de Saúde;
- Reivindicação junto às autoridades;
- Captação de recursos e ações comunitárias;
- Organização e Políticas públicas.

O objetivo era um só: mudanças na qualidade de vida, com vistas à saúde. Ao longo de três décadas, passamos por vários municípios no Agreste de Pernambuco e a preocupação com a saúde do povo pobre sempre foi prioridade nas nossas ações.

Santa Cruz do Capibaribe (1976 a 1982)

Em agosto de 1978, dois anos após a chegada das Irmãs Cordimarianas à Santa Cruz do Capibaribe, durante um encontro com os animadores e animadoras das Comunidades, refletiu-se sobre o que estava afetando a saúde no município. O grupo citou como principais problemas: água, luz, assistência médica, trabalho e educação. Essa reflexão continuou sendo aprofundada nos vários grupos, tanto na cidade como na zona rural. Em 1978, com a chegada de Ir. Maria Virgínia à Pequena Comunidade Cordimariana de Santa Cruz do Capibaribe, a realidade da saúde foi trabalhada mais especificamente, esta irmã já trazia uma larga experiência de seu trabalho, a partir do Hospital Infantil Missão da Cruz, em Rio de Janeiro (1957 a 1967), passando pelo Hospital São Sebastião em Caruaru (1968 a 1976) e, finalmente, vivendo a realidade do Hospital e Maternidade Governador Flávio Ribeiro Coutinho, em Santa Rita-PB (1977).

Alguns trabalhos ligados diretamente à Saúde foram iniciados: participação na Pastoral Diocesana de Saúde; atuação técnica e política junto à Fraternidade Cristã dos Doentes Deficientes (FCD); formação do Grupo da Pastoral de Saúde de Santa Cruz do Capibaribe.

O Grupo da Pastoral da Saúde foi sendo formado através de reuniões, cursos e encontros. Para isto, muito contribuiu a assessoria do Dr. Celerino Carricone, realizando atividades de formação sobre plantas medicinais e remédios caseiros, sempre acompanhadas de profundas análises sobre a realidade da Saúde em âmbito local e nacional.

Em 1978, as novenas de Natal foram realizadas em 19 setores da cidade, com grande participação do povo. Os temas refletidos ajudaram muito a despertar para os principais problemas da vida, como terra, moradia, trabalho e saúde.

Por causa do êxodo rural para Santa Cruz do Capibaribe, houve o inchaço da cidade, surgindo vários problemas para a população, tais como: abastecimento de água – insuficiente e de má qualidade; saneamento básico precário – havendo lama e esgotos abertos, lixos acumulados, contribuindo para a falta de saúde da população; falta de assistência médica; exploração no trabalho, sobretudo das mulheres; sérios problemas de moradia.

Houve então uma *Jornada de Saúde*, com o tema: *Limpeza é vida*. Este acontecimento foi considerado o ponto alto no trabalho de Saúde Popular realizado em Santa Cruz do Capibaribe. Foi um grande movimento de conscientização do povo. A Jornada foi realizada dentro da metodologia: ver-julgar-agir.

Ver – em primeiro lugar foi feito um amplo levantamento sobre a situação de limpeza na cidade e nas residências. O resultado do levantamento foi colocado em cartazes que serviram como material para as assembleias. Tais assembleias foram realizadas ao mesmo tempo em seis localidades da cidade, em dois dias consecutivos. Assim, todas as pessoas tinham oportunidade de participar e tomar conhecimento da situação de limpeza na cidade.

Julgar – neste segundo momento, refletiu-se sobre a influência da limpeza na saúde, confrontando também com o Evangelho: Jesus preocupava-se com a saúde da pessoa. Ele quer que todos tenham vida.

Agir – no terceiro momento da Jornada, foram apresentadas sugestões para melhorar a situação de limpeza na cidade. Foi constituída uma comissão que levou ao Prefeito, Pe. Zuzinha (José Pereira de Assunção), um abaixo-assinado com as seguintes reivindicações do povo: caçambas para coleta de lixo; organização no sistema de limpeza da cidade. Os trabalhos foram encerrados com a Celebração

Eucarística, presidida por Dom Augusto Carvalho – Bispo Diocesano de Caruaru.

Após a Jornada, o trabalho de Saúde em Santa Cruz do Capibaribe continuou envolvendo as comunidades rurais. Nas visitas e reuniões eram discutidos os problemas que afetavam a saúde, especialmente a escassez de água e a sua má qualidade. A comunidade de Cacimba de Baixo solicitou um projeto para construção de um açude e a perfuração de um poço com dessalinizador. Após muita luta e o apoio do Pe. Pedro Aguiar (coordenador diocesano de Pastoral), o açude foi construído, como também realizada a perfuração do poço que passou a abastecer a comunidade com água potável. Os animadores, agentes da Pastoral da Saúde e as parteiras participavam das formações, juntamente com o Grupo de Saúde de Santa Cruz do Capibaribe.

A juventude de Santa Cruz do Capibaribe teve papel importante em todo o processo desenvolvido, tanto na evangelização nas Comunidades, na catequese, na liturgia, como na própria Pastoral da Saúde. A partir das reflexões e ações desenvolvidas, foram surgindo lideranças jovens, articulando outros jovens. Nasce, então, o desejo de organização para discutir os problemas da juventude. Estruturase, então, o grupo Jovem Fermento, seguindo a metodologia *reflexão-ação*, tendo como base a iluminação bíblica sobre a vida.

Riacho das Almas (1982 a 1996)

As Irmãs Cordimarianas desenvolveram o trabalho de saúde popular, seguindo a mesma metodologia vivenciada com os grupos de Santa Cruz do Capibaribe, partindo da realidade e das condições de vida do povo. Foi retomado o conceito de Saúde da Organização Mundial de Saúde e, de acordo com esse conceito, foi sendo desenvolvido um processo de reflexão e ação, ajudando as Comunidades a descobrirem que a doença é um efeito gerado pela falta de condição digna de

vida, como: terra e condição para plantar e produzir; água suficiente de boa qualidade para o consumo humano e dos animais; alimentação adequada e suficiente; educação; moradia; segurança; lazer; transporte; tranquilidade. As reflexões foram direcionadas às causas de não se ter saúde, e não apenas ao surgimento de doenças na comunidade.

A chegada da Pequena Comunidade Inserida nos Meios Populares em Riacho das Almas ocorreu em 1982, ano de plena seca. As irmãs viviam a mesma situação do povo, recebendo latas de água fornecidas pelo carro pipa. O trabalho foi iniciado por meio de visitas para o conhecimento de todo o município, tanto no núcleo urbano (sede) como na zona rural. Os grandes problemas identificados em relação à saúde foram a escassez e a má qualidade da água.

Além da água, as comunidades sentiam faltam de assistência à saúde, sofriam com o difícil acesso à sede do município, por falta de transporte, agravado pelas péssimas condições das estradas. Foram realizadas reuniões nas comunidades rurais para refletir sobre a vida, em confronto com a Palavra de Deus na Bíblia. Os problemas iam sendo identificados pelos grupos, passando-se a questionar sobre a busca de soluções.

Água – o que fazer para melhorar a qualidade da água e ampliar os reservatórios? O que fazer na cidade, para que a água chegasse às torneiras e as famílias não dependessem do carro-pipa? Iniciou-se um processo de reflexão sobre as fontes de água que serviam à população. A partir daí, foram planejadas as ações, com o objetivo de ampliar os reservatórios de água potável e própria para o consumo humano. Tais ações envolviam a comunidade, a Igreja e os poderes públicos. Inúmeras ações foram realizadas:

- Contato com a Diocese, através do coordenador de pastoral – Pe. Pedro Aguiar, a fim de ter acesso aos projetos da CNBB, para a construção de cisternas, ampliação e limpeza dos barreiros;

- Mobilização das comunidades rurais e urbana através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da igreja paroquial, reivindicando a construção da Barragem do Manuíno e da respectiva adutora para abastecimento da água. Esta ação incluiu um abaixo-assinado que foi encaminhado ao governo do estado;
- Elaboração de vários projetos, solicitando recursos, encaminhados à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), à CNBB, à SUDENE e ao Governo Estadual, visando à solução dos problemas relacionados à água;
- Perfuração de poços, aquisição de dessalinizadores para os Sítios Areias, Pau Ferro, Ramada do Trapiá;
- Construção de 300 cisternas, através da CNBB e da SUDENE (Projeto São Vicente);
- Aquisição de filtros de barro e capacitação das famílias para o correto uso deles;
- Construção de fossas;
- Luta pelos direitos do povo atingido pela barragem do Jucazinho.

Capacitação e educação para a saúde – durante todo tempo de permanência das Irmãs em Riacho das Almas aconteceram encontros formativos com a participação das comunidades, com os membros da Pastoral de Saúde e, depois, com os agentes comunitários de saúde. Eram capacitações sobre o uso e cultivo de plantas medicinais e remédios caseiros, sobre primeiros socorros e a aferição de temperatura e pressão arterial, sobre as políticas públicas de saúde e educação alimentar. Além disso, houve a aquisição de farmacinhas comunitárias equipadas com material para seu funcionamento; foi incentivada a implantação de hortas comunitárias, em algumas comunidades.

Nesse período, houve uma intensa articulação com a Pastoral Diocesana de Saúde e com a Fundação Santuário das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco. Agentes de saúde participaram efetivamente no Conselho Municipal de Saúde de Riacho

das Almas e, depois de uma longa caminhada de reflexão e organização, foi fundada a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde. Vale ressaltar que boa parte dos agentes que passaram pela seleção pública para atuar como agentes de saúde veio da Pastoral da Saúde.

São Caetano (1996 a 2007)

Em 1996, ao chegar a São Caetano, a PCI entrou em contato com o Grupo de Saúde que se reunia mensalmente e era ligado à Pastoral da Saúde Paroquial e mantinha articulação com a Pastoral da Saúde Diocesana. Embora o grupo já tivesse uma caminhada, faltava a organização e conhecimentos dos poderes públicos a quem apresentar suas reivindicações. O trabalho desenvolvido foi de assessoria ao grupo, visando melhor organização e estratégia de funcionamento e o aprofundamento das reflexões sobre temas ligados à vida e políticas públicas de saúde.

Surgiram oportunidades para a participação nas conferências municipais e estaduais de saúde, como também nas capacitações realizadas pelo Centro Nordeste de Medicina Popular (CNMP), sobre temas daquela atualidade: segurança alimentar e nutricional, gênero e saúde da mulher, cidadania e controle social, destacando-se as capacitações para Conselhos Municipais, promovidas pelo CNMP.

Ao mesmo tempo, foi acontecendo o processo de fundação do Grupo de Articulação de Saúde Popular do Agreste de Pernambuco (GASPAP), legalmente fundado em 19 de outubro de 2003. Algumas pessoas do Grupo de Saúde de São Caetano engajaram-se na caminhada do GASPAP (2003), cujos objetivos, especificados em seu estatuto, no artigo 4º, são os seguintes:

- Desenvolver atividades direcionadas às várias dimensões da Saúde e Meio Ambiente;

- Promover práticas de Medicina Popular, de uso e cultivo de plantas medicinais, de alimentação complementar e alternativa;
- Contribuir para o fortalecimento do Controle Social e para qualificação das Políticas Públicas;
- Incentivar e apoiar tecnicamente as organizações populares, a fim de fortalecer os seus processos institucionais, políticos e organizacionais;
- Fortalecer o desenvolvimento institucional do GASPAPE como sujeito político, assegurando sua sustentabilidade.

Além do Grupo da Pastoral da Saúde, merece destaque o processo de conscientização e organização dos agentes comunitários de saúde de São Caetano. A partir da articulação de alguns agentes, tanto com o GASPAPE como com o CNMP, foi possível articular o próprio Grupo dos Agentes Comunitários, para estudar e refletir sobre sua missão, como também sobre seus direitos. O grupo chegou a perceber que era necessário união e organização para a conquista do reconhecimento da classe. O passo seguinte foi a articulação com o presidente da Federação dos Agentes Comunitários de Saúde, Manoel Antônio de Lima Filho. Este, por várias vezes, esteve em São Caetano, reunindo-se com o grupo, assessorando e dando força na luta. Após um longo processo, foi oficialmente fundada a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de São Caetano (AMACS). Por várias vezes, Irene Corina Alves, presidenta da AMACS, esteve em Brasília, participando das audiências nacionais dos agentes comunitários de saúde, fortalecendo as reivindicações dos direitos da categoria.

Teologia de uma medicina libertadora

A partir de 2008, quando a Pequena Comunidade Inserida nos Meios Populares se mudou para o município de Caruaru, as formações aconteceram mais especificamente no centro de formação Santuário das

Comunidade, abrangendo os seguintes conteúdos temáticos: meio ambiente; horta e agricultura orgânica; segurança alimentar e nutricional; gênero e saúde da mulher; apicultura; plantas medicinais e fitoterapia; recursos hídricos e educação sanitária. Essas capacitações tiveram como grupos-alvos jovens e adultos dos municípios situados nos limites da Diocese de Caruaru-PE.

Desde Santa Cruz do Capibaribe, em 1978, passamos a contar com a assessoria de Dr. Celerino Carriconde e Dr.^a Diana Moraes. Encontramos neles, as pessoas certas para assessorar o trabalho de saúde nas comunidades. No livro *Vida e Missão na Saúde*, Dr. Celerino, fazendo referência à opção preferencial pelos pobres e a Teologia da Libertação, em tempos sombrios de ditaduras militares, se expressa da seguinte forma:

Dentro desse contexto elaborei uma Teologia da Medicina Libertadora que estabeleceu os direitos dos oprimidos à saúde, dando uma interpretação cristã à nova situação a que estão submetidos, assim como à posição privilegiada de seus opressores. (Guerra, 2016, p. 154)

A Medicina Libertadora é elaborada num contexto de pobreza, de dependência e de múltiplas explorações. Sua preocupação básica é a luta pela justiça, a libertação de todos os fatores que condicionam a doença, quer sejam de ordem biológica, psicológica, sociológica, econômica, política ou cultural. É uma medicina que parte de uma prática milenar, que é a Medicina Popular e que tem sido até agora a alternativa eficaz para muitos males que afligem o povo pobre. É uma medicina que, partindo do saber empírico, tenta fazer uma sistematização desse saber e saber fazer, no sentido de elaborar uma teoria de uma medicina holística. Seu interlocutor não é o homem dividido, mas o povo pobre, iletrado, marginalizado do consumo básico, do poder e dos serviços oficiais, ameaçado de sua maior riqueza que é uma vida com saúde, mas dotado de uma forte cosmovisão empírica

que permite sentir a necessidade de viver em busca de harmonia, consigo mesmo e com os outros, com a natureza e com o seu Deus.

Segundo esse princípio e de acordo com o próprio carisma da nossa Congregação – compaixão e misericórdia –, foram oferecidas oportunidades de capacitação para as comunidades, em várias dimensões, contando-se com a parceria e apoio de diversas entidades e organizações a exemplo da Fundação Santuário das Comunidades Eclesiais de Base do Agreste de Pernambuco; do Núcleo de Assessoria às Organizações Populares (NAOP), que surgiu da caminhada de articulação das Comunidades Eclesiais de Base na Diocese de Caruaru; da Conferência dos Religiosos do Brasil; de algumas associações de agentes comunitário de saúde; Por fim, o já mencionado Centro Nordeste de Medicina Popular, oficialmente fundado em 1988 por Dr. Celerino Carriconde e Dr.^a Diana Moraes, com a finalidade de desenvolver um trabalho na linha de Saúde Comunitária. Com o CNMP, a parceria já vinha acontecendo, no bairro Casa Amarela, com o apoio da paróquia do Morro da Conceição, em Recife-PE.

O Centro Nordeste de Medicina Popular tem sido a casa de portas abertas, oferecendo apoio às comunidades, desenvolvendo um trabalho de formação de agentes, numa linha de reflexão das práticas e visão crítica da realidade

Considerações Finais

Mesmo com todas as iniciativas a favor da saúde, na busca de ter vida saudável, conclui-se que é impossível essa conquista, sem atingir as causas estruturais que produzem a fome dos seres humanos e a morte da natureza. Não somos seres isolados, mas entrelaçados, como diz o Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si* (2015), sobre o cuidado da *Casa Comum*, tudo está interligado. Em que estado se encontra a saúde da terra, das águas, das florestas, do ar e dos animais? Como

são considerados esses elementos pelo sistema neoliberal? A realidade, em que nos encontramos favorece a vida?

Leonardo Boff, em seu recente livro “Covid 19 – a Mãe Terra contra-ataca a humanidade – advertências da pandemia”, fala que

A radicalização do neoliberalismo produz extrema acumulação à custa de uma pobreza espantosa; a catástrofe moral com a falta generalizada de sensibilidade para com as grandes maiorias sofredoras (Boff, 2021, p. 162).

Esse sistema neoliberal está permitindo alimentar a ganância insaciável dos grandes e produzindo a miséria e exclusão dos pobres. O objetivo é o acúmulo desenfreado de riqueza, sem levar em consideração o esgotamento e a morte dos recursos naturais. De acordo com o relatório do banco suíço, *Credit Suisse*, de junho de 2021, a desigualdade aumentou no Brasil e 1% da população concentra 46,6% das riquezas (*Credit Suisse*, 2021). Esta fatia é quase a metade da riqueza nacional!

Em nosso país, é gritante a agressão à natureza, com devastação de matas, exploração de minérios, invasão de solos pelas imobiliárias, tudo isto em vista do lucro nas mãos de poucos, enquanto a maioria é privada dos bens necessários à vida e é exposta aos perigos de alagamentos e queda de barreiras. Até o Sistema Único de Saúde (sus), resultado de conquista popular, foi fortemente golpeado com corte em suas verbas durante a gestão Temer (2016-2018) e a gestão Bolsonaro (2019-2022), colocando em risco até procedimentos essenciais à vida.

A luta pela saúde exige, portanto, uma luta global, uma visão crítica da realidade do nosso país, uma tomada de posição no campo político para que aconteçam mudanças possíveis, elegendo nossos/as representantes, que sejam capazes de defender nossos direitos conquistados e que sejam parceiros/as dos pobres na defesa e promoção

da vida. O cuidado com a saúde e com o meio ambiente tem ainda um longo caminho pela frente.

Referências

BOFF, Leonardo. *Covid 19, a Mãe Terra contra-ataca a humanidade: advertências da pandemia*” Petrópolis: Vozes, 2021.

CREDIT SUISSE. *Global Wealth Report 2021*. [s.l.]: Credit Suisse International, 2021. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si*. São Paulo: Paulinas, 2015.

GRUPO DE ARTICULAÇÃO DE SAÚDE POPULAR DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (GASPAPPE). *Estatuto Social do Grupo de Articulação de Saúde Popular do Agreste de Pernambuco*. Caruaru: Gaspape, 2003.

GUERRA, Áurea. *Vida e missão na saúde*: Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria (1916-2016). João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Constituição da organização mundial da saúde*. 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/oms-organizacao-mundial-da-saude/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SERVAN-SCHREIBER, David. *Anticâncer: prevenir e vencer usando nossas defesas naturais*. Editora Objetivo, 2008.

A participação social e controle das políticas públicas

Uma necessária percepção da importância do modelo participativo para o fortalecimento da democracia brasileira

Leonardo Bulhões¹

Só quem ama a democracia profundamente terminará esse texto tão feliz como quem vos escreve. Então, antes de tratar especificamente do tema proposto é importante lembrar o conceito surgido na Grécia que une dois radicais: *demos*, que vem a significar povo e *kratos*, que significa poder. *Democracia*, portanto, significa o poder do povo ou poder das pessoas ou ainda poder popular.

No mundo, e em cada Estado-Nação, é possível perceber muitas variações de compreensão sobre democracia ou o que se “escolhe” definir como modo de vida democrático. Para uns, é democracia o poder de decisão das representações políticas e por si só este elemento já basta, para outros, não é possível se pensar em democracia com uma população sem acesso à educação, saúde, moradia digna e

¹ Graduado em Gestão Pública pelo Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), atuou como Secretário de Participação Social no município de Caruaru-PE (2014 a 2016), como assessor político do mandato parlamentar do vereador de Caruaru Daniel Finizola (2017 a 2020) e assessor especial da Deputada Teresa Leitão na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

segurança, elegendo representantes em conselhos regionais para tratar das questões locais e menor carga de importância na escolha dos representantes nacionais, por vezes, escolhidos de forma indireta através de representações que se tornam delegadas dessas comunidades e em congresso definem os dirigentes nacionais. Entre elas, o desejo de se envolver nos processos de decisão sobre o mundo a sua volta. Mas essa é outra história.

Além do significado de democracia, é preciso diferenciar outras duas vertentes dela que são a democracia representativa e a democracia participativa. No mundo onde as duas têm sido praticadas ao mesmo tempo, a experiência democrática tem se mostrado mais rica em oportunidades no compartilhamento das decisões políticas. Tempos em tempos há um descontentamento dos cidadãos com as democracias estabelecidas, em que estes questionam as representações como única forma de vivência política.

A democracia representativa, mais comum e clássica, é aquela em que elegemos representantes, tais como vereadores, prefeitos, deputados, governadores, senadores, presidentes, diretorias de entidades estudantis, sindicais, de associações de moradores etc. Nela, escolhemos representantes e a ideia é que possamos acompanhar e cobrar por seus atos, não satisfeitos em novos processos eleitorais é possível a troca. Já na democracia participativa, o processo é de radicalização (entenda como um sentido positivo) na participação do sujeito que é o povo ou a base social daquela organização. Como exemplo, temos as assembleias ou plenárias de orçamento participativo onde todos têm o mesmo voto para tomada de decisões diretas. É importante que se diga: os dois modelos podem conviver e têm convivido com bastante sucesso em muitos casos, como por exemplo nos Orçamentos Participativos (OP) ou em várias conferências que se iniciam nos municípios como as conferências das cidades. Uma certeza de quem aplica a política de participação: quando se escuta mais, menos se erra!

Portanto, participação social é um modelo de política onde há influência direta das pessoas na construção da sociedade. Em alguns lugares, é possível ouvir também pessoas utilizarem “participação popular”. É através da participação social que o poder político é, em parte, distribuído.

Outro termo que precisamos tratar, antes de aprofundar o debate, é “controle social”. De antemão é importante que se diga: nem toda forma de controle pode ser tratada como algo ruim ou negativo. E este é justamente o caso do controle social. Perceba que é justamente através do Conselhos Setoriais de Políticas Públicas ou dos Conselhos de Direitos Humanos e das Conferências que são instrumentos valiosos da democracia e estão inseridos na gestão pública e nas diferentes esferas e níveis de governo (municipal, estadual e federal), isto é, o controle social.

Os Conselhos Municipais são esses instrumentos de controle, sendo na maioria das vezes paritários, o que significa que tem a mesma quantidade de membros do governo e da sociedade civil. Mas, em outros casos, a quantidade de membros da sociedade civil pode ser maior. E esses conselhos são fundamentais para a garantia de transparência dos governos.

Membros desses conselhos podem (e devem) buscar informações sobre a quantidade de dinheiro utilizado por alguma secretaria ou uma área da gestão. Por exemplo, num Conselho Municipal de Cultura há representantes da sociedade civil, neste caso os fazedores de cultura das diversas linguagens culturais e os membros do governo, normalmente representando secretarias municipais com afinidade com o Conselho em questão. Neste espaço plural e cooperativo são definidas as diretrizes para a cultura, bem como são fiscalizados os gastos com essa área executadas pelo governo.

Mas, na prática, a aplicação dessas teorias traz resultados à população? É possível dizer que sim em, pelo menos, duas experiências. Uma no município de Caruaru, cerca de 130 km da capital do estado

de Pernambuco, Recife e o exemplo, de grande escala, que foram os dois governos do Presidente Lula. Aqui vamos falar sobre eles e assim mostrar que tais políticas têm impacto positivo na vida das pessoas.

Em 2013, durante a gestão do prefeito José Queiroz, foi criada a Secretaria de Participação Social (SPS) e com ela, um conceito de gestão que seria monitorado e que buscava realizar políticas públicas tendo o cidadão como o centro da execução de ações governamentais. De forma bem honesta, é preciso dizer que “nem tudo são flores” na luta das novas e participativas práticas – no cabo de guerra invisível – contra a velha política que sempre resistiu e continuará resistindo – construímos e avançamos bastante e foi possível modificar a concepção de diversos colegas que administravam pastas importantes. Fui secretário municipal de 2014 a 2016 e a energia gasta para fazer com que estes colegas do primeiro escalão compreendessem a importância da escuta foi imensa. Por exemplo: a secretaria de planejamento havia pensado em organizar uma praça em um local onde a população utilizava como um campinho de futebol. Os mais jovens jogavam no campo e a população idosa fazia caminhadas ao redor do campinho.

Após a SPS ter apresentado ao prefeito o projeto, questionamos se eles ou alguém havia dialogado com a comunidade que usava o campinho. Interessante perceber que alguns gestores públicos, vários vindos da iniciativa privada, não conseguem entender o sentido disso, acreditam que, por óbvio, todos querem uma praça! O fato é que este exercício de reflexão fez com que um representante da Secretaria de Planejamento fosse ao local e escutou a população e o resultado foi diferente daquilo que o gestor imaginava.

Lá, no campinho, eles disseram não à construção de uma praça. Além disso, disseram que era melhor organizar o entorno do campinho, colocar alambrado e banheiros públicos com vestiário para que as pessoas pudessem tomar banho e trocar de roupa após os

exercícios, seja nas caminhadas ao redor do campinho ou após uma partida de futebol.

Ora, a máxima de “ouvir mais para errar menos” tem resultados práticos e gera satisfação. Além disso, gera uma economia aos cofres públicos que, muitas vezes, gastam tempo e dinheiro em projetos que são, por vezes, ignorados pela comunidade quando ela não é consultada. O que, convenhamos, o gasto para ir lá, reunir as pessoas e dialogar é muito menor do que fazer com que equipes de arquitetos percam dias pensando em projetos.

A SPS, portanto, foi um mecanismo potencializador da identificação entre o Prefeito e o povo, mas também uma arma de identificação de problemas e aceleração da satisfação das demandas sociais e de reconhecimento do próprio governo sobre suas capacidades em se permitir escutar à sociedade. A indispensável disposição do Prefeito e sua equipe devem estar conectados em um projeto comum, ou serão ineficazes, sobrepostos e/ou conflituosos.

O orçamento participativo, as conferências, os conselhos, as audiências, a participação digital através de um gabinete digital, as inúmeras reuniões, as rodas de diálogos com diversos segmentos da sociedade e o fórum de associações de moradores, entre outras ações, atingiram diretamente mais de 70 mil pessoas em Caruaru. Trouxeram os olhos do mundo à “Capital do Agreste” com o convite para que nós pudéssemos apresentar a experiência do OP de Caruaru em um ciclo bianual com ações inclusive na zona rural no encontro do Observatório Internacional de Democracia Participativa ocorrido em Maputo, Moçambique, em 2016 e o prêmio nacional de Direitos Humanos no mesmo ano pelas ações do Gabinete Digital em dialogar e responder sobre a necessidade da interpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas apresentações dos shows da festa de São João da cidade, realizada tradicionalmente no mês de junho, que reúne milhões de pessoas anualmente.

Vale destacar a participação efetiva das mulheres nos processos de participação. Caruaru, na gestão entre 2013 e 2016, possuía 16 Conselhos Municipais com um total de 395 membros. Destes, 169 eram homens e 226 eram mulheres, representando, portanto, 42,7% de homens e 57,5% de mulheres. Além disso, dos 16 Conselhos Municipais, 9 eram presididos por mulheres, ou seja, 56%. A democracia participativa, diferente da democracia representativa, permite que esses espaços de diálogo político reúnam muito mais mulheres. E quem mesmo disse que mulher não gosta de debater política, não é mesmo? Os números estão aí para provar o contrário.

Outros elementos que têm sido fundamentais no combate à corrupção, inibindo muitas vezes ações irresponsáveis, são as ouvidorias, o portal da transparência e a Lei de Acesso à Informação. A busca da transparência – elemento intrínseco à participação, favorece também ao melhoramento nas relações com os profissionais da imprensa, as demais Instituições (como o Parlamento, o Judiciário e o Ministério Público), bem como com os grupos de oposição e associações civis. Tais ações consolidam uma nova ética pública.

Comumente se ouve nos mais diversos lugares que “político é tudo igual”. A visão de mundo das pessoas e a forma com elas conduzem as políticas públicas negam essa afirmação. No caso em destaque, a política de participação popular implementada em uma gestão foi extinguida na gestão seguinte. Inclusive, de maneira simbólica, é interessante perceber a extinção de uma Secretaria de Participação Social e, em seu lugar, ver surgir a Secretaria de Ordem Pública.

Vê-se, portanto, que a perspectiva de gestão tem, por vezes, modelos diferentes de se governar. A gestão seguinte, da prefeita Raquel Lyra, demonstrou nenhum interesse em discutir com a população prioridades para aplicação dos recursos através de um programa de Orçamento Participativo, tampouco estimulou a construção e manutenção dos conselhos municipais, salvo os que obrigatoriamente

teriam que existir para que os repasses do governo federal chegassem ao município.

Um dos conselhos mais importantes, o Conselho Municipal das Cidades, deixou de existir, era nele que mais se cobrava a execução e monitoramento de como estava sendo construído o Plano Diretor de Caruaru. A quem beneficiaria ter um conselho como este desarticulado? Não nos falta imaginação. Nos primeiros 4 anos da gestão da Prefeita Raquel Lyra era comum perceber conflitos sociais com ambulantes, mototaxistas, taxistas, loteiros (motoristas de veículos que fazem o transporte alternativo em *vans* e *toyotas*), agentes comunitários de saúde, enfermeiros, sem teto, catadores de material reciclável, feirantes, estudantes e tantos outros. Como se vê, segmentos sociais, em sua ampla maioria, da classe trabalhadora que deixou de ter um canal de diálogo permanente.

Os ambulantes foram retirados do centro sem nenhum diálogo; os mototaxistas teriam seus pontos excluídos de uma das vias mais importantes da cidade sem nenhum diálogo; o mesmo com os taxistas; feirantes receberam aviso para tirarem suas mercadorias da loja, porque seria demolida; promessas de campanha pelo passe livre estudantil, que não avançou. Todos exemplos de ações sem diálogo e que poderiam ter, mesmo nas consequências mais agudas, um tratamento humano por parte do Poder Executivo Municipal (Prefeitura).

Ao explorar o tema da importância do modelo participativo, nada mais justo do que trazer exemplos que nos façam entender exatamente que há diferenças enormes entre as formas de se fazer gestão pública.

Os casos dos governos Lula, que trataremos a seguir, são emblemáticos. Ao consolidar uma Política Nacional de Participação Social, fortalecendo conselhos e multiplicando conferências, audiências, ouvidorias e diversos tipos de participação. Tais exemplos práticos em esfera superior sustentaram justamente as tentativas de reprodução de políticas de participação em diversos municípios do país.

O primeiro governo do ex-presidente Lula (2003-2006) não perdeu tempo em afirmar que a participação social ocuparia um espaço importante na gestão petista. Editou a Medida Provisória (MP) 103/2003, posteriormente convertida na Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. A norma, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, é a primeira ação de Lula como presidente, sendo um marco sobre quais patamares pretendia governar. Além da presença de diversas considerações participativas, percebe-se também uma preocupação com a inclusão de pautas referentes a setores sociais e econômicos excluídos. Através dessa MP, foram criados sete conselhos, dentre eles o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDDES) e quatro secretarias especiais notoriamente voltadas a temas historicamente marginalizados, como as mulheres e os direitos humanos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDDES), conhecido como “*conselhão*” era formado por 90 membros da sociedade civil e 17 do poder público, escolhidos pela Presidência da República dentre lideranças políticas, intelectuais, sindicalistas e empresários, o CNDDES tinha a tarefa de assessorar o presidente em decisões estratégicas. Nos primeiros anos do governo, o *conselhão* foi o principal símbolo do *pacto social* que Lula dizia querer conduzir no país e assim o fez.

Não é que não existissem instrumentos de participação antes dos governos do PT, o que busco ilustrar neste capítulo é que a visão do PT sobre essas políticas se dá de forma estratégica, tendo ampliação e acompanhamento direto da Secretaria Geral da Presidência da República, portanto, podemos observar nos seguintes exemplos a importância dada: no caso das ouvidorias, presente no ordenamento jurídico a partir de 2004, mas com registros da década de 1980, existiam apenas 40 e foram criadas 125 novas ouvidorias no poder executivo. Outro dado importante é relativo às Conferências.

A primeira conferência de políticas públicas é registrada em 1941, mas é no governo Lula que se tornaram mais frequentes e maiores, além de mais representativas por garantir a presença de diversos segmentos sociais. 64% de todas as conferências realizadas no Brasil (até 2022) aconteceram no período de 2003 a 2010, buscando abranger 28 novos temas nunca antes abordados. Registra-se ainda uma participação direta de aproximadamente 5 milhões de brasileiros e brasileiras. Avritzer (2012), professor, em estudo tipo *survey*, estimou que 6% da população participou de alguma etapa das conferências nacionais e que 41,8% da população já ouviu falar desse tipo de instrumento de participação social.

Os dois mandatos do ex-presidente Lula mostram que é possível governar ouvindo as pessoas, considerando, através da participação, da escuta, compreender e melhor executar políticas sociais e estruturadoras, tendo objetivos políticos e sociais caminhando lado a lado, cristalizando a ideia de que a democracia é muito mais do que a eleição de representantes para o parlamento ou o executivo, a participação colabora com esse na solidificação de nossa democracia.

Mas esse sistema que é capaz de, democraticamente, através do voto, eleger um operário, em 2018, garantiu a condução de nosso país a um militar da reserva, desligado das Forças Armadas após eventos históricos conhecidos e por desejar ingressar na carreira política ainda na década de 1980 enquanto candidato a vereador pela cidade do Rio de Janeiro. Jair Messias Bolsonaro se elege presidente e traz uma mentalidade oposta nos quesitos relacionados à participação social e transparência, elementos os quais iremos abordar sem entrar em outros méritos conhecidos e vividos, estes que já entram para nossa história brasileira como capítulos turbulentos.

Em matéria vinculada na Rede Globo de Televisão, no Jornal Nacional (G1, 2021), vários dados sobre a ação do presidente Bolsonaro contra esses instrumentos foram apresentados. O Governo Federal extinguiu ou esvaziou 75% dos conselhos e comitês nacionais mais

importantes do Brasil, boa parte dos Conselhos foram extintos já num dos primeiros decretos do presidente. Órgãos que acolhiam representantes da sociedade civil para amparar iniciativas do governo. Esse desmonte da participação social e popular tem a assinatura de quem não busca aproximar a população e suas representações da gestão.

Segundo a matéria jornalística,

Um levantamento inédito do Cebrap, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, mostra que agora, mais de dois anos depois do decreto, o governo Bolsonaro desmontou, praticamente, essa estrutura de participação popular. A pesquisa aponta que, hoje, 75% dos comitês e conselhos nacionais mais importantes estão esvaziados ou foram extintos (Pesquisa [...], 2021, n.p.).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (que coordenava programas como o Fome Zero, o Compra Direta, entre outros) na luta contra a fome foi desativado. Outros, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) esvaziados na tática de acabar os mandatos e o governo não garantir os processos de renovação de mandatos ou de novas representações ocupando os espaços de debate e fiscalização. Tal tática vai inviabilizando a existência dos Conselhos.

Com isso, ações de governo e atos da gestão acontecem sem o acompanhamento da sociedade civil, reduzindo significativamente a transparência. Entidades da sociedade civil que normalmente fiscalizavam o uso dos recursos públicos já não podem mais fazer isso pela extinção de conselhos. Não há, portanto, condições de se acompanhar detalhadamente como as políticas estão sendo executadas e como o dinheiro público vem sendo gasto. Neste caso, a falta de instrumentos de controle social e de políticas de participação geram um enfraquecimento da nossa democracia.

Acredito que, com estes elementos, é possível percebermos a importância da participação social e dos órgãos de controle para uma melhor saúde de nossa democracia e, por consequência, um avanço na qualidade de vida da população que tem demandas acolhidas e políticas públicas executadas a partir dessas demandas.

Que esses estímulos nos motivem a cobrar das gestões para que realizem este rico diálogo entre os que governam e os que são governados.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n. 1739). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD_1739.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

PESQUISA mostra que 75% dos Conselhos e Comitês Nacionais foram extintos ou esvaziados no Governo Bolsonaro. *GI*, 2021. Disponível em: <https://gi.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Título Ecologia de saberes em perspectivas:
sujeitos, diversidades, fé e política

Organização José Almir do Nascimento
Delma Josefa da Silva
Amarildo Muniz Malvezzi
Thaís Santos Moya

Formato E-book (PDF)

Tipografia Adobe Caslon Pro (texto) e Barlow (títulos)

Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br